

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ LUCAS SANTIAGO

**CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIRIGIDO A LIDERANÇAS JOVENS DE
PONTAL DO PARANÁ – PR**

**PONTAL DO PARANÁ
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ LUCAS SANTIAGO

**CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIRIGIDO A LIDERANÇAS JOVENS DE
PONTAL DO PARANÁ – PR**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Oceanografia,
Centro de Estudos do Mar, Setor de
Ciências da Terra, Universidade
Federal do Paraná,

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Naína Pierri
Estades

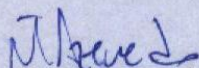
**PONTAL DO PARANÁ
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

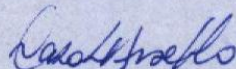
André Lucas Santiago

**“Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens do
município de Pontal do Paraná”**

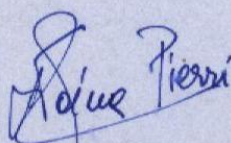
Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela
Comissão formada pelos professores:



Dr.ª. Natalia Tavares de Azevedo



MSc. Carolina de Andrade Mello



Prof.ª. Dr.ª. Naina Pierri Estades-CEM/UFPR
Presidente

Pontal do Paraná, 12 de janeiro de 2013.

AGRADECIMENTO

“Damos Graças” a Vida, mais um ciclo a se concluir e novas sementes a brotar. Após longa jornada de desafios e muito aprendizado, recolhemos o fruto de nossa dedicação e trabalho. Profunda gratidão a todos que compartilharam esse processo junto comigo, dando força e abrigo, em especial ao apoio e dedicação que recebi no seio familiar.

Abenur meu pai, Vera minha mãe, agradeço a vocês, com todo o amor de meu coração e com toda a força de meu espírito, não só por todo o imenso auxílio nesta jornada acadêmica e ao longo de minha vida “pontalense”, mas por todo o carinho e compreensão que dedicaram a mim nesta existência, acreditando e respeitando minhas escolhas, ainda que em muitas vezes contrariados, que estes vínculos de afeto e reciprocidade sejam eternos. Hoje mais que pais e filho somos amigos-irmãos.

Por falar em irmãos, expresso todo carinho e satisfação em ter essas duas peças raras como meus frateros, Marco “Negretti” e a querida Fernanda, vocês são demais. Faço fotos de que a pureza de seus corações não se perca jamais. Fer boa sorte na realização de tua mono estarei perto de ti para lhe apoiar. Marco boa jornada na “Belas,” muitas realizações te aguardam, parabéns.

Agora que já agradei a família em que nasci e com muito amor e alegria no coração que agradeço e comemoro a família que estamos construindo. Oh Liila senhora da dança, profunda gratidão por toda paciência e cooperação neste compartilhar de nossas vidas, você me faz crescer cada dia, que nossa luz seja sempre serena como nossa filha. Bendita é essa criaturinha... LUZ SERENA LUZ que invadiu nossos corações, nos abençoando a cada dia e inspirando um novo viver, amo vocês.

Gratidão a todos os membros do grêmio estudantil Ivo Vieira do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza que participaram de todo o processo envolvido na elaboração deste trabalho, desde a pesquisa de percepção ambiental até a realização do curso de E.A elaborado. Valeu Anderson “Blap”, Thais Francinne, Morieme B. F. de Souza, Rafael Mendes, Anna Karla, Lucas de Lima, Gustavo Xavier, Edigler, Jardel Pasquali, Gustavo A. de Matos, Isabel S. de Souza, Ana I. Kalb e Letícia A. Leal. Desejo sinceramente que nossos encontros tenham sido tão ricos e produtivos a vocês como foram a mim.

Agradeço também toda a colaboração da equipe do Colégio Hélio, se não fosse à disponibilidade e a ajuda cada um de vocês não teríamos realizado este trabalho. Muito obrigado Marcos Pacheco, Adriana, Andressa, Elizeu, Sônia e a todos que contribuíram ao longo das visitas ao colégio com sua receptividade e presteza.

Aqui eu não poderia deixar meus cumprimentos mais que afetuosos aos queridos amigos que dispuseram de seu tempo e suas múltiplas experiências para me auxiliar a execução deste trabalho, enriquecendo e aprimorando esta proposta educativa, vocês foram essenciais na reta final, gratidão amados; Diego Nogueira, Janina Huk, Adrielli Medeiros, Liana Perozzo dos Santos, Andressa Ayres Pelanda e João Camargo. E ainda aos amigos oceanógrafos Hugo e Natalia parceiros do Laboratório Sócio-ambiental, hoje em empreitada no programa de mestrado do Made, pelo auxílio na fase inicial de elaboração dos questionários de Percepção Ambiental e reflexões gerias sobre os objetivos da proposta.

À Carol Mello e à Natalia Tavares pelas valiosas contribuições e análises deste trabalho e seu processo de desenvolvimento, enriquecendo não só a versão final do trabalho, mas também expandindo, em muito, a abrangência deste processo formativo que vivenciei. Apontaram novos horizontes dentro do marco crítico e dos processos de ensino-aprendizagem, indicando os caminhos para a continuidade desta proposta e valores que devem ser incorporados a minha atuação profissional, gratidão meninas.

Por fim como não agradecer a nossa querida “mestra”, Naína? Irremediavelmente crítica, ao longo de todo processo de orientação nos faz crer que em verdade está nos desorientando... só ao final da caminhada percebemos os rumos que dá ao nosso processo de aprendizagem, gratidão. Intensa como a vida, só mesmo tu pra me ajudar a quebrar as inúmeras barreiras e conduzir “caórdicamente” nessa jornada de muito trabalho, aprendizado e redenção acadêmica. Agradeço a todo o compartilhar e com o coração cheio de alegria levo pra vida, um pouco de ti: “André, Seja Humildade” esta sem dúvida é a lição maior

RESUMO

O presente trabalho relata o processo de elaboração, execução e avaliação de um curso de Educação Ambiental dirigido a jovens lideranças do município de Pontal do Paraná, que está localizado na porção central do litoral paranaense, região caracterizada pela presença de grandes remanescentes naturais, e evidentes desigualdades sócio-ambientais. A partir de um diagnóstico prévio, realizado através de questionários de percepção ambiental aplicados à população alvo, constatou-se que esses jovens possuem informação limitada da questão ambiental atual e uma visão fundamentalmente naturalista, que opõe o homem genérico, visto como intrinsecamente destruidor, à natureza, que deveria ser cuidada. Esta concepção ignora o contexto histórico e social da constituição e reprodução dos mecanismos da atual crise ambiental. Nesse contexto, com o objetivo de promover a construção coletiva de uma leitura crítica da atual problemática sócio-ambiental, de forma a proporcionar maior compreensão dos quadros de injustiça ambiental que a caracterizam, bem como das ferramentas e estratégias para o seu enfrentamento, foi dirigido aos membros e lideranças do Grêmio Estudantil Ivo Vieira, do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza, um processo educativo orientado pelos princípios da Educação Ambiental Crítica, com foco nessa temática. Utilizando a metodologia sugerida por Woods & Woods (2008) para a elaboração de Programas de Educação Ambiental, foram escolhidos os seguintes temas para o curso: A questão ambiental; Contexto histórico do uso e apropriação dos recursos naturais; Visões da relação Homem-Natureza; Principais concepções do pensamento ambientalista; A especificidade da crise atual e os problemas ambientais; Critérios de priorização dos problemas ambientais; Justiça ambiental; e As formas de resistência à injustiça ambiental. O curso foi ministrado no dia 26 de novembro de 2012 e teve caráter intensivo, com duração de 5 horas, aportando informações relevantes ao entendimento da centralidade dos processos socioeconômicos na origem e reprodução dos problemas ambientais atuais, e visando fortalecer a participação destes jovens na luta pela justiça ambiental. A sua execução esteve a cargo do autor que contou com o apoio de uma equipe de acadêmicos do curso de oceanografia vinculados ao Laboratório Sócio-ambiental do Centro de Estudos do Mar/UFPR. Os recursos pedagógicos utilizados para transmitir as informações escolhidas foram aulas expositivas, vídeos e relatos das experiências dos membros da equipe. O curso foi avaliado com base a diferentes aspectos tais como a percepção crítica dos membros da equipe executora, a presença e permanência dos participantes, a quantidade e qualidade da participação dos mesmos nas aulas e o *feedback* proporcionado por questionários aplicados aos presentes no final do curso. Dentre os resultados obtidos constatou-se o grande interesse e receptividade dos participantes em relação aos temas abordados, o que **permitiu um avanço na resignificação da temática “ambiental” em “sócio-ambiental”**, bem como na reflexão crítica sobre esta problemática; a constatação de condições logísticas e estruturais viáveis para a replicação da proposta e a identificação das modificações necessárias ao seu aprimoramento; e, por fim, o estreitamento dos laços de colaboração entre a Universidade e a comunidade.

PALAVRAS CHAVE: educação ambiental crítica; justiça ambiental; lideranças estudantis; Pontal do Paraná.

ABSTRACT

This paper describes the process of development, implementation and evaluation of a course in environmental education aimed at young leaders of the city of Pontal do Paraná, which is located in the central portion of the Paraná coast, an area characterized by large remaining natural and obvious social-environmental inequality. From a previous diagnosis, conducted through questionnaires of environmental perception applied to the target population, it was found that these young people have limited information of current environmental issue and a fundamentally naturalist who opposes generic man, seen as inherently destructive, to nature, that should be careful. This view ignores the historical and social context of the constitution and reproduction mechanisms of the current environmental crisis. In this context, with the aim of promoting the collective construction of a critical reading of the current socio-environmental issues, to provide greater understanding of the management of environmental injustice that characterize it, as well as tools and strategies for solving them, was directed to members and leaders of the Student Guild Ivo Vieira, State College Helio De Souza, an educational process guided by the principles of Critical Environmental Education, focusing on this theme. Using the methodology suggested by Woods & Woods (2008) for the preparation of Environmental Education Programs, the following topics were chosen for the course: The environmental issue; Historical context of the use and ownership of natural resources; Visions of Human-Nature relationship; Key concepts of environmental thinking; Specificity of the current crisis and environmental problems; Criteria for prioritizing environmental problems, Environmental Justice, and forms of resistance to environmental injustice. The course was given on November 26, 2012 and had intensive character, lasting 5 hours, providing information relevant to understanding the centrality of origin and socioeconomic processes in the reproduction of current environmental problems, and in order to strengthen the participation of young people in the struggle for environmental justice. Its implementation was the responsibility of the author who had the support of a team of students of oceanography linked to the Socio-Environmental Laboratory of Studies Center of the Sea / UFPR. The teaching resources used to transmit information were chosen lectures, videos and reports of the experiences of team members. The course was evaluated based on different aspects such as the critical perception of the members of the team executing, the presence and permanence of the participants, the quantity and quality of participation of the same classes and the feedback provided by questionnaires applied to present at the end of the course. Among the results it was found the great interest and receptivity of the participants on the issues discussed, which allowed a breakthrough in reframing the theme "Environmental" in "socio-environmental", as well as critical reflection on this issue, the finding viable structural and logistical conditions for the replication of the proposal and the identification of necessary modifications to its improvement, and, finally, the closer ties of cooperation between the University and the community.

KEYWORDS: critical environmental education, environmental justice, student leaders; Pontal do Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONVENCIONAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA/ EMANCIPATÓRIA/POPULAR.....	25
FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ	36
TABELA 1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CATEGORIA	38
TABELA 2 – ATENDIMENTO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	38
TABELA 3 – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL, RENDA E CARGA HORÁRIA SEMANAIS, PERIODICIDADE E ANTIGUIDADE NO TRABALHO DOS ENTREVISTADOS.....	42
QUADRO 2 – RESPOSTAS SOBRE O QUE É CRISE AMBIENTAL	45
QUADRO 3 – RESPOSTAS SOBRE PRINCIPAL PROBLEMA AMBIENTAL - NÍVEL PLANETA.....	46
QUADRO 4 – RESPOSTAS SOBRE PRINCIPAL PROBLEMA AMBIENTAL – NÍVEL LOCAL.....	51
QUADRO 5 – O CRONOGRAMA PRETENDIDO PARA O CURSO.....	66
TABELA 5 – GRAU DE INFORMAÇÃO PRÉVIA EM RELAÇÃO AOS TEMAS DO CURSO	77
TABELA 6 – GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PARA A COMPREENSÃO DOS TEMAS SEGUNDO PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES	91
TABELA 7 – AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS DO CURSO PELOS PARTICIPANTES	93
TABELA 8 – GASTOS REALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO CURSO	99
TABELA 9 – GASTOS REALIZADOS NA FASE DE DIAGNOSTICO.....	99

LISTA DE FIGURAS

FOTOGRAFIA 1 – ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS DE PONTAL DO PARANÁ.....	68
FOTOGRAFIA 2– REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO PRÉVIA DE ASPECTOS LEVANTADOS NA PESQUISA, CONVITE E ESTABELECIMENTO DE DATA PARA O CURSO.....	72
FOTOGRAFIAS 3 E 4– SALA PREPARADA PARA O INICIO DA AULA.; MEMBROS DA EQUIPE AGUARDANDO A CHEGADA DOS PARTICIPANTES.....	79
FOTOGRAFIA 5 – EXPLICAÇÃO DA ENQUETE INICIAL. FOTOGRAFIA 6 - APLICAÇÃO AOS PARTICIPANTES	80
FOTOGRAFIAS 7 E 8 – CONVOCANDO À CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA LEITURA CRITICA SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL; ABORDANDO AS 3 GRANDES POSIÇÕES DO PENSAMENTO AMBIENTALISTA ATUAL.....	81
FOTOGRAFIAS 9 E 10 – MOMENTOS DURANTE A EXPOSIÇÃO DA AULA 1.	82
FOTOGRAFIAS 11 E 12 - COFFE-BREAK REALIZADO NA QUADRA ESPORTIVA DO COLÉGIO.	83
FOTOGRAFIAS 13 E 14 – LEITURA DO CONCEITO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	85
FOTOGRAFIA 15 - FINALIZAÇÃO DO CURSO.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTO GERAL	12
1.2 DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA	16
1.3 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos específicos	20
2 MARCO TEÓRICO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL ARTICULANDO A JUSTIÇA AMBIENTAL	21
2.1 A ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	21
2.2.1 As funções sociais da Educação Ambiental	23
2.2.2 Educação Ambiental crítica/transformadora/emancipatória	24
2.3 ABORDAGEM DA QUESTÃO AMBIENTAL CENTRADA NOS CONCEITOS DE INJUSTIÇA E JUSTIÇA AMBIENTAL	26
2.3.1 O conceito de (in)justiça ambiental e sua origem junto aos movimentos sociais	26
2.3.2 Ação na denúncia e resistência à exclusão sócio-ambiental	29
3 METODOLOGIA	31
4 ANÁLISE DE CONTEXTO	35
4.1 ÁREA DE ESTUDO	35
4.1.1 Aspectos Socioeconômicos	36
4.2 CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO-ALVO	39
4.2.1 Dados pessoais	39
4.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PÚBLICO ALVO	43
4.3.1. Conceito de Crise Ambiental	44
4.3.2. Concepção sobre os principais problemas ambientais a nível do planeta	45
4.3.3. Concepção sobre os principais problemas ambientais a nível local	50
5 DESCRIÇÃO DO PROJETO ELABORADO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO	55
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO ELABORADO	55
5.1.1 Denominação, caráter e objetivos	55
5.1.2 Conteúdo temático e bibliografia utilizada	59
5.1.3 Recursos pedagógicos	62
5.1.4 Instrumentos didáticos elaborados: apresentações em Power Point, vídeos sobre a temática e relatos das experiências acadêmicas da equipe.	63
5.1.5. Instrumentos para o reconhecimento dos participantes e sua percepção sobre a temática ambiental	64
5.1.6 Instrumentos de avaliação desenhados	64
5.1.7 O cronograma idealizado	65
5.1.8 Equipe técnica responsável pela elaboração e execução do curso	66
5.1.9 Planejamento detalhado por etapas (prévia ao curso, execução do mesmo e posterior)	67
5.2. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DO CURSO	68
5.2.1 Relato do realizado previamente: Identificação do público alvo; preparação do material didático; apresentação dos resultados da pesquisa e convite aos jovens	68
5.2.2 Questionário inicial: grau prévio de informação sobre os temas do curso e expectativas	74

5.2.3 Relato da realização do curso: Procedimentos iniciais, andamento e procedimentos finais	78
5.3 AVALIAÇÃO DO CURSO	87
5.3.1 Realização do planejado ou não: etapas prévia, andamento e posterior ..	87
5.3.2 Quantidade e qualidade das intervenções	89
5.3.3 Grau em que o curso contribuiu para a compreensão dos temas apresentados segundo percepção dos participantes	91
5.3.4 Tema de maior interesse.....	92
5.3.5 Avaliação de outros aspectos do curso por parte dos participantes	92
5.3.6 Grau de satisfação das expectativas dos participantes.....	93
5.3.7 Eventual replicação do curso para mais jovens e sugestões de melhorias	94
5.3.8 Avaliação dos membros da equipe	95
5.4 CONCLUSÕES.....	97
5.4.1 Nível em que foram atingidos os objetivos do curso	97
5.4.2 Avaliação de sua replicabilidade	97
5.4.3 Melhorias necessárias para a continuidade	100
5.4.4 Continuidade da proposta	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
APÊNDICES	113

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO GERAL

Presencia-se, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, um momento histórico de grandes avanços tecnológicos, propiciando o aumento da capacidade produtiva nas diversas áreas da atividade econômica, intensificando a geração e o acúmulo de riquezas, e ainda, impactando severamente a base de recursos naturais que sustenta as demandas da sociedade. Entretanto, mesmo frente a estes avanços tecnológicos e econômicos, a organização da sociedade de mercado implica uma distribuição desigual do acesso aos recursos e à riqueza gerada, de forma que grande parte da população mundial se encontra em situação de pobreza e não tem satisfeitas as suas necessidades básicas (CÚPULA DOS POVOS, 2012). O lucro privado é gerado a partir do uso e da apropriação dos bens comuns como o ar, a água e a terra, enquanto os riscos e passivos ambientais são distribuídos às camadas socialmente frágeis e excluídas, fazendo com que o ônus deste tipo de desenvolvimento econômico seja distribuído dentro da sociedade de forma desigual e injusta, reproduzindo e intensificando as assimetrias econômicas, sociais e políticas. Nunca na história da sociedade humana foi constatada tamanha capacidade produtiva, paradoxalmente acompanhada de uma legião de famintos (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

Neste sentido, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) (2011) no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2011: *Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*, apresenta informações sobre a situação da distribuição de riquezas e acesso aos recursos básicos à subsistência que a sociedade mundial enfrenta. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio mundial aumentou 18% entre 1990 e 2010 (41% desde 1970), refletindo grandes melhorias na esperança de vida, na frequência escolar, na alfabetização e na renda, que são os indicadores que o compõem. Entretanto, o relatório expressa que, mesmo que os avanços tecnológicos e a substituição de

recursos tenha elevado o padrão de vida ao longo dos dois últimos séculos, isso não foi assegurado equitativamente a todos:

O preço dos alimentos ajustado à inflação é muito mais baixo hoje do que era há 200 anos, ou mesmo 50, e as reservas conhecidas de muitos minérios são agora substancialmente mais elevadas do que em 1950. Graças a técnicas agrícolas mais avançadas, a produção mundial de alimentos ultrapassou o crescimento populacional. A Revolução Verde duplicou os rendimentos das culturas de arroz e trigo na Ásia entre os anos 60 e 90, através da introdução de variedades vegetais de alto rendimento, melhor irrigação e utilização de fertilizantes e pesticidas. Entretanto, todo este aumento nos rendimentos, foi conseguido através de meios nem sempre sustentáveis. As nossas preocupações relativas às práticas agrícolas mais sustentáveis são acompanhadas pela consciência de que milhões de pessoas estão subnutridas e enfrentam graves problemas relacionados à segurança alimentar (PNUD, 2011. p 17).

O mesmo PNUD (2002), no Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, sob o título de *“Aprofundar a democracia em um Mundo Fragmentado”*, já apontava o nível da desigualdade mundial como “absurdo” e indicava que, em vista às tendências daquele momento, parte significativa dos estados do mundo não teria qualquer probabilidade de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹ até o ano de 2015, incluindo o primeiro e mais urgente objetivo de redução da extrema pobreza à metade. Visto que, muitos dos países estavam mais pobres do que há 10, 20 ou 30 anos, segundo suas estimativas, seriam necessários 130 anos para libertar o mundo da fome. Neste relatório é enfatizado que a redução sustentada da pobreza exige um crescimento econômico equitativo, ou seja, com a distribuição da renda gerada, e ainda, indica a necessidade de que as populações menos favorecidas passem a ter maior poder de influência política nos processos de tomada de decisão.

O poder político-econômico é um ponto de extrema importância na relação entre os fatores ambientais e sociais. O PNUD (2011), no RDH deste ano, aponta que alguns problemas de esgotamento de recursos e pressão sobre ambientes

¹Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's) tiveram origem nas grandes conferências internacionais dos anos 90 sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento social. Integram os compromissos assumidos nessas conferências em uma agenda mundial para o desenvolvimento, com metas, prazos e indicadores para medir o progresso alcançado pelas regiões, países e comunidades ao redor do planeta. A lista completa dos objetivos, metas e indicadores de Desenvolvimento do Milênio surgiu pela primeira vez em setembro de 2001, no documento da ONU “Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas” (ORBIS, 2007).

muitas vezes são provocados por disparidades de poder e influência econômica e política. Assim, uma indústria pode sair impune perante níveis inaceitáveis de poluição da água, por ela gerada, porque as pessoas que suportam o impacto negativo da mesma são pobres e não têm capacidade para se queixarem de forma eficaz. E ainda informa que as privações que reduzem a qualidade de vida das unidades familiares, tais como, a poluição do ar, o acesso inadequado à água potável e a um melhor atendimento em saneamento básico, são mais acentuadas nos locais com níveis mais baixos de IDH e diminuem à medida que o IDH aumenta.

Constatações como esta ao redor do mundo permitiram que o movimento de reivindicação e luta contra as desigualdades sociais e as injustiças ambientais ganhasse espaço ao longo das últimas quatro décadas, não se limitando apenas a mais uma construção idealista dentro do cenário da discussão ambiental, mas sim, legitimando-se enquanto posicionamento político pedagógico, comprometido com a transformação social e da agenda sócio-ambiental no mundo. Deste modo, vem obtendo gradualmente maior destaque e relevância no debate internacional. Esta compreensão da indissociabilidade entre o social e o ambiental e suas respectivas desigualdades é fundamental para o enfrentamento e a superação dos mecanismos que as geram e reproduzem (ASCELRAD, 2002).

No Brasil, assim como no resto do mundo, tem-se observado como as desigualdades estão presentes em diversos setores da sociedade, tais como, na acentuada disparidade na distribuição de renda, no acesso aos meios de produção e à qualificação técnica, e ainda, em questões relacionadas ao gênero e à origem étnica. Tais fatores influenciam na forma com que cada um contribui para a degradação do ambiente e na forma com que sofre os impactos ambientais provenientes da dinâmica do meio físico e das atividades produtivas da região de seu entorno (ACSELRAD, 2009).

Neste contexto, Layrargues (2009, p.17) aponta que os efeitos danosos da crise ambiental são sentidos no cotidiano da sociedade, entretanto, uns são mais vítimas que outros de forma que, para a compreensão destas complexas dinâmicas, novas abordagens e conceitos definidores deste fenômeno estão sendo construídos, tais como os de risco, vulnerabilidade e injustiça ambiental:

[...] fala-se de risco e vulnerabilidade ambiental a que determinados grupos sociais são submetidos, quando suas condições de vida e de trabalho são ameaçadas em função da degradação ambiental, que por sua vez, provoca conflitos socioambientais polarizados entre sujeitos sociais que se beneficiam da geração de riqueza a partir da exploração dos recursos ambientais, demandando, então, justiça ambiental, para que coletividades que normalmente já se encontram em condições de vulnerabilidade social, econômica e política também não se encontrem em condições de vulnerabilidade ambiental [...]

Estas coletividades, em condições de vulnerabilidade social, econômica e política, se tornam marginalizadas devido à forma exploratória e excludente com que a força do capital se expande e se apropria da natureza, da vida e dos bens comuns, implantando suas atividades produtivas (CÚPULA DOS POVOS, 2012). Neste sentido, a Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental² expressa que esta é uma problemática estrutural, relacionada à enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do país. Assim expressa:

[...] A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil, foi o foco de discussões. [...] Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que, nas cidades, leva a periferização de grande massa de trabalhadores e, no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos (RBJA, 2001 *apud* HERCULANO, 2002. p. 13).

Assim, para Layrargues (2009), sem a resolução da questão da desigualdade, dificilmente se alcançará a justiça social, e as condições de

² A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) originou-se, em setembro 2001, durante o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania (CIJATC), realizado na Universidade Federal Fluminense. Encontro pioneiro no Brasil, em que se promoveu a discussão dos enfoques teóricos e das implicações políticas da proposta de Justiça Ambiental, teve cunho acadêmico e político, onde se reuniram representantes de diversos movimentos sociais, ONG's e pesquisadores de diferentes regiões do país e representantes e pesquisadores do movimento de Justiça Ambiental dos EUA. Na ocasião foi traçado o histórico e avaliação das campanhas e ações de cidadania, e dos casos de injustiça ambiental no Brasil e na América Latina (ACSELRAD, 2009; HERCULANO, 2002).

reprodução da vulnerabilidade social e econômica permanecerão inalteradas. Permanecendo inalterados os mecanismos de exclusão e vulnerabilidade social, também permanecem inalterados os mecanismos de injustiça ambiental, legando aos menos favorecidos a maior carga dos danos ambientais.

Deste contexto é possível concluir que a busca por sustentabilidade deve incluir, invariavelmente, equidade e justiça nas relações sociais e ambientais. No entanto, esta compreensão é minoritária na sociedade e para ser divulgada e incorporada deve haver esforços coordenados entre os diversos setores críticos, sendo a educação, em geral, uma importante ferramenta para contribuir neste processo e, em particular, a educação ambiental crítica.

1.2 DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

Este trabalho foi desenvolvido no litoral paranaense, que tem por características marcantes a presença de grandes remanescentes naturais, com expressiva diversidade física e biológica em contraste com um processo de ocupação e uso do solo e dos recursos desigual e conflitante, sendo caracterizado por sua heterogeneidade ambiental e socioeconômica. Os principais elementos a compor este quadro de heterogeneidade são: a) a grande variedade de ecossistemas; b) a diversidade de atividades econômicas com distintos graus de desenvolvimento; c) a variedade cultural das populações com origem e trajetórias históricas diferentes; e d) fortes desigualdades sociais. Além disso, a lógica determinante do processo histórico de ocupação desenvolveu-se fundamentalmente externa e alheia às necessidades e demandas da região, caracterizando um processo orientado de fora para dentro, visando prioritariamente o atendimento dos interesses de outras regiões, como, por exemplo, o uso portuário para escoar a produção de grãos do interior do estado e estados vizinhos e o uso turístico/balneário para atender a demanda de oportunidades de lazer da população do estado no período da temporada de verão. Assim, aparece paradoxal que os principais usos do solo e os recursos beneficiam principalmente à população externa ao litoral enquanto a população nativa sofre pressões para sair dos seus territórios

tradicionais e grande parte da população local imigrada nas últimas décadas se vê forçada a ocupar áreas ambientalmente inadequadas ou desprovidas de serviços, e, como as oportunidades de emprego ou geração de renda são limitadas, se vê condenada a permanecer na pobreza (PIERRI, 2003; PIERRI et al, 2006).

Ainda é possível verificar a presença de dois outros grandes paradoxos relacionados à dinâmica sócio-ambiental da região. Primeiramente, verifica-se que apesar de possuir ampla base de dispositivos legais para assegurar a preservação de seus remanescentes naturais são crescentes os níveis de degradação dos mesmos. O outro ponto de destaque é que, apesar de possuir grande potencial econômico e atividades produtivas em expansão, a região permanece com índices de subdesenvolvimento em seu conjunto, sendo uma das regiões mais pobres do estado (ANDRIGUETTO; MARCHIORO, 2002, p. 159).

Segundo Pierri (2003), esta situação, que implica em falta de desenvolvimento, pobreza, desigualdade social e danos ou ameaças a valiosos recursos naturais, remete à problemática geral contemporânea, frente à qual se postula a alternativa do desenvolvimento sustentável como um modelo-meta que articule o crescimento econômico com melhora das condições de vida da população e responsabilidade ambiental. Para tanto, é necessário superar a visão tradicional que interpreta esta problemática a partir do quadro de oposição homem-natureza, onde o homem (em sua totalidade e homogeneamente) é visto como intrinsecamente destrutivo, para uma compreensão de que a relação homem-natureza é mediada social e historicamente e por isso busca explicar os problemas ambientais como expressão de problemas entre os homens, quer dizer, das relações sociais presentes.

Na procura de mudar este contexto regional de desigualdades e contradições, faz-se necessário aprimorar a compreensão da relação homem-natureza estabelecendo processos de gestão dos recursos naturais e humanos que apontem para construir um desenvolvimento sócio-econômico justo e equitativo. É a partir deste enfoque sócio-ambiental crítico, que o tema deste trabalho foi escolhido. Assim, se definiu realizar uma intervenção educativa em matéria de educação ambiental dirigida a lideranças jovens do litoral. Desde o ponto de vista sócio-ambiental crítico, é necessário superar a visão a-histórica e a-social da relação homem-natureza, que idealiza a natureza e interpreta ao homem como essencialmente destruidor, não enxergando que as diferentes sociedades ao longo

da história, assim como as diferentes classes e grupos sociais dentro das sociedades concretas se apropriam de forma desigual da natureza e fazem usos diferentes de seus recursos, em termos de quantidade e qualidade, lhes cabendo, por tanto, às diferentes classes, diferentes responsabilidades na geração dos problemas ambientais ou na exposição aos seus impactos. Essa visão, amplamente difundida sobre a questão ambiental, constitui um entrave fundamental para reconhecer as verdadeiras causas e os verdadeiros responsáveis da crise ambiental atual e gerar as mudanças sociais necessárias para enfrentá-la e superá-la (FOLADORI, 2005; PIERRI, 2005).

Complementarmente, é preciso compreender que um dos eixos que movimenta a sociedade e estabelece a possibilidade de superação é a ação consciente dos que se encontram em posição de subordinação nas relações sociais vigentes. A ação consciente e coletiva dos sujeitos, com vista à superação das relações de subordinação, deve ser mediada por uma compreensão ampla e emancipada do mundo em sua totalidade, interagindo o entendimento das dinâmicas sociais que acontecem no mundo com as dinâmicas que ocorrem a nível local, construindo uma compreensão integrada entre os múltiplos fatores da nossa existência, possibilitando, assim, maior autonomia na resposta aos desafios presentes (LOUREIRO, 2006).

Diante deste cenário desafiador, a educação pode exercer papel fundamental para a superação dessa visão homem-natureza, emancipando mentalidades e promovendo a transformação social, em especial, a Educação Ambiental crítica/emancipatória/popular, que prioriza a ação pedagógica voltada à reflexão do funcionamento dos sistemas sócio-ambientais, com o comprometimento social de combater as relações de opressão e exclusão social (LOUREIRO, 2006).

Esta abordagem transformadora torna possível integrar conhecimentos de outras áreas e enfoques tais como: a Gestão Ambiental Costeira, dando subsídios ao enfrentamento da problemática sócio-ambiental no âmbito da zona costeira; a Articulação Comunitária, convocando à população, neste caso, aos jovens, para o exercício da cidadania e a construção de reflexões coletivas que visem à transformação da realidade local; e ainda a Justiça Ambiental, atuando na denúncia e resistência aos processos de exclusão, degradação e riscos sócio-ambientais a que estão expostas populações humanas, que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, econômica e política.

Dentro deste contexto, é perceptível a necessidade de elaboração de propostas viáveis que contribuam para a informação e a formação da população, a partir de sua realidade concreta e da troca de saberes, especialmente ações voltadas à população jovem, de modo a garantir o estabelecimento desta cultura de reflexão, participação e ação social, através de um enfoque sócio-ambiental, logo na base da construção de sociedades sustentáveis. Perante a demanda em se aprofundar o entendimento da complexa interação entre os fatores sociais e ambientais e de construir, em conjunto com a população, a compreensão de como funcionam os mecanismos que produzem as desigualdades e injustiças, surgiu a motivação em construir uma intervenção pedagógica que contribua com uma melhor compreensão dos jovens da atual problemática sócio-ambiental, melhorando ainda, suas possibilidades de articulação e participação frente a estas questões. Soma-se a isso, conforme aponta Engelhardt (2008), a carência no litoral do Paraná de atividades de Educação Ambiental construídas a partir do enfoque crítico, com perspectiva sócio-ambiental.

A presente proposta visa, pois, articular o debate dos principais problemas ambientais percebidos pelos jovens que participem do curso, com a constatação da forma assimétrica de distribuição das responsabilidades e dos impactos, riscos e vulnerabilidades provenientes deles, abordando ainda outros temas que são compreendidos como essenciais dentro do posicionamento teórico-metodológico adotado para a elaboração do processo educativo proposto. Desta forma, as demandas e carências verificadas justificam a escolha deste tema para a elaboração da presente monografia dentro da especialização em Gestão Ambiental Costeira do Curso de Graduação de Oceanografia do Centro de Estudos do Mar (CGO/CEM/UFPR).

Este trabalho vem a somar aos esforços realizados pelo Laboratório Sócio-ambiental (Labsoc) do Centro de Estudos do Mar/UFPR no fortalecimento do debate, reflexão e práticas transformadoras voltadas à temática sócio-ambiental no âmbito do litoral paranaense. Deste modo conta com o apoio logístico deste laboratório, contando ainda com a orientação teórica e metodológica da coordenadora do mesmo.

1.3 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, proporcionando aos jovens do município de Pontal do Paraná (PR) uma leitura crítica da problemática sócio-ambiental atual e maior compreensão do quadro de injustiça ambiental que a caracteriza, bem como, das ferramentas e estratégias para o seu enfrentamento, mediante uma intervenção educativa dirigida a lideranças do Grêmio Estudantil Ivo Vieira, do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza.

1.3.2 Objetivos específicos

- I. Identificar a situação socioambiental imperante no local onde será realizado o processo educativo;
- II. Identificar o público-alvo;
- III. Identificar a percepção ambiental do público-alvo;
- IV. Elaborar uma proposta educativa específica considerando esse contexto;
- V. Aplicar o Curso de Educação Ambiental elaborado às lideranças jovens;
- VI. Elaborar o relato sistemático da aplicação do curso; e
- VII. Avaliar o cumprimento dos objetivos propostos para esta ação, e sugerir as adaptações necessárias ao seu melhoramento e eventual replicação.

2 MARCO TEÓRICO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL ARTICULANDO A JUSTIÇA AMBIENTAL

Neste capítulo se apresenta os elementos teóricos da educação ambiental que são relevantes a este trabalho, estabelecendo os parâmetros do posicionamento teórico-metodológico adotado, especificamente a abordagem crítica, sendo estes: a origem e evolução do conceito, as funções sociais da educação ambiental, o caráter político da intencionalidade pedagógica, a denúncia das desigualdades e o compromisso com a transformação social.

2.1 A ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A origem da educação ambiental está diretamente ligada ao processo de discussão e enfrentamento da crise ambiental atual, que começou a ser percebida e denunciada na década de 60 do século XX. Naturalistas, jornalistas, escritores e estadistas muito antes já escreviam sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais, ou mesmo, sobre a importância do contato com a natureza para a formação humana. Contudo, atribui-se à Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, a responsabilidade por inserir a temática da Educação Ambiental na agenda internacional. Entretanto, o reconhecimento internacional deste fazer educativo como uma estratégia para se construir sociedades sustentáveis remonta a 1975, também em Estocolmo, quando se instituiu o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (BRASIL, 2005).

Após dois anos, em 1977, foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi, sendo este o momento em que se consolidou o PIEA e se estabeleceu com mais força a promoção da EA. Assim, se estabeleceram nessa oportunidade os critérios e diretrizes que inspiram todo o seu desenvolvimento posterior, formulando que a educação ambiental deve voltar-se a pessoas de todas as idades, a todos os níveis

sociais, no marco da educação formal e não formal, deve ser permanente, preparar para a resolução de problemas, fomentar o sentido de responsabilidade e de solidariedade entre todo o gênero humano, ter um enfoque global, ter bases éticas, e ter ampla base interdisciplinar (BRASIL, 2005; NOVO, 1996).

No Brasil, a Educação Ambiental surge com um pouco de atraso em relação à discussão internacional devido aos processos relacionados ao período de ditadura militar. As primeiras legislações a respeito do tema surgem no final do regime, incentivando a realização destas práticas educativas. Assim, em 1981 se promulgou a Lei nº 6.938/81 (Brasil, 1981), que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, que, no seu artigo 2º, inciso X, atesta a necessidade de promover a "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente." Complementarmente, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no seu capítulo VI, artigo 225, inciso VI, que trata da EA, também afirma a necessidade de "...promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (LAYARGUES, 2002).

A legislação brasileira que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) mostra o entendimento que se consolidou sobre o tema no país expressando em seu primeiro artigo:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O texto desta lei destaca a necessidade de inclusão da dimensão ambiental na Educação, em todos os espaços pedagógicos possíveis, afirmando em seu artigo 2º, que: "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (BRASIL, 1999).

2.2 AS FUNÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O POSICIONAMENTO ADEQUADO A SOCIEDADE DESIGUAIS

2.2.1 As funções sociais da Educação Ambiental

Apesar de a Educação Ambiental ter surgido num terreno altamente político e ideológico, como proposta para o enfrentamento da atual crise sócio-ambiental, através da promoção da articulação dos aspectos sociais e ambientais, durante a sua legitimação na sociedade, houve uma perda da sua criticidade em relação à forma de abordar a questão, limitando-se aos aspectos ambientais biofísicos, e assim, a EA tornou-se sinónimo de educação sobre a natureza e como preservá-la. A crise ambiental é, então, discutida a partir da compreensão de conceitos e processos ecológicos – por exemplo, o funcionamento dos ecossistemas –, como se houvesse uma desarticulação entre a esfera natural e o plano cultural e social dos seres humanos. Assim, na concepção dominante de educação ambiental as dinâmicas social, cultural e política envolvidas são ocultadas inibindo a compreensão das causas sociais da crise, e, portanto, as mudanças necessárias para enfrentá-la (VENTURA & SOUZA, 2010).

Aprofundando esta análise, dentro deste contexto de tensionamentos e polémicas, é necessário levar em conta, como apresenta Layrargues (2006), a reflexão sobre as funções sociais que exerce a educação ambiental, enquanto prática de educação. Como uma modalidade de ensino, esta enquadra-se na dupla função social que exerce a própria educação: a função moral de socialização humana (neste caso, com a natureza); e a função ideológica de reprodução das condições sociais presentes.

O autor atribui à ampliação da *função moral de socialização humana com a natureza*, nesta modalidade da educação qualificada como “ambiental”, a uma das interpretações sobre as remotas origens da crise ambiental, decorrente da abordagem filosófica da questão ambiental. Nesta abordagem, entende-se que as raízes da crise estão assentadas no gradual processo histórico de afastamento do ser humano perante a Natureza, efetuado desde a instauração do monoteísmo e do iluminismo, resultando no atual paradigma cartesiano antropocêntrico utilitarista. Nesta perspectiva, o ser humano é percebido como uma continuidade da Natureza

que, num certo momento histórico, teve sua trajetória desviada, sendo que a Cultura representaria a Natureza consciente de si, justificando, portanto, que o sistema educativo pressionado pela crise ambiental, buscasse a reaproximação do humano perante a Natureza. Assim, se teria configurado a abordagem hegemônica em Educação Ambiental que percebe a origem da crise como cultural, desconsiderando a base material em que ocorrem os processos de apropriação dos recursos naturais e coloca o foco de sua ação educativa na mudança comportamental individual e na integração com os valores e ciclos dos sistemas naturais, numa abordagem exclusivamente ecológica (LAYRARGUES, 2006).

Neste sentido, Loureiro (2005) enfatiza que as ações educativas limitadas à instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica são mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se firmar *verde* e universal em seu processo de reprodução, ignorando seus limites para a viabilização de uma sociedade sustentável.

Já em relação à segunda função que exerce a Educação Ambiental, *a de reprodução das condições sociais*, Layrargues (2009) aponta que a compreensão deste aspecto expressa que o processo educativo vai além da argumentação e informação sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas ecológicos (EA de caráter naturalista conservacionista), devendo abranger também a estrutura e o funcionamento dos sistemas sociais (EA de caráter socioambiental). É possível verificar que dentro de toda a diversidade interna de opções político-pedagógicas em EA, invariavelmente se apresentam estas duas situações de intencionalidade pedagógica: a de manutenção e reprodução da sociedade tal como está, associada à EA naturalista conservacionista, e a de transformação da totalidade social, associada à EA socioambiental ou crítica.

2.2.2 Educação Ambiental crítica/transformadora/emancipatória

Assim, verifica-se, na literatura especializada em EA, duas principais vertentes teórico-metodológicas distintas em sua intencionalidade pedagógica e em seu posicionamento político. Basicamente, a EA tida por convencional trata dos aspectos da socialização do homem com os aspectos ecológicos, visando à conservação dos recursos naturais, enquanto a vertente crítica/transformadora

incorpora os aspectos sociais da interação entre os homens e deles com a natureza, visando a transformação da realidade social e suas relações com o meio físico. As distinções entre estas duas vertentes estão detalhadas no QUADRO 1.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Convencional	Crítica/Emancipatória/Popular
Localiza as raízes da crise ambiental na perda da capacidade de “leitura do livro da natureza”	Localiza as raízes da crise ambiental na estruturação do capitalismo e respectivos valores
Prioriza a ação pedagógica voltada ao ensino do funcionamento dos sistemas ecológicos	Prioriza a ação pedagógica voltada à reflexão do funcionamento dos sistemas sociais
Abordagem global dos problemas ecológicos	Abordagem local dos problemas ecológicos
Aponta soluções de ordem moral e técnica	Aponta soluções de ordem política
Aponta soluções no âmbito do indivíduo	Aponta soluções no âmbito coletivo
Promove mudanças de comportamento	Promove uma leitura crítica da realidade
Foco voltado à conservação da natureza, entendida como “recurso natural”	Foco voltado à eliminação dos riscos ambientais e tecnológicos
Concepção reducionista da problemática sócio-ambiental (separa o social do natural)	Concepção complexa da problemática sócio-ambiental (une o social com o natural)
Conceitos: ecologia, natureza, população, comunidade, ecossistema, bioma, biosfera, habitat, nicho ecológico, níveis de organização, espécie biológica, fauna e flora, fatores ecológicos, fatores bióticos e abióticos, relações ecológicas, ciclo da matéria, fluxo de energia, poluição, eutrofização, biodiversidade, etc.	Conceitos: Estado, mercado, sociedade, governo, poder, política, ideologia, alienação, classe, democracia, autoritarismo, tecnocracia, justiça social, distribuição de renda, exclusão social, mobilidade, cidadania, participação, público e privado, indivíduo e coletivo, sociedade e comunidade, produção e consumo, etc.

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONVENCIONAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA/ EMANCIPATÓRIA/POPULAR
 FONTE: LAYRARGUES (2002); ENGELHARDT (2008).

Para Loureiro (2003), a Educação Ambiental não tem a finalidade de reproduzir e dar sentido universal a idéias e valores dos grupos dominantes, impondo condutas individuais que apontam à dimensão técnica dos problemas ignorando a sua dimensão social, mas a de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida. Enquanto para Gutiérrez (2003), a Educação Ambiental não pode ser concebida de modo linear devido a sua dinâmica e finalidades, sendo que, para ser compreendida, suas análises, reflexões e práticas

não devem estar pautadas em instrumentos metodológicos ou em concepções reducionistas, visto que ferem a inerente “complexidade da questão ambiental”.

Em resumo, para a perspectiva crítica/transformadora não basta querer que a Educação Ambiental se insira transversalmente no currículo escolar sem que esta aponte a entender as relações de poder, as regras institucionais, as relações trabalhistas, a funcionalidade da educação no capitalismo e os mecanismos de exclusão social. Deste modo, torna-se um movimento de aprendizagem e ação pelo qual se sai do senso comum estabelecido, da consciência superficial e imediata da realidade, para a consciência crítica da totalidade social, permitindo a construção de um conhecimento qualificado que serve à busca pela mudança social (LOUREIRO, 2006).

Assim, a EA crítica/emancipatória é a mais adequada à necessidade de transformação da realidade desigual intrínseca ao sistema capitalista. Esta abordagem vai ao encontro das lutas promovidas pelo movimento de justiça ambiental e pode complementar as ações de formação e informação referentes a esta tema que ainda não é amplamente divulgado nem debatido. O movimento pela justiça ambiental tem por objetivo a superação das situações de exposição desigual aos problemas ambientais a que estão submetidas as populações socialmente excluídas, trazendo, como elemento central de reflexão e análise, o enfoque sócio-ambiental, que tem por princípio evidenciar os atores sociais em conflito, questionando as causas e os interesses envolvidos, para que os agressores ambientais sejam devidamente responsabilizados.

2.3 ABORDAGEM DA QUESTÃO AMBIENTAL CENTRADA NOS CONCEITOS DE INJUSTIÇA E JUSTIÇA AMBIENTAL

2.3.1 O conceito de (in)justiça ambiental e sua origem junto aos movimentos sociais

Acselrad (2009) afirma que o discurso hegemônico que impera na forma de abordar e divulgar a questão ambiental nos diferentes setores da sociedade, como nas escolas e nos canais de comunicação, nas instituições públicas e privadas, nos governos, bem como nas organizações não-governamentais, trata a crescente

degradação do meio-ambiente e a conseqüente perda de qualidade ambiental, de maneira generalizada, como se fossem compartilhadas por toda a sociedade igualmente, sem distinguir a maneira ou onde as pessoas vivem. Entretanto, ao contrário do que se pensa no senso comum, é possível perceber diferenças na maneira com que cada ator social interage com o ambiente, afetando-o e por ele sendo afetado.

Dentro deste contexto, a necessidade por melhor compreender a interação dos sistemas sociais com o ambiente motivou o surgimento da linha de pesquisa e de ação em justiça ambiental, que se ocupa em introduzir, aprofundar e organizar, nos estudos acadêmicos e na militância ambientalista, a perspectiva das desigualdades sociais. Desta forma, fortalece a reflexão e as ações sócio-ambientais, inserindo a qualidade ambiental como um novo elemento discriminatório nas dinâmicas sociais, através do estudo de classes e da estratificação social (HERCULANO , 2002).

Assim, para a declaração de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, redigido coletivamente no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, em setembro de 2001, o termo Justiça Ambiental assume mais que uma expressão do campo do direito, servindo como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos, ambientalistas e cientistas. Herculano (2002, p 02) define Justiça Ambiental, como:

O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como, resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.

Em linhas gerais, o conceito de justiça ambiental parte do conceito de equanimidade para alicerçar o debate sobre a justa distribuição dos riscos e benefícios ambientais na sociedade como um todo, ou seja, de forma não excludente e sectária. Complementarmente, a mesma autora define o que se entende por Injustiça Ambiental:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (Herculano, 2002. p. 02).

Em relação, a estes grupos sociais em situação de vulnerabilidade, Layrargues (2009. p 17) exemplifica alguns casos...

...os moradores de encostas de morros e margens de rios dos centros urbanos destituídos de políticas habitacionais decentes; trabalhadores de empreendimentos produtivos que são vítimas de riscos tecnológicos e das condições de insalubridade do trabalho; comunidades rurais dependentes de recursos naturais, como as populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas de modo geral, que vêem suas atividades de subsistência ameaçadas pela expansão da fronteira agrícola moderna, invasão turística, pela criação de Unidades de Conservação, pela mineração, entre outros.

Neste sentido, a análise de tendências do Relatório de Desenvolvimento Humano (2011) , apresenta que, em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar as repercussões da deterioração ambiental, ainda que, pouco contribuam para gerar o problema. Por exemplo, os países com um IDH baixo foram, segundo os dados desse informe, os que menos contribuíram para as alterações climáticas globais, mas foram os que mais sofreram com o aumento dos extremos climáticos, com repercussões na produção agrícola e nos meios de subsistência. Este mesmo documento ainda aponta que muitos problemas de esgotamento de recursos e de pressão ambiental são provocados por disparidades no poder econômico e político (PNUD, 2011)

Foi perante quadros alarmantes de desigualdade e exclusão social, que o enfoque da justiça ambiental se desenvolveu através de mobilização dos setores excluídos da sociedade para o enfrentamento dos conflitos sócio-ambientais aos quais estavam submetidos de forma injusta e intencional. Segundo Herculano (2002), a mobilização social em torno da obtenção de justiça ambiental teve início nos Estados Unidos, com a iniciativa de cidadãos e o respaldo do campo acadêmico. Um caso emblemático destes conflitos ocorreu em Love Canal, Niágara, Estado de Nova York, a partir de 1978, quando os moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas estavam construídas junto a um canal que tinha sido aterrado com dejetos químicos, industriais e bélicos, sem as

medidas de segurança necessárias. Pouco depois, em 1982, moradores da comunidade negra de Warren County, Carolina do Norte, também descobriram que seria destinado a sua vizinhança grande quantidade de solo contaminado por PCB (*polychlorinatedbiphenyls*). Data daquele mesmo ano o primeiro protesto nacional feito pelos afroamericanos contra o que chamaram de “racismo ambiental”. A partir daí, o movimento negro norte-americano sensibilizou congressistas e assim conduziu-se uma pesquisa que mostrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização das indústrias com alta emissão de poluentes, nada tinham de aleatório, pelo contrário, se sobrepunham e acompanhavam a distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos.

Acseirad (2009) afirma que a estratégia de gerar conhecimento próprio através de levantamento de dados e pesquisas sobre os casos de exposição aos riscos ambientais relacionados às comunidades em situação de vulnerabilidade e exclusão social e econômica, além de fortalecer suas reivindicações com a comprovação empírica de fatos, propiciou ainda consolidar a justiça ambiental e intensificar as frentes de luta às iniquidades ambientais, em nível local. Ao longo dos anos 80, lutas de base, similares à que ocorreu com a comunidade negra de Warren County, foram realizadas através de uma articulação criativa entre os aspectos de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis, elevando a justiça ambiental à condição central na luta pelos direitos civis, ao mesmo tempo em que induziu a incorporação da desigualdade na agenda ambientalista tradicional.

Por fim, estas informações permitiram uma reflexão mais profunda em relação às limitações locais e específicas das ações que este movimento já havia executado, identificando problemas e estabelecendo os princípios e as estratégias de luta que caracterizaram o que deveria se entender por Justiça Ambiental, em um sentido mais amplo, sendo assimilada e reconhecida por uma série de outras experiências mundo afora (ACSELRAD,2009).

2.3.2 Ação na denúncia e resistência à exclusão sócio-ambiental

Acseirad (2009) enfatiza que a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental, pois quando os benefícios de uso do meio ambiente estão concentrados na mão de poucos, estes que os detém, passam a deter maior poder

político e econômico, e assim, maior capacidade de transferir os “custos” ou “passivos ambientais” para os mais fracos. Conseqüentemente, a transferência dos riscos a quem não tem as condições de reagir, reduz o nível geral de “pressão” sobre as atividades produtivas danosas, que se vêem livres de realizar investimentos na gestão de seus custos, enquanto mantêm os mais fracos nesta situação de opressão, sem que se diminua sobre eles essa “pressão”. Assim, a proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade ambiental, pois não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social. Acseirad (2002, p 51) alerta que...

Os sujeitos sociais que procuram evidenciar a importância de uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental.

Esta lógica de percepção das desigualdades sociais, atreladas às injustiças ambientais e à exposição aos riscos, extrapola a racionalidade prioritariamente tecnológica, com que alguns autores vêm abordando a problemática dos riscos ambientais. Ao concentrar o foco na busca por avanços e inovações tecnológicas, com o intuito de assimilá-los em sua cadeia produtiva, as instituições vêm optando por internalizar e se adaptar aos novos conceitos de modernização ecológica como meio para lidar com a crise e cumprir com sua suposta responsabilidade social sem rever sua lógica produtiva ou as dinâmicas inerentes ao capital (ACSELRAD, 2002).

Assim, o enfoque da Justiça Ambiental tem por princípio o enfrentamento das desigualdades, posicionando-se em favor da inserção deste tema na pauta pública, através da denúncia da verdadeira lógica sociopolítica promotora da desigualdade ambiental, fechando o cerco contra empreendimentos ambientalmente perversos, de modo a impedir que qualquer tipo de população politicamente mais fraca sofra suas conseqüências (ACSELRAD, 2002).

Do ponto de vista da educação ambiental crítica, o enfoque conferido à desigualdade como social e historicamente determinada permite um tratamento da questão social de forma relacional que possibilita colocar em perspectiva estratos sociais distintos da mesma sociedade e verificar as assimetrias e injustiças existentes revelando as contradições da sociedade que, de outra forma, muitas vezes são “naturalizadas” (LAYRARGUES, 2009).

3 METODOLOGIA

A realização do presente trabalho baseou-se na metodologia descrita na literatura especializada para elaboração de Programas de Educação Ambiental - PEA. Segundo Woods & Woods (2008), para que a implantação de um PEA seja eficiente e produza impactos positivos, é necessário seguir os seguintes passos:

- i. **Conhecer a realidade ambiental do contexto onde se realizará a intervenção educativa;**
- ii. **Identificar e conhecer o público-alvo** que se tem em mente para o programa;
- iii. **Elaborar a mensagem ou conteúdos** desejados dirigidos a este público;
- iv. **Selecionar os meios** para fazer chegar a mensagem desejada; e
- v. **Realizar, avaliar e propor eventuais mudanças** a serem introduzidas no programa, sempre que necessário.

Estes passos guardam correspondência com os objetivos específicos definidos para o presente trabalho, constituindo, de fato, uma adaptação dos mesmos. Assim, o primeiro objetivo, definido como "Identificar a situação socioambiental imperante no local onde será realizado o processo educativo" se corresponde com o primeiro passo; o segundo e terceiro objetivos, de "Definir o público-alvo" e "Identificar a percepção ambiental do público-alvo" se corresponde com o segundo passo; o quarto objetivo "Elaborar uma proposta educativa específica considerando esse contexto" corresponde ao terceiro e quarto passos; e os restantes objetivos ("Aplicar o Curso de Educação Ambiental elaborado às lideranças jovens", "Elaborar o relato sistemático da aplicação do curso"; e "Avaliar o cumprimento dos objetivos propostos, e sugerir as adaptações necessárias ao seu melhoramento para sua eventual replicação") se correspondem com o quinto e último passo.

Foram utilizadas técnicas distintas para cumprir os objetivos definidos. Em relação ao primeiro objetivo da monografia, de "Identificação da situação socioambiental imperante no local onde será realizado o processo educativo" se realizou uma revisão bibliográfica sobre o processo de ocupação do litoral do Paraná e os problemas ambientais gerados, incorporando o aspecto social de forma a

trabalhar com o enfoque sócio-ambiental. Também se revisaram as ações de educação ambiental realizadas pelo Laboratório Sócio-ambiental nos últimos anos como antecedente de intervenções educativas na comunidade e referência metodológica.

O público-alvo se definiu considerando o potencial mobilizador do mesmo e a proximidade do autor que facilitasse a receptividade da proposta. Assim, se definiu dirigir a proposta a jovens do município com perfil de lideranças e potencial interesse com as questões ambientais, os que foram identificados a partir da participação do autor na vida social e política do município. Mais concretamente foram realizados alguns encontros com o Departamento Municipal de Juventude e seu gestor, identificando as demandas e potencialidades do público jovem e posteriormente uma aproximação com o Colégio Hélio Antonio de Souza (Balneário de Praia de Leste) e as lideranças do grêmio estudantil.

No que diz respeito ao objetivo de “Identificar a percepção ambiental do público-alvo”, ocorreu através da elaboração de um questionário de percepção ambiental, com base no modelo desenhado e aplicado por Foladori; Pierri e Taks (1996). O mesmo levanta informações socioeconômicas básicas das jovens lideranças e identifica a informação que possuem sobre a crise ambiental atual e os principais problemas ambientais a diferente nível (mundial, nacional, regional e local) e sua compreensão sobre a relação homem-natureza, perguntando sobre as causas e conseqüências desses problemas, e solicitando que identifiquem os responsáveis, beneficiários e prejudicados (APENDICE 4). Este procedimento, além de ferramenta de diagnóstico, contribuiu também para incitar os jovens a um primeiro momento reflexivo a respeito da temática proposta.

Para a aplicação dos questionários o autor realizou quatro campanhas entre os dias 24/04/2012 e 10/05/2012, período em que foram entrevistados 12 jovens, sendo todos membros do Grêmio Estudantil do Colégio Hélio Antonio de Souza. As entrevistas foram realizadas no turno da manhã, dentro da biblioteca do próprio colégio, em um espaço previamente cedido pela direção, que cooperou muito durante o processo de pesquisa. O diretor responsável pelo período da manhã, facilitou o acesso e o diálogo com os alunos e professores, repassando ao pesquisador uma lista completa dos membros do grêmio estudantil.

As entrevistas foram realizadas no período de aula dos entrevistados, durando, em média, 50 minutos cada uma, o período de uma hora-aula. Para que

não atrapalhasse demasiadamente o rendimento deles na disciplina em que estavam ausentes devido às entrevistas, era recomendada a reposição do conteúdo perdido junto aos colegas de classe e com o professor responsável.

O procedimento adotado ao chegar ao colégio era o de comunicar a chegada do pesquisador à direção, que então era encaminhado ao local de realização das entrevistas, enquanto o diretor chamava os alunos. Na chegada do aluno, o autor se apresentava expondo qual era o intuito da pesquisa, por que eles foram escolhidos e como funcionava o instrumento usado para recolher a percepção ambiental do entrevistado, demonstrando as três etapas do questionário elaborado (Dados Pessoais, Dados Familiares e Percepção Ambiental). Foi enfatizado o fato de que a entrevista não era um instrumento de avaliação quantitativa e que não receberiam uma “nota” por cada pergunta respondida. Isso foi feito com o intuito de deixar os participantes descontraídos e sem medo de expressar sua opinião. Também lhes foi avisado que não eram obrigados a responder. Caso alguma questão fugisse de seu entendimento e se por ventura não conseguissem respondê-la no momento, poderiam deixar em branco de modo a não se sentirem constrangidos. Concluídas as explicações iniciais, eram informados que se tivessem dúvidas em relação ao entendimento do enunciado de alguma questão poderiam indagar o entrevistador, que lhes esclareceria o máximo possível, resguardando os limites cabíveis para não induzir as respostas. Encerrada cada entrevista, o próximo entrevistado era convocado.

As informações levantadas foram sistematizadas, categorizadas e interpretadas, servindo de base para construção da proposta. Primeiramente as respostas dos questionários foram repassadas para a versão digital separadamente o que facilitou a leitura e categorização. O tratamento dos dados teve como ferramenta o método de análise de conteúdo, agrupando os dados obtidos, por pergunta, mantendo as expressões originais das respostas. A partir disso procurou-se identificar as tendências gerais contidas nos discursos o que auxiliou na definição do melhor método de análise das informações levantadas. Como a quantidade de dados resultou muita e este estudo não é o foco principal do trabalho proposto, senão apenas um passo para servir de base ao desenho do curso, optou-se por sintetizar as informações populacionais básicas e analisar aquelas respostas que apareceram como mais significativas aos fins de identificar a percepção ambiental dos entrevistados.

Para a elaboração da proposta educativa, partiu-se do diagnóstico realizado na fase anterior, assim se definiram os objetivos do curso, os seus conteúdos temáticos e as formas de aplicação e, baseando-se nisto, foram elaboradas as aulas e a apresentação auxiliar em Power Point (APENDICES 3 e 9). Do ponto de vista instrumental, se determinaram os recursos necessários para a realização do curso (materiais e humanos) e se elaborou um planejamento detalhado organizado numa planilha por etapa do curso (pré-aplicação, aplicação, e pós- aplicação) e outra para a avaliação do cumprimento das tarefas planejadas (APENDICES 8 e 11).

O objetivo de “Aplicar o Curso de Educação Ambiental elaborado às lideranças jovens”, teve prévia autorização da direção do Colégio que proporcionou o local e equipamentos necessários, foi realizado mediante convite pessoal e digital aos participantes e em definição conjunta da data, do horário e do local do curso, sendo este realizado através de aulas expositivas, exposição de vídeos e relatos das experiências dos membros da equipe. O objetivo de “Elaborar o relato sistemático da aplicação do curso” se realizou em base à observação, anotações e registros fotográficos realizados por membros da equipe executora (um responsável pela relatoria e outro pelos registros fotográficos), que, entre outros aspectos, registraram o uso do tempo/atividades.

Finalmente, o objetivo de “Avaliar o cumprimento dos objetivos propostos para esta ação e sugerir as adaptações necessárias ao seu melhoramento e eventual replicação” foram realizados distintos procedimentos, a saber: registro da presença dos participantes; registro da quantidade e qualidade da participação dos jovens; aplicação de uma enquête prévia e outra posterior, cujas informações foram agrupadas para serem analisadas; e, por último, uma discussão de avaliação geral por parte da equipe executora.

A enquête prévia se desenhou perguntando o grau de informação ou conhecimento dos principais tópicos, assim como as expectativas dos participantes, e a enquête posterior perguntando o grau de compreensão dos mesmos tópicos e de satisfação das expectativas de forma a poder comparar com a primeira, assim como solicitar as sugestões dos jovens para a melhoria da proposta e futuras replicações (APENDICES 5 e 6).

4 ANÁLISE DE CONTEXTO

4.1 ÁREA DE ESTUDO

O litoral paranaense se localiza entre os paralelos 25° e 26° de latitude sul e 48° e 49° de longitude oeste, compreendendo uma superfície total de 6.135,4 km². A costa oceânica tem em torno de 100 km, limitado ao norte pelo Canal do Varadouro e ao sul pela foz do Rio Saí-Guaçu, enquanto a costa estuarina têm aproximadamente 1.300 km de extensão, sendo recortada pelo Complexo Estuarino de Paranaguá, que representa o maior estuário da costa sul do Brasil, e pela baía de Guaratuba. Originados do avanço do mar, estes dois corpos d'água recebem água doce de uma rede intrincada de rios com manguezais ocupando a maior parte de suas margens (CORREA, 1993). Estes dois complexos estuarinos proporcionam à costa um desenho muito recortado que, associado a sua grande extensão, à sua diversidade geológica, geomorfológica e a s dinâmicas do litoral, propiciam a formação de numerosos tipos de costa (ANGULO, 1993).

O Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) é constituído por dois eixos principais: o eixo leste-oeste formado pelas Baías de Paranaguá e Antonina, com extensão de 50 Km, e o eixo norte-sul com 30 Km de extensão compreendendo as baías de Guaraqueçaba e Laranjeiras (KNOPPERS *et al*, 1987). A ligação deste estuário ao oceano adjacente ocorre por dois canais distintos, denominados Canal Sueste e o Canal da Galheta, sendo este o atual canal de acesso ao Porto de Paranaguá e o limite norte do município de Pontal do Paraná.

O município de Pontal do Paraná (Figura 1) localiza-se geograficamente na Latitude 25 ° 40 ' 25 " Sul, Longitude 48 ° 30 ' 40 " Oeste, com altitude máxima de 10 metros. Possui área territorial de 202,159 km² e está situado a 119,50km de distância da capital do estado, estendendo-se paralelamente ao oceano Atlântico na direção NE-SW por cerca de 30km na porção central da planície costeira paranaense. Limita-se ao sul com o município de Matinhos, a oeste com o município de Paranaguá e ao norte com o CEP, onde o município é emoldurado pelos manguezais da região estuarina dos rios Guaraguaçu e do Maciel, onde ocorre o

encontro das águas doces continentais com as águas salgadas oceânicas e a formação de substrato lodoso, configurando um ambiente do qual este tipo de vegetação é exclusivo (PONTAL DO PARANÁ, 2004).



FIGURA 1– LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
FONTE: PONTAL DO PARANÁ (2004)

4.1.1 Aspectos Socioeconômicos

Para melhor compreender a complexidade do litoral paranaense, Pierri (2003), propõe uma classificação para seus 7 municípios, agrupando-os em 3 categorias, a partir da análise das similaridades socioeconômicas historicamente construídas e sua influência no processo de ocupação desses municípios. Assim, verificam-se os municípios de perfil portuário, Paranaguá e Antonina; os rurais, Morretes e Guaraqueçaba; e os municípios praiano-turísticos, sendo eles: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Esta classificação destaca o elemento econômico de maior expressão na constituição e/ou explicação da situação atual de cada um deles. Com relação à ocupação territorial destes municípios é possível verificar que o espaço e a população permanente estão distribuídos de forma muito desigual, apresentando densidades municipais bem diferentes. Paranaguá, com apenas 11% da superfície total, concentra 54% dos habitantes (127.339), e Guaraqueçaba, com 35% da superfície total, da região, tem apenas 4% de sua

população (8.288 habitantes), segundo dados do censo populacional de 2000 e de superfície de 2003 (PIERRI et al, 2006).

Segundo a mesma autora, o município de Pontal do Paraná apresenta alta taxa de crescimento, tendo duplicado sua população no período de 1991 a 2000, passando de 5.577 para 14.323 habitantes, apresentando a maior taxa de crescimento anual médio de todo o litoral, durante este período: 10,93%. Esta elevada taxa de crescimento ainda é verificada no município, sendo contabilizado no censo de 2010 um incremento de 6.597 habitantes em relação à 2000, apresentando um crescimento de 46% da população residente neste período, totalizando 20.920 habitantes, e assim, uma densidade demográfica de 105,99 hab/km² com grau de urbanização correspondente à 99,15% (IPARDES, 2012).

Este alto índice de crescimento no município é um reflexo do “boom” gerado pela ocupação balneária ligada ao turismo de “sol e praia”, que convocou um processo acelerado de investimentos, construção imobiliária e instalação de comércio e serviços. Esse fenômeno constitui os municípios de uso balneário numa “zona de fronteira” do estado, que vem sendo ocupada por um massivo fluxo de imigrantes provenientes, principalmente, de outras regiões do Paraná, e, secundariamente, de estados vizinhos (PIERRI, 2003).

O crescimento populacional levanta um importante aspecto da dinâmica de ocupação do solo no município. Pontal do Paraná (2004) informa que cerca de 1/3 das ocupações apresentam irregularidades relacionadas ao seu cadastro fundiário. Este dado auxilia a refletir sobre uma forte contradição relacionada à ocupação do solo e ao acesso à moradia digna, ao considerar que o município possui 73% de seus domicílios (20.165 dos 27.366 domicílios recenseados) destinados ao uso ocasional, ou mesmo, permanecendo vagos durante todo o ano. Este é um aspecto conflitante dentro do contexto sócio-ambiental do município, pois há moradias suficientes para atender a todos, entretanto, dado as pressões geradas da especulação imobiliária e às diferenças de poder de acesso e uso do solo, nem todos os habitantes permanentes podem usufruir deste recurso de maneira legalmente adequada, apontando uma forma em que se manifesta a desigualdade social em nível local.

Outro aspecto conflitante relacionado ao processo de ocupação do solo dentro do município é a instalação irregular de marinas ao longo das margens dos canais escavados pelo DNOS, na década de 1960, em Pontal do Sul. Conforme

aponta Pierri *et al* (2006), este processo está ligado ao uso turístico de navegação recreativa que necessita de áreas de apoio em terra e de acessos seguros à Baía de Paranaguá. Estas instalações podem localizar-se em áreas naturais abrigadas dos ventos e das ondas e apresentar calados propícios, entretanto, em alguns casos podem demandar aterros e dragagens, impactando áreas de mangues ou planícies úmidas de altitude próxima ao nível do mar.

Em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos em Pontal do Paraná, Santos (2006) informa que, desde fevereiro de 2000, o município possui um aterro sanitário para a deposição adequada dos resíduos gerados. A implantação do aterro foi possibilitada devido a uma parceria com o município de Matinhos, a qual deu origem ao CIAS (Consórcio Intermunicipal Aterro Sanitário). Enquanto à coleta seletiva de lixo reciclável no município, ao longo do ano ocorre de maneira descentralizada e é realizada por “carrinheiros” e “carroceiros”, dos quais uma parte é organizada pela AMCORESPP, a Associação Municipal dos Coletores de Resíduos Sólidos de Pontal do Paraná.

Em relação ao abastecimento de água (TABELA 1), o município apresenta 24.359 unidades atendidas, dos quais, apenas 6.335 são atendidas por esgotamento sanitário (TABELA 2) (IPARDES, 2011).

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	23.156	19.958
Comerciais	1.004	787
Industriais	13	13
Utilidade pública	92	88
Poder público	94	94
TOTAL	24.359	20.940

TABELA 1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CATEGORIA
FONTE: IPARDES 2012

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	5.966	4.553
Comerciais	342	236
Utilidade pública	10	10
Poder público	17	17
TOTAL	6.335	4.816

TABELA 2 – ATENDIMENTO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
FONTE: IPARDES 2012

O esgotamento sanitário adequado que cobre menos de $\frac{1}{4}$ das unidades domiciliares atende a faixa mais próxima à praia, que possui as residências que majoritariamente permanecem o ano todo em desuso. Conseqüentemente, a maior parte do esgoto doméstico gerado no município fora de temporada não recebe o tratamento adequado, podendo ocasionar perda na qualidade ambiental e doenças, especialmente nas inundações. Este déficit constitui possivelmente o problema ambiental principal por expor à população permanente do município a condições sanitárias precárias ao longo de todo o ano.

A crise de recursos pesqueiros que se manifesta a nível mundial também pode ser percebida, ainda que em menor grau, no contexto municipal, particularmente devida à pesca de arrasto de camarão na região. O arrasto de fundo, realizado pela pesca de grande escala, tem sido reconhecido (pela comunidade científica, por ONGs ambientalistas, gestores e, inclusive, pelos próprios usuários) como uma das práticas mais incongruentes com as características dos recursos e ecossistemas locais (CALDEIRA, 2009). Segundo Natividade (2004), a frota arrasteira, em específico de média e grande escala de fora do município, captura o camarão sete-barbas entre setembro e dezembro, período em que a reprodução da espécie é intensa, embora proibida, é bastante freqüente a captura desse recurso nas regiões mais rasas da plataforma paranaense, consideradas locais de crescimento da espécie. Com menor capacidade operacional e econômica para buscar novas áreas de pesca, esta prática acaba afetando prioritariamente a pesca de pequena escala, caracterizando o conflito entre pequena x média escala. Esta é uma problemática grave, no contexto municipal, devido sua forte importância social, visto que a disponibilidade de pescado é um condicionante para a produção e reprodução sócio-econômica dos pescadores artesanais, e sua crise pode acarretar perdas sócio-econômicas e culturais significativas (TANNO, 2009).

4.2 CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO-ALVO

4.2.1 Dados pessoais

Ao todo, foram feitas 12 entrevistas com os membros da atual gestão do Grêmio Estudantil Ivo Vieira, do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza. Quase todos (11 dos 12) se encontravam cursando o terceiro ano do ensino médio e um cursava segundo ano. Em termos de sexo, os entrevistados se dividiram igualmente entre homens e mulheres, e em termos de idade metade tinham 16 anos de idade, e a outra metade 17 anos. Onze dos doze entrevistados residem no município de Pontal do Paraná, e o restante reside no município de Matinhos. Dos primeiros, a maioria relativa (5 dos 11) mora em Praia de Leste, o mesmo balneário onde se localiza o colégio, e os outros 6 em diferentes localidades no município.

Quanto à estrutura familiar, todos os entrevistados vivem junto a familiares adultos, predominando a estrutura pai-mãe e filhos. Estas famílias possuem de 3 a 5 membros, sendo que a maioria (6 dos 12) é de 4 membros. Todos os entrevistados informaram que ao menos parte da família veio de fora da região litorânea, sendo que a maioria (7 dos 12) veio de localidades do mesmo estado do Paraná. O tempo de residência na região variou bastante, indo desde famílias estabelecidas há 35 anos a outras com pouco mais de um ano. Em média, as famílias estão estabelecidas no litoral há quase 13 anos, sendo que apenas 3 entrevistados tem tempo de residência de até 5 anos. Todas as famílias permaneceram no mesmo município em que chegaram. Em termos da proposta educativa deste trabalho, este tempo de residência constatado na maioria das famílias onde se inserem os entrevistados seria suficiente para compor uma visão das problemáticas sociais e ambientais do município em que moram e, possivelmente em menor medida, também da região litorânea.

Foi perguntada a escolaridade dos pais como indicador do ambiente sócio-cultural da família. Assim, verificou-se que as mães de 7 dos 12 entrevistados apresentam ensino médio completo, e tem duas com nível superior concluído. Enquanto o nível de escolaridade dos pais constatou-se relativamente mais baixo que o das mães, sendo que a metade tem ensino fundamental, havendo apenas 2 com ensino médio completo, e outros dois com nível superior completo. Esta escolaridade familiar, particularmente pela constatada nas mães, é claramente superior à que predomina na região (PIERRI, 2003) e, aos efeitos do presente trabalho indica que os jovens entrevistados estão inseridos num ambiente provavelmente informado ou pelo menos favorável à busca de informação e compreensão da realidade.

Dentre as ocupações dos pais prevalecem ocupações profissionais ligadas à área do comércio (empreendimentos familiares quase todos) seguido do setor de prestação de serviços e outros. Nenhum trabalha diretamente com a temática ambiental. Em termos de renda familiar mensal, esta varia entre um mínimo de R\$ 800,00 e um máximo de R\$ 5.900,00, sendo que metade das famílias dos entrevistados se concentra na faixa que ganha entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00, havendo 2 famílias por abaixo desse nível, e 4 por acima.

Todos os entrevistados informaram residir com suas famílias em casa própria e, salvo num caso, ter pelo menos um carro. Em todas as casas há computadores e conexão a internet, também com uma exceção. Todos esses fatores indicam uma situação familiar para quase todos os entrevistados com acesso a bens materiais que supõem um nível de vida além da satisfação das necessidades básicas assim como condições propícias para o estudo e acesso a informações, o que se soma favoravelmente ao nível educativo dos pais.

No entanto, 8 dos 12 jovens entrevistados trabalham. Cinco deles desempenham funções ligadas ao setor do comércio (panificadora, loja de presentes, sorveteria e pizzaria), 2 trabalham no setor público, fazendo estágio na administração municipal, e 1 trabalha na prestação de serviços (embelezamento veicular). As funções que desempenham são, majoritariamente, de balconistas nos comércios, havendo 1 pizzaiolo, e 1 que trabalha no espelhamento de carros. A carga horária semanal é bem variada, indo de um mínimo de 4 horas a um máximo de 35 horas. A média semanal é de 21 horas e 25 minutos, o que, se regularmente distribuído em cinco jornadas, suporia que trabalham pouco mais de 4 horas/dia. Quanto ao tempo que faz que trabalham também é bem variado, indo desde 2 meses até 5 anos. Dois deles não recebem diretamente pelo trabalho realizado devido a que estão colaborando num empreendimento familiar. O valor médio semanal dos que recebem é de R\$ 101,66 reais, o que totaliza R\$ 406,64 reais mensais (Tabela 3).

O fato de estes jovens trabalharem tem o aspecto negativo de que dispõem de menos tempo para estudar, mas, no mesmo momento, os aspectos positivos de supor uma atitude de responsabilidade ao colaborar na geração da renda familiar, e também supõe ganhar uma experiência que amadurece e favorece a compreensão da realidade. Quanto aos tipos de trabalho, que são pouco qualificados e pouco

remunerados, condiz com a oferta de emprego majoritária no litoral e a pouca idade e capacitação destes jovens.

Profissão	Renda semanal	Carga horária semanal	Periodicidade do trabalho	Há quanto tempo trabalha
Espelhamento	100,00 R\$	20 hs	Ano todo	2 anos
Balconista	150,00 R\$	30 hs	Ano todo	1 ano
Balconista	Não recebe	10 hs	Ano todo	
Atendente	Não recebe	25 hs	Ano todo	5 anos
Funcionário do Comercio	60,00 R\$	16 hs	Temporada e fim de semana	
Estagiário na Sec. de esportes	75,00 R\$	4 hs	Ano todo	2 meses
Pizzaíolo	125,00 R\$	35 hs	Ano todo	2 meses
Estagiário na prefeitura	100,00 R\$	30 hs	Ano todo	4 meses
-	101,66	21 hs e 25 min.	-	-

TABELA 3- OCUPAÇÃO PROFISSIONAL, RENDA E CARGA HORÁRIA SEMANAIS, PERIODICIDADE E ANTIGUIDADE NO TRABALHO DOS ENTREVISTADOS

Como já dito, todos os entrevistados participam do grêmio estudantil do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza, no balneário Praia de Leste, exercendo diferentes funções, responsabilidades e graus de envolvimento na execução das tarefas do grêmio. Em termos de tempo dessa participação, varia de 3-4 meses, a 7-8 meses. Apenas três dos jovens entrevistados informaram participar de outras organizações sociais: um num grupo de jovens de sua igreja, outro na associação de moradores do seu balneário e outro na UMESPP - União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Pontal do Paraná, em cuja articulação esteve envolvido.

Ao identificar essas diferenças entre os entrevistados se desfez a idéia inicial que imaginava estes jovens como um grupo mais homogêneo de lideranças ativas. Na realidade, participar do grêmio estudantil não necessariamente está ligado a um perfil de liderança senão que pode se dever a outras questões tais como vínculos de amizade, indicação dos professores, influência dos pais, ou ainda devido ao individuo apresentar boa capacidade de comunicação (eloquência). Este fato pode vir a explicar também os diferentes graus de informação e consciência ambiental mostrado pelos entrevistados nos itens seguintes do questionário aplicado.

4.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PÚBLICO ALVO

Existem duas grandes concepções da percepção ambiental, assim como abordagens para o seu estudo: a que foca na percepção do ambiente natural como derivada do contato do sujeito com o meio através dos sentidos, e a que entende a percepção como derivada de um processo além da simples percepção dos sentidos e que consiste em consciência sobre a situação ambiental. Exemplo da primeira concepção é Oliveira (1996, p. 3) que define a percepção como sendo “um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos”. Exemplo da segunda concepção é o estudo de Foladori, Pierri e Taks (1996) onde a percepção ambiental foi conceitualizada como consciência ambiental, que supõe a conjunção de informação, compreensão e ação sobre a problemática socioambiental, num determinado contexto histórico.

Assim, esta etapa do presente trabalho objetivou coletar informações que revelem a compreensão da atual problemática sócio-ambiental que os jovens entrevistados apresentavam no momento da pesquisa. O questionário foi extenso e bastante exaustivo mais, sendo um insumo para a elaboração da proposta educativa idealizada no marco deste trabalho, optou-se aqui por apresentar os resultados que aparecem como mais expressivos ou significativos.

Metodologicamente, as respostas foram analisadas em vários aspectos com o intuito de captar o grau de informação e a visão da questão ambiental dos jovens. Em primeiro lugar se analisou o que entendem por “ambiente” e os problemas ambientais que identificam para identificar se correspondem a uma preocupação limitada aos aspectos biofísicos ou esta inclui também aspectos ou problemas sociais. Complementarmente, se procurou identificar se partem da idéia do homem genérico, como espécie homogênea (independente da época e das desigualdades sociais), ou se há uma percepção das sociedades concretas, as desigualdades sociais e de que estas operam na desigual apropriação dos recursos, na desigual responsabilidade da geração dos impactos e na geração diferenciada de benefícios e prejuízos.

4.3.1. Conceito de Crise Ambiental

Foi perguntado aos jovens o que entendem por “*crise ambiental*”. Nenhum deles definiu propriamente o que seria a crise ambiental, sendo que alguns (3) aludiram a se tratar de um “todo” “anormal” difícil de explicar, a maioria (5) deu respostas em torno à idéia de destruição da natureza e problemas ambientais, outros (3) reduziram a crise a um problema ambiental específico (poluição, desmatamento) e um entrevistado se referiu às causas e efeitos sociais, mas sem conceitualizar a crise em si (QUADRO 02).

Nestas respostas, o conceito de ambiente refere apenas aos aspectos biofísicos sem incluir o social, e quando se alude a prejuízos sobre pessoas (apenas duas respostas) é sob a idéia de impacto dos problemas ambientais nelas e não de problemas sociais propriamente.

A maioria alude à crise como um resultado, mas em algumas respostas causas e efeitos se confundem, como por exemplo, as que aludem à “destruição” e “degradação” que ao mesmo tempo são causas e conseqüências. Neste caso, se trata de ações técnicas (relação Homem-Coisas), mas há menção reiterada (3) da falta de ações de preservação, que, se bem inclui aspectos técnicos, supõe também aspectos mais sociais (políticas, legais, etc.). Em dois casos há referência às responsabilidades de gerar a crise ou os problemas ambientais: num caso, se alude ao “Homem” genérico (“Problemas ambientais provocados pelo homem, o que causa diversas mudanças”), o que condiz perfeitamente com a visão naturalista, e no outro caso, há um reconhecimento de que uma parte da sociedade usa os recursos em benefício próprio, e coloca que isso prejudica a todos (“Quando pessoas, para se favorecer dos bens da natureza acabam prejudicando a sociedade”). Esta última resposta se sai um pouco da visão do homem genérico, porém não chega a identificar que os prejuízos, ainda sendo “de todos”, são fundamentalmente desiguais e recaem nos setores mais pobres e menos protegidos.

Assim, a análise deste item mostra que estes jovens têm certa informação sobre a questão ambiental, e que possuem o conceito naturalista de ambiente, que o identifica apenas com seus elementos biofísicos e coloca em questão, principalmente, a relação técnica Homem-Coisas. Isoladamente, apareceram alguns elementos de uma visão mais social, mas que não chega a superar plenamente a concepção naturalista dominante.

Tipo de conceitualização	Respostas textuais sobre o que é crise ambiental
Um “todo” “anormal” e difícil de explicar	...um todo difícil de ser explicado. A gente sabe que existe, mas é difícil definir bem o que é
	Tudo o que envolve os últimos acontecimentos relacionados ao meio ambiente e tem causado preocupação a todo planeta
	Toda essa revolta (natureza), tudo de anormal que está acontecendo naturalmente
Destruição da natureza/problemas ambientais	Condições que prejudicam o ambiente e aqueles que vivem nele
	Problemas no meio ambiente
	Problemas ambientais provocados pelo homem, o que causa diversas mudanças;
	Destruição da natureza e a falta de ações de preservação
Redução a um problema biofísico específico	Degradação do meio-ambiente e a falta de ação conjunta para resolver
	Altos índices de poluição
	Problema gerado da poluição emitida e da falta de interesse de preservação
Refere a motivos e efeitos sociais	Efeitos que o desmatamento causa no meio-ambiente
	...quando pessoas, para se favorecer dos bens da natureza acabam prejudicando a sociedade

QUADRO 2 - RESPOSTAS SOBRE O QUE É CRISE AMBIENTAL

4.3.2. Concepção sobre os principais problemas ambientais a nível do planeta

Neste tópico serão apresentados os dados coletados sobre os problemas ambientais ao nível do planeta. As informações coletadas foram agrupadas em quadros sendo que as correspondentes aos outros níveis (nacional e regional) estão disponíveis no Apêndice 1.

As respostas dos entrevistados mostram como **principais problemas ambientais identificados** pelos jovens o “aquecimento global” e o “desmatamento”, ambos com 4 indicações, em seguida a “poluição”, com 3, e por último uma indicação de “degradação da natureza” (Quadro 03). Estes problemas ambientais apresentados como prioritários a nível global se limitam a problemas biofísicos, denotando, também nestas respostas, o predomínio da visão naturalista. Esta visão enraizada no “senso comum” da questão ambiental fica ainda mais evidente ao constatar a ausência de citações à desigualdade social, a fome e a pobreza, ou a qualquer outro aspecto social que se refira a dificuldades de sobrevivência ou boas condições de vida que a visão da crítica social prioriza. Esta pode ser a maior

informação extraída nesta etapa do trabalho, indicando a maior carência dos jovens dentro da problemática sócio-ambiental.

	PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
1	Destruição da Amazônia	Corte ilegal de madeira	Destruição da mata	Empresas ilegais	As próprias empresas	O próprio ser humano
2	Altos índices de poluição	As pessoas	Desde a natureza à sociedade, o ambiente como um todo.	As pessoas	Fábricas e governo	Todos
3	Aquecimento global	Poluição Atmosférica	Buraco na camada de ozônio	Seres humanos	Ninguém	Seres humanos e as futuras gerações
4	Indústrias	Consumo	Poluição	Ser humano	Uma pequena parte da população rica	Todos e o mundo
5	Desmatamento	Demandas para a formação de produtos variados (casas, madeira...)	Super aquecimento do planeta	Grandes empresários Classes dominantes "Super classes"	População	População e Natureza
6	Aquecimento Global	Excessos variados (carros, pessoas, máquinas...)	Derretimento das geleiras	"Nós mesmos"	Não tem	Todos nós
7	Desmatamento ilegal	Procura por lucro financeiro	Acaba com o solo e os animais/ extinção	Nós... "o famoso homem que não pensa"	Elites ... "as vezes usamos e nem sabemos"	O mundo
8	Derrubada das matas	Comércio de madeira e atividade agropecuária	Aquecimento (global) e erosão em beiras de rios	Fazendeiros principalmente	Ninguém	Em princípio, as pessoas que moram perto destes locais.
9	Aquecimento global	Poluição	Poluição do ar	Os próprios seres humanos	Ninguém é beneficiado	Toda a população mundial
10	Poluição dos mares e rios	Jogar lixo, derramamento de petróleo	Mata os peixes, a biodiversidade nesses locais/deixa a água imprópria para o consumo	Nós mesmos. Grandes empresas, navios petroleiros e bases de retirada de petróleo	Na verdade, ninguém	Todos nós
11	Efeito estufa	Emissão de gases	Aumento da temperatura da Terra	O próprio homem com as revoluções industriais que causam muita poluição	Na verdade, não há beneficiados, só as indústrias	O ecossistema do mundo
12	Degradação da natureza pelo homem	Lixo, Co2 em excesso, desmatamento, derramamento de óleo	A natureza - o solo não consegue absorver tanto lixo, as árvores não absorvem tanto Co2 e as algas não tratam todo o ar.	Nos mesmo pela falta de consciência	O bolso dos que já tem mais do que muitos	Nosso filhos, netos e toda a geração

QUADRO 3 - RESPOSTAS SOBRE PRINCIPAL PROBLEMA AMBIENTAL - NÍVEL PLANETA

Em relação às causas dos problemas mencionados, de modo geral apresentam uma boa relação lógica (causa - consequência), com exceções, como por exemplo, o questionário 2 cita como problema os "altos índices de poluição" e sua causa "as pessoas", que refere a responsáveis e não a causas. Já outras respostas mostraram uma compreensão melhor da temática apontada, em especial

as causas apontadas para o “desmatamento” e para o “aquecimento global”, onde foram apresentados elementos de cunho econômico, cultural e técnico.

Para o “desmatamento” foram apontados aspectos econômicos: “Demandas para a formação de produtos variados (casas, madeira...)”, “Procura por lucro financeiro” e “Comercio de madeira e atividade agropecuária”. E também foi apontado o aspecto jurídico da questão: “Corte ilegal de madeira”. Para o “aquecimento global”, foram explicitados aspectos técnicos da questão: “Poluição Atmosférica”, “Poluição” e “Emissão de gases”. Já outro entrevistado se referiu a “Excessos variados (carros, pessoas, máquinas...)” o que indica certa percepção sobre aspectos sociais que causam o problema. Entretanto, o jovem recai em uma visão malthusiana percebendo o contingente populacional como causador do problema, sem referir às causas dos excessos nem às desigualdades de condições e os diferentes graus de responsabilidade na degradação ambiental. Neste sentido, as respostas do questionário 12 também apresentaram traços de análise mais ampla do problema (“Degradação da natureza pelo homem”) mencionando varias causas para o mesmo: “Lixo, Co2 em excesso, desmatamento, derramamento de óleo”. Enquanto que o questionário 4 aponta o “consumo” como causa para o problema “Indústrias” evidenciando certa compreensão dos mecanismos socioeconômicos presentes. Ainda assim não refere aos diferentes padrões de consumo e ao acesso desigual aos recursos, apresentando o “consumo” de maneira genérica, como algo abstrato que move e controla a “Indústria”.

Com relação às conseqüências dos problemas identificados pelos jovens observou-se o predomínio das respostas referentes aos impactos sobre os ecossistemas diretamente afetados, o que não impediu a presença de respostas que equacionavam as conseqüências de forma mais ampla. De modo geral as respostas apresentaram um bom nível de compreensão sistêmica dos problemas levantados, mas em alguns casos mostrou-se falta de intimidade e/ou compreensão dos desdobramentos ecológicos do problema apontado. O mesmo pode ser dito em relação às conseqüências sociais de cada problema, pois foi abordado por apenas um dos entrevistados e de maneira incipiente.

Para o “desmatamento” predominou a menção às conseqüências técnicas e ecossistêmicas de ordem direta e indireta, a saber: “Destruição da mata” (técnico direto), “Super aquecimento do planeta” (ecossistêmico indireto), “Acaba com o solo

e os animais/ extinção” (ecossistêmico direto), “Aquecimento (global) e erosão em beiras de rios” (ecossistêmico direto e indireto).

Em relação às conseqüências apontadas sobre o “aquecimento global” duas podem ser consideradas equivocadas, demonstrando falta de compreensão dos processos ecossistêmicos, a saber, “Buraco na camada de ozônio” e “Poluição do ar”. No primeiro caso o equívoco provavelmente ocorreu devido a ambos os problemas estarem ligados a emissão de gases poluentes na atmosfera. Enquanto no segundo caso, aparentemente ocorre à inversão da “causa” em “conseqüência”. As outras duas respostas mostraram conseqüências ecossistêmicas diretas corretas: “Derretimento das geleiras” e “Aumento da temperatura da Terra”.

Em relação ao problema de “poluição” aparecem referências a aspectos de **caráter social** tais como a resposta “Desde a natureza à sociedade, o ambiente como um todo” que mostra uma compreensão unificada do sistema sociedade-natureza, ainda que incipiente. Outra resposta refere aos impactos sobre a sociedade dos problemas ambientais, mencionando a limitação de uso dos recursos hídricos devido à poluição: “Mata os peixes, a biodiversidade nesses locais e deixa a água imprópria para o consumo”.

Em relação à compreensão dos jovens sobre quem são os responsáveis sobre os problemas ambientais apresentados, a análise das respostas mostra que entre os entrevistados predomina a compreensão da distribuição igualitária de responsabilidade sobre os problemas ambientais, seguindo a concepção hegemônica. Assim, em 9 das 12 respostas foram apresentados termos genéricos tais como: “As pessoas”, “Seres humanos”, “Ser humano”, “Nós mesmos”, “Nós, o famoso homem que não pensa”, “Os próprios seres humanos”, “O próprio homem com as revoluções industriais que causam muita poluição”, “Nos mesmos pela falta de consciência”, e “Nós mesmos”. Entretanto, nesta última resposta o entrevistado acrescenta “Grandes empresas, navios petroleiros e bases de retirada de petróleo”, distinguindo, num segundo momento, setores específicos da sociedade responsáveis pelos impactos. Já as outras 3 respostas apresentam claramente distintos atores sociais e setores como responsáveis: “Empresas ilegais”, “Grandes empresários, classes dominantes e “Super classes” e “Fazendeiros principalmente”. Estes discursos podem indicar que o debate sócio-ambiental está permeando a compreensão pelo menos destes três jovens.

Em relação a qual é a percepção dos jovens **em relação às partes da sociedade beneficiadas com o problema ambiental** em questão predominou, com seis indicações, a percepção de que apenas uma parcela da sociedade se beneficia dos prejuízos causados ao ambiente, aludindo principalmente aos empresários produtivos (da indústria), os ricos e secundariamente o governo. Assim, mencionaram: “As próprias empresas”, “Fábricas e governo”, “Uma pequena parte da população rica”, “Elites ...”, “O bolso dos que já tem mais do que muitos”, e “Na verdade, não há beneficiados, só as indústrias”. Esta última resposta é interessante porque denota que, num primeiro momento, não se identificam beneficiados dos problemas ambientais, mas pensando um pouco mais, às vezes, se consegue perceber.

O restante dos depoimentos mostra mais claramente essa dificuldade visto que cinco entrevistados informam não haver beneficiados, expressando neste aspecto a concepção hegemônica da questão ambiental. E ainda há um depoimento que colocou como beneficiada a “População” em geral, se referindo ao fato da população usufruir dos produtos gerados que causam a degradação do ambiente.

No que diz respeito à identificação dos prejudicados pelos principais problemas ambientais, em sua maioria foi apontada a totalidade da população humana com estas expressões: “O próprio ser humano”, “Todos”, “Todos nós”, “Toda a população mundial”. Contudo, também foram apresentadas respostas que integravam os aspectos sociais e ambientais indicados, porém em termos genéricos e com um viés naturalista: “Todos e o mundo”, “População e Natureza”, “O mundo” e “O ecossistema do mundo”. Outras duas respostas mostram discursos que se aproximam ao conceito de geral de sustentabilidade: “Seres humanos e as futuras gerações” e “Nossos filhos, netos e toda a geração”. A única resposta que fez maior distinção dos atores prejudicados foi a que colocou “Em princípio, as pessoas que moram perto destes locais” identificando a questão das pessoas que moram junto ou próximos às áreas de degradação de florestas. Esta informação vai além da compreensão convencional, demonstrando certa reflexão acerca do contexto do desmatamento.

Em síntese, os jovens denotaram possuir certo grau de informação sobre os problemas ambientais a nível do planeta, de forma que identificam os problemas mas nem sempre sabem identificar corretamente as causas e conseqüências em termos de processos biofísicos. Por outro lado, tanto a identificação dos problemas,

que se reduz àqueles biofísicos, como a identificação de responsáveis, beneficiados e prejudicados denota uma visão predominantemente naturalista, onde o foco está colocado na natureza, o culpado é o homem genérico (todos) e os prejudicados também seriam todos por igual. Mas uma parte minoritária dos jovens conseguiu identificar responsáveis, beneficiados e prejudicados específicos, expressando certa constância de como operam as desigualdades na questão ambiental. Porém, essas respostas ainda demonstram certas inconsistências e falta de um conhecimento e de uma compreensão maior da questão sócio-ambiental.

4.3.3. Concepção sobre os principais problemas ambientais a nível local

De modo geral as resposta deste nível pesquisado mostraram-se com um grau de detalhamento mais aprofundado, tanto na diversidade de problemas apresentados, como na reflexão de seus desdobramentos na sociedade. Contudo isso não impediu que em alguns casos fosse verificada certa confusão na relação entre as causas e as conseqüências dos problemas apresentados, ou ainda, que os jovens expressassem não reconhecer diferenciação entre os problemas em nível local e regional, assim em duas respostas foram reproduzidas as mesmas informações. Todas as respostas são apresentadas no quadro 4.

Os **principais problemas** apontados pelos jovens estão relacionados à processos de gestão pública ineficazes ou mesmo ausente, em especial nas áreas de saneamento básico e gerenciamento de resíduos sólidos, ambos com grande impacto sobre dia-a-dia da população, demonstrando que os jovens têm contato com problemas estruturais do município. Também foram indicados impactos exclusivos ao meio físico, sem que fossem deixados fora da discussão os conflitos gerados das atividades econômicas de destaque dentro do município: o turismo e a construção maquinário de grande porte pra indústria petroquímica. Assim o problema com maior número de indicação foi à questão do “lixo” com 5 indicações³, em seguida a falta de esgotamento sanitário adequado com 4 citações⁴, por fim outras 3 respostas fazem alusão respectivamente: a presença da empreiteira Techint no município, a elevação do nível do mar e a derrubada da restinga.

³ Respostas: 5, 6, 9, 10 e 12

⁴ Respostas: 2, 3, 4 e 11

	PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
1	Maior proximidade do mar*	Derretimento das calotas polares	Futura destruição das cidades litorâneas	Ser humano	Não tem	Ser humano e animais
2	Falta de saneamento	Falta de investimentos	Mal cheiro e animais desagradáveis (vetores)	Governo	Ninguém	Moradores mais próximos
3	Falta de esgoto	Preguiça ou falta de dinheiro	A sociedade é prejudicada, mau cheiro que vem do vizinho	Não informou	Ninguém	Quem tem que agüentar o cheiro do vizinho
4	Sangradores e Valetas	Falta de rede de esgoto	Poluição das águas	Moradores e prefeitura	Ninguém	Moradores, população
5	Falta de informação sobre a reciclagem	Falta de iniciativa	Mais lixo e não separação	Prefeitura	Ninguém	Os moradores e os trabalhadores da área de reciclagem
6	Falta de coleta de lixo orgânico (matinhos)	Falta de organização (sistema de coleta)	Muito lixo espalhado na rua (cães e gatos)	“nossos superiores” Prefeituras	“Os cães que reviram e comem o lixo”	Moradores
7	Techint ⁵	“Não sei porque eles estão aqui”	“Desapropriação” de moradores para atender os trabalhadores. Mudanças dos horários de ônibus.	Empreendedores	Eles mesmos	Nativos
8	Derrubada da restinga	Não informou	Avanço do mar em longo prazo	Pessoas que cortam o mato da beira do mar	Veranistas	Moradores locais
9	Poluição das Praias*	Temporada	Doenças	Turistas e até moradores	Ninguém é beneficiado com tal poluição	Moradores do litoral
10	Lixo nas ruas	Falta de lixeiras pessoas q jogam lixo em qualquer lugar	Polui o meio ambiente	Todos os moradores	Ninguém	Todos os moradores
11	Poluição fluvial e pluvial	O lançamento de lixo, produtos tóxicos em rios e mares	A morte de animais e doenças	Falta de saneamento básico	Não há	Todos, porque dependemos da água para viver
12	Sujeira	Falta de percepção da grande ação contra si mesmo	Perda do seu próprio espaço de lazer	Todos	Ninguém	Todos

QUADRO 4 - RESPOSTAS SOBRE PRINCIPAL PROBLEMA AMBIENTAL – NÍVEL LOCAL

Em relação às **causas dos principais problemas** mencionados a nível local, tiveram casos em que foram informados mais de um, possibilitando número maior causas do que problemas citados. Assim, para o problema “lixo” 3 das respostas destacam a falta de ações técnico-administrativa para gerenciamento do

* Respostas que reproduzem informações dadas no nível anterior da pesquisa: Regional

⁵ Este item foi citado como problema, pois segundo a entrevistada, a vinda da empreiteira tem atrapalhado o seu dia-a-dia. Segundo ela: “os ônibus que atendem o transporte escolar estão sendo divididos com os trabalhadores da Techint. Isso está prejudicando os serviços à população para atender pessoas de fora”.

resíduos expressando nas seguintes frases: *“Falta de iniciativa”, “Falta de organização (sistema de coleta)”* e outra frase no mesmo sentido, porém acrescentando ainda o fator conscientização da população *“Falta de lixeiras... e pessoas q jogam lixo em qualquer lugar”*. Desta forma podemos considerar que 2 respostas que enfatizam a questão da “consciência” da população como causa do problemática do “lixo”, uma sendo a frase acima citada e a outra: *“Falta de percepção da grande ação contra si mesmo”* e por fim 1 resposta indica a *“temporada”* como sua origem, provavelmente aludindo as implicações do aumento populacional neste período.

Enquanto das 4 consideração sobre a problemática do “esgotamento sanitário” também foram aludidos principalmente questões operacionais e administrativas, tais como: *“Falta de investimentos”, “Preguiça ou falta de dinheiro”, “Falta de rede de esgoto”* e ainda 1 questão apontando impactos diretos sobre a qualidade ambiental dos corpos d’água *“O lançamento de lixo, produtos tóxicos em rios e mares”*. Já para os outros três problemas apontados os entrevistados não realizam vínculos ou o fazem de maneira parcial, expressando para a *“Maior proximidade do mar”* o *“derretimento das calotas polares”*; para a *“Derrubada da restinga”* o jovem *“não informou”* e em relação ao problema *“Techint”*, verifica-se indignação e duvida em relação às causas da instalação da empresa no município *“Não sei porque eles estão aqui”*, ao longo da entrevista a jovem mostrou-se.

Com relação às conseqüências dos problemas identificados verifica-se que para o *“Lixo”* foram citados seus efeitos diretos ao ambiente *“Polui o meio ambiente”* e *“Muito lixo espalhado na rua pelos cães e gatos”*, implicações à qualidade de vida e a saúde humana *“Perda do seu próprio espaço de lazer”* e *“Doenças”* e por fim dificuldade no processo de gerenciamento deste resíduo *“Mais lixo e não separação”*. Para o “esgotamento sanitário” também foram levantados aspectos relacionados à perda da qualidade de vida e saúde: *“mal cheiro e animais desagradáveis (vetores)”*, *“A sociedade é prejudicada e mau cheiro que vem do vizinho”*, *“Doenças...”*, contudo, este ultimo depoimento também traz a questão dos impactos diretos sobre o ambiente *“...e a morte de animais”* soma-se a esse tipo de conseqüência a *“Poluição das águas”*. Enquanto para *“Maior proximidade do mar”* o entrevistado anuncia em tom catastrófico a *“Futura destruição das cidades litorâneas”* e em relação a *“Derrubada da restinga”* é citado o *“Avanço do mar em*

longo prazo” demonstrando certa compreensão sobre a função de fixadora da linha de costa que a vegetação de restinga exerce no ambiente costeiro.

Já no caso da “Techint” é feita referência a priorização dos funcionários da empresa em relação aos moradores locais e a mudança de alguma dinâmicas já existentes, relatando a “*desapropriação de moradores para atender os trabalhadores e a mudanças dos horários de ônibus*”. O fato principal que a jovem informa para justificar sua opinião ocorreu sob determinados aspectos que a mesma não soube esclarecer como ou porque ocorreram. Assim, citou como exemplo, em outro momento da entrevista, a perda da qualidade dos serviços de transporte coletivo ofertada aos estudantes, pois segundo ela em alguns casos, no início desta nova fase de operações da empresa no município iniciada em 2010-2011, os estudantes tiveram de compartilhar o mesmo transporte com parte dos operários. Esta relação não ficou clara para o entrevistador e a jovem não soube dar maiores informações a respeito, contudo garantiu ter vivenciado isso mais de uma vez.

Em relação à compreensão dos jovens sobre quem são **os responsáveis sobre os problemas ambientais** um dos entrevistados não informou. Cabe ressaltar que algumas das respostas indicavam mais de uma responsável, desde modo o ator social com maior número de indicações foi 4 setor público expresso em distintas formas como “*Governo*”, “*nossos superiores*” e “*Prefeituras*”, sendo o item mais citado. Em seguida com 3 indicações foi citada a responsabilidade em termos genéricos dentro da sociedade é expressa da seguinte maneira “*ser humano*”, “*todos*” e “*todos os “moradores”*”. Com 2 citações os moradores, ainda que sem maiores definições, sobre quais dentre eles, também são apontados como responsáveis pelas problemáticas a nível local. Os “turistas” aparecem com uma citação. O setor privado também foi responsabilizado na percepção dos jovens com referências aos “empreendedores”. Finalizando, houve ainda a identificação dos atores que atuam impactando diretamente o ambiente “*Pessoas que cortam o mato da beira do mar*”.

Em relação a qual é a percepção dos jovens **em relação às partes da sociedade beneficiadas com o problema ambiental** verifica-se em 9 respostas demonstram opiniões estreitamente ligadas a concepção hegemônica da questão ambiental, informando que não há pessoas que se beneficiem das problemáticas ambientais, isto é expresso através de diversos termos, como “*Ninguém é beneficiado com tal poluição*”, “*Ninguém*”, “*Não há*”, “*Ninguém*” e “*Não tem*”. Este

constatação pode nos indicar que os jovens não relacionam a precarização ou ausência dos serviços públicos com um beneficiamento deste setor em não cumprir com empenho com suas atribuições em detrimento de recursos e bens comuns a toda sociedade, abrindo precedentes para a criação e a exploração de novos mercados de serviços pelos interesses do capital privado. As outras 3 afirmações citam dois atores sociais distintos e mesmo benefícios sobre a fauna de animais doméstico como “Os cães que reviram e comem o lixo”. E ainda, “Veranistas” e “Eles mesmos” esta ultima aludindo aos empreendedores.

No que diz respeito à identificação dos prejudicados verifica-se que os moradores são citados em 8 casos, demonstrando o a compreensão dos jovens, ainda que sem grandes distinções e identificados sobre diferentes formas: “*moradores, população*”, “*moradores locais*”, “*nativos*”, “*...do litoral*” , é o grupo prioritariamente afetado. Entretanto duas destas respostas, também foram classificadas em outras categorias, devido uma interpretação mais ampla e contextualizada do significado da informação dada. Há ainda, outra, declaração que apresenta junto com os moradores um outro grupo social determinado pela sua organização produtiva: “*... e os trabalhadores da área de reciclagem* ” impactados pela falta de apoio institucional e de informação da população em geral em relação a reciclagem. Já a compreensão genérica dos prejudicados é expressa em 4 opiniões “*Todos*”, “*Todos os moradores*”, “*Todos, porque dependemos da água para viver*” e “*Ser humano...*”, contudo esta última afirmação inclui ainda “*...e animais*”, incorporando a meio biológico como prejudicado dos problemas ambientais a nível local. Outras 2 respostas indicam as pessoas com maior proximidade aos pontos impactados “*Moradores mais próximos*” e “*Quem tem que agüentar o cheiro do vizinho*” .

Com base nas informações levantadas, junto aos jovens, sobre a problemática ambiental local é possível reconhecer que as inter-relações entre aspectos sociais e ambientais são percebidas de maneira mais clara nesta escala espacial, se comparado ao nível mundial. Em partes, isso pode ser atribuído ao fato dos jovens vivenciarem estas realidades e conflitos cotidianamente dialogando e refletindo sobre eles em seu circulo de convivência social. Contudo verifica-se que em diversos momentos as conexões entre os problemas percebidos, suas causas, conseqüências não são tão claras, indicando carências de uma compreensão mais profunda e sistemática dos problemas e seus desdobramentos dentro da sociedade.

5 DESCRIÇÃO DO PROJETO ELABORADO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO ELABORADO

5.1.1 Denominação, caráter e objetivos

a) A idéia geral

A proposta de curso elaborada surgiu da análise e discussão das informações levantadas através dos questionários de percepção ambiental, idealizados e aplicados ao público alvo na fase de diagnóstico da situação onde seria a intervenção educativa. Foi concebido como um curso intensivo, dirigido a um grupo de aproximadamente 12 jovens, membros do grêmio estudantil Ivo Vieira, do Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza, situado no balneário de Praia de Leste, no Município de Pontal do Paraná.

A proposta geral é um curso de Educação Ambiental, com enfoque socioambiental e crítico, que aborde a crise ambiental atual como produto da sociedade de mercado e que explique como, a partir da desigualdade social que lhe é própria, existe uma divisão desigual das responsabilidades por gerar os problemas ambientais, bem como, do sofrimento de seus efeitos, o que gera múltiplas situações de injustiça ambiental. Ao adotar esse enfoque, o autor deste trabalho se afastou do enfoque naturalista mais tradicional de Educação Ambiental e pretendeu trazer ao debate junto aos jovens os aspectos sociais e históricos da crise ambiental atual, com compromisso social e viés crítico/transformador.

b) O nome do curso

A denominação escolhida para o curso foi: “Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens do município de Pontal do Paraná”.

c) Objetivos do curso

i. Objetivo geral

Construir, em conjunto com as lideranças jovens participantes, uma leitura crítica da atual crise ambiental, através de um processo pedagógico que apresente seus aspectos sociais e históricos, e discuta a injustiça ambiental característica da sociedade de mercado que acumula os problemas ambientais nas regiões e setores mais pobres, a nível global, regional e local, incentivando-os à mobilização e resistência a estes processos.

ii. Objetivos específicos

- Contextualizar a atual crise sócio ambiental em sua abrangência, profundidade e intensidade, apresentando seus aspectos históricos (origem, evolução, e consequências) e sociais (desigualdades de poder político-econômico, de responsabilidade sobre os problemas ambientais e de exposição aos seus riscos);
- Mostrar as grandes visões existentes sobre a relação Homem-Natureza, as três grandes correntes do pensamento ambientalista atual e os interesses que representam perante a crise;
- Aprofundar o enfoque da crítica social que reconhece a centralidade das relações sociais de produção capitalistas como causas da crise, apresentando o conceito de injustiça e justiça ambiental, exemplificando os casos internacionais que deram origem ao movimento do mesmo nome, bem como as ocorrências nacionais e locais, e as ações de resistência a essas situações;
- Incitar a reflexão e discussão sobre o lugar e o papel dos jovens como agentes críticos e transformadores dentro da problemática sócio-ambiental atual.

O curso aborda a questão sócio-ambiental nos diferentes níveis em que se manifesta, do nível global até as questões regionais, priorizando os aspectos sociais relacionados com as causas e as consequências dos problemas ambientais e sua desigual distribuição na sociedade. Discutem-se também alguns dos processos que atingem a população a nível local, incitando assim, um processo de reflexão com

maior chance de envolvimento por parte dos jovens, uma vez que estes têm maior proximidade com tais problemas e possivelmente maior chance de mobilização frente a eles. Ao ressignificar o “ambiental” em “sócio-ambiental”, contextualizando-o a nível local em conjunto com os jovens, a proposta reforça seu caráter crítico/transformador.

d) Alcance do projeto

i. Alcance quantitativo

O alcance quantitativo do curso é dado pelo tempo de duração programado e pelo número total dos participantes, ainda que indiretamente possa ter um alcance maior. Quanto ao tempo, o curso tem duração de 5 horas e é realizado em um dia. Quanto ao número de participantes, os integrantes do grêmio estudantil ao qual está dirigido somam 12 membros efetivos e outros 3 membros ocasionais. O alcance quantitativo indireto tem, pois, maior abrangência, envolvendo o círculo social do qual os jovens participantes fazem parte tais como colegas de estudo, amigos, vizinhos, familiares, professores e colegas de trabalho. Isso, à medida que, participem dos diferentes âmbitos de suas vidas com a capacidade crítica incentivada durante o curso e uma compreensão ressignificada da questão ambiental.

ii. Alcance qualitativo

O curso é destinado a lideranças jovens e parte do pressuposto de se tratar de pessoas interessadas no debate sobre os problemas ambientais. Visa desenvolver uma maior compreensão das causas e efeitos sociais da crise ambiental atual. Possui conteúdo informativo sobre temas dos quais os participantes têm certo conhecimento, mas também introduz novos temas e conceitos. A própria concepção crítica/transformadora de EA adotada nesta ação, bem como o enfoque sócio-ambiental, são elementos relativamente inovadores por se diferenciar da educação ambiental mais naturalista e centrada na conservação a que o público-alvo comumente tem acesso. Estes aspectos “inovadores” do curso também têm potencial para estimular o processo reflexivo sobre as formas de entender e atuar

perante a crise, dando relevância à necessidade e possibilidade de enfrentar os conflitos e injustiças ambientais em escala local e regional, mediante formas de organização e mobilização social.

e) Enfoque metodológico

O curso combina momentos expositivos com momentos interativos, buscando recolher, dentro dos limites do tempo disponível, as contribuições dos participantes e a maior interação entre todos. Apesar de se centrar em aulas expositivas, onde serão transmitidas as informações consideradas relevantes dentro do que foi diagnosticado junto aos jovens, pretende-se adotar uma dinâmica descontraída e participativa, abrindo espaço para as perguntas, para o esclarecimento de dúvidas e o diálogo coletivo, procurando com isso não cair no formato “bancário” tradicional de “depositar” o conhecimento nos educandos. Para que essa interação ocorra mais facilmente, a disposição dos participantes se dará em círculo de forma que todos se vejam, facilitando o diálogo entre os participantes.

Este curso é mais uma ação educativa promovida junto à comunidade pelo Laboratório Sócio-ambiental, em matéria de Educação Ambiental⁶. Entretanto, dentro deste marco, tem um caráter particularmente experimental, pois é o primeiro dirigido a lideranças estudantis jovens, sendo que os outros foram dirigidos a pescadores e a comunidades pesqueiras. Também é o primeiro a ter caráter prioritariamente teórico, abordando a questão ambiental geral, sendo que as outras propostas abordaram questões mais específicas, utilizando mais elementos informativos do que conceituais, e que ainda, foram complementados com diversas capacitações de aspectos relacionados à Oceanografia.

Assim, com caráter predominantemente teórico, este curso resulta em um desafio ainda maior para os responsáveis, que não possuem formação em Pedagogia e não tem experiência docente. Desta forma, o curso é possivelmente mais que nos outros casos, uma experiência formativa para o responsável e demais membros da equipe executora com previsíveis limites pedagógicos. Contudo, a avaliação do curso permitirá apreciar isso e melhorar a proposta para eventuais futuras replicações.

⁶ Algumas das ações de EA realizadas pelo LabSoc estão descritas em Salge (2007), Arten (2007), Engelhardt (2008), Silva (2010), Gnoatto (2011) e Souza (2011).

5.1.2 Conteúdo temático e bibliografia utilizada

a) Aula 1 – Problemas ambientais e crise ambiental atual

i) A questão ambiental

O conteúdo trabalhado neste tema expõe o que se entende genericamente sobre a questão ambiental, a partir da compreensão social e histórica, que retrata os diferentes modos que a sociedade humana tem se relacionado com o meio físico-natural através dos tempos.

É apresentada a evolução histórica deste processo passando pelas suas principais etapas (comunidade primitiva, domínio da agricultura e domesticação de animais, escravidão, formação das cidades, sociedade feudal, revolução industrial e capitalismo).

Este tópico apresenta a essência socialmente conflitiva da questão ambiental, suscitando uma breve discussão das relações sociais de produção, as classes sociais e a lógica econômica dominante. Aqui também é introduzida a temática da apropriação dos recursos naturais, expondo a reflexão de “quem se apropria de que”, “de quanto se apropria” e “quem fica excluído” deste processo, e também as formas de uso destes recursos, se “mais ou menos intensas e (ir)responsáveis” entre os atores sociais. A bibliografia consultada para esse tema foi Quintas (1992), Foladori (2001), Soffiatti (2005), e Pierri (2011, 2012 e 2012a).

ii) As abordagens da relação Homem-Natureza

Neste tema são apresentadas as duas grandes posições em relação à forma de compreender as relações entre a sociedade e o meio físico natural. Em primeiro lugar, é mostrada a visão hegemônica no debate ambiental, naturalista e a-histórica, onde o homem é considerado externo à Natureza e oposto a ela, e essencialmente destrutivo. A sociedade é reduzida ao HOMEM como espécie, e é vista como sempre igual através da história, e dentro dela como homogênea, sem desigualdades. Posteriormente é abordada a visão social e histórica, que concebe a sociedade como parte da Natureza e entende que a relação Homem-Natureza muda historicamente, dependendo da sociedade concreta, do modo de produção

dominante e das classes sociais, determinando quem se apropria dos recursos e suas formas e ritmos de uso. A bibliografia consultada sobre este tema foi Foladori (2005) e Pierri (2011).

iii) As três grandes posições do pensamento ambientalista atual

A proposta é apresentar as três posições ou correntes principais do debate ambientalista: os representantes e defensores da ordem dominante (leia-se a sociedade de mercado), a crítica ecologista e a crítica social indicando quais atores sociais representam cada um destes posicionamentos, mostrando ainda, a respectiva visão de mundo, seus interesses, e as alternativas que cada uma delas defende frente crise. A bibliografia consultada sobre este tema foi Foladori e Tommasino (2000); e Pierri (2005, 2012 e 2012a).

iv) Problemas ambientais, crise ambiental atual e critérios de priorização dos problemas ambientais.

Neste tópico é abordada a geração dos problemas ambientais em consequência do processo de produção, trabalhando um diagrama de fluxo que o representa. No início do processo produtivo, quando o ritmo de uso humano dos recursos naturais é maior ao ritmo de reposição da natureza, se geram os problemas de degradação ou depredação dos recursos. Por sua vez, esse processo e o consumo do que foi produzido geram resíduos que, quando sua quantidade e qualidade ultrapassam a capacidade de absorção da natureza, geram diferentes formas de contaminação ambiental. Em sociedades de mercado o processo produtivo supõe a existência e reprodução de desigualdade entre os agentes econômicos, com concentração de renda na minoria, e pobreza relativa na maioria, que em certas circunstâncias, gera sobrepopulação. Esse esquema é apresentado e posteriormente contextualizado dentro dos ciclos ecológicos.

Em seguida é questionado aos participantes o que vem a ser, de fato, uma crise ambiental, apontando, na sequência, as especificidades da crise ambiental atual, em sua escala de abrangência, intensidade, ritmo e a profundidade dos problemas gerados. Já em relação aos critérios de priorização dos problemas ambientais, retorna-se aos conceitos trabalhados anteriormente, demonstrando, a

partir das três principais correntes do pensamento ambientalista, como os atores sociais que defendem cada posicionamento priorizam os problemas que atendem a sua visão do mundo e aos seus interesses. Este é um ponto importante para compreender que a origem dos conflitos ambientais encontra-se nas disputas essencialmente conflitantes entre os interesses dos diversos atores e setores da sociedade. A bibliografia consultada sobre estes temas foi Foladori e Tommasino (2000), Tommasino; Foladori; Taks (2005), Soffiatti (2005), e Pierri (2005, 2011, 2012, e 2012a)

b) Aula 2: (In) Justiça Ambiental

i) Conceitos de Injustiça e Justiça Ambiental

Neste tópico, o objetivo é introduzir aos participantes do curso a abordagem da problemática ambiental que gira em torno dos conceitos de “injustiça e justiça ambiental”, e trabalha no sentido de denunciar e resistir à desproporcional destinação dos passivos ambientais às camadas sociais menos favorecidas, vulneráveis e excluídas política, econômica e socialmente. Procura-se demonstrar que, em termos gerais, os pobres não são os principais usuários dos recursos, nem, por tanto, os principais responsáveis de gerar os problemas ambientais que conformam a crise atual, mas que são eles os principais afetados pela maior carga dos passivos ambientais, caracterizando, em seguida, mais detalhadamente o perfil das populações afetadas.

É abordado o processo histórico de consolidação do movimento popular de denúncia e resistência local à exposição deliberada a contaminantes químicos e industriais a que foram submetidas, prioritariamente, as populações negras de baixa renda dos Estados Unidos da América, no período entre a década de 50 até o início dos anos 90, quando se consolidou a rede de combate à injustiça ambiental, através de parcerias com grupos de pesquisa e com os movimentos de defesa dos direitos humanos. E ainda, são apontados casos nacionais e locais, contextualizando-os e trazendo esta temática para o cotidiano dos participantes. Do contexto local serão debatidas questões relacionadas à crise da pesca artesanal, o acesso desigual ao saneamento básico no município e a problemática das ocupações irregulares. A

bibliografia consultada sobre este tema foi Herculano (2001 e 2002), Ascelrad (2002 e 2009), Souza (2003), PNUD (2011), e Porto (2012).

ii) Formas de resistência às injustiças ambientais

Neste tópico serão mostradas as estratégias adotadas pelos movimentos sociais para sensibilizar e mobilizar os demais setores da sociedade, no intuito de promover a resistência e/ou a superação, em nível local, dos quadros de injustiça ambiental a que estão sistematicamente submetidas às populações de baixa renda, excluídas social, política e economicamente. Assim serão apresentados casos de elaboração de estudos, formação de alianças, manifestações populares, ações judiciais e invasões à propriedade privada.

Para este tema, além de artigos e publicações científicas, também foram feitas consultas a documentos, declarações e reportagens vinculadas à temática. Assim foram utilizados Ascelrad (2002 e 2009), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná - PDDI (PONTAL DO PARANÁ, 2004) e a Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental (CÚPULA DOS POVOS, 2012). Buscou-se também em diversas fontes informação sobre a Campanha Nacional de coleta de assinaturas apoiando o projeto de Lei popular que regulamenta os direitos territoriais dos pescadores (MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL, 2012).

5.1.3 Recursos pedagógicos

Os recursos pedagógicos a serem adotados para apresentar o conteúdo informativo do curso compõem-se de aulas expositivas realizadas em apresentações de slides no programa Power Point. Outro elemento incorporado no curso, no intuito de dinamizar a atividade e enriquecê-la com outros elementos além dos conceituais e reflexivos, são os relatos das experiências concretas vividas pelos membros da equipe executora, alguns apresentados em forma de vídeos e outros realizados através da comunicação oral.

5.1.4 Instrumentos didáticos elaborados: apresentações em Power Point, vídeos sobre a temática e relatos das experiências acadêmicas da equipe.

a) As apresentações em Power Point

Ao todo foram elaboradas três apresentações de slides. A primeira apresentação tem caráter introdutório e contextualiza como virá a ser o curso em si, a concepção de EA adotada para a realização deste projeto, os tópicos a serem abordados no curso e as expectativas da equipe que propõe o curso. Esta apresentação também serve para retornar e discutir conjuntamente com os jovens as informações obtidas nos questionários de Percepção Ambiental aplicados a eles na etapa anterior do projeto.

As outras duas apresentações têm caráter informativo e conceitual, onde são abordados os casos e conceitos que o curso visa compartilhar com os jovens. Priorizou-se ao máximo o uso de linguagem simplificada, textos curtos e dados de fácil interpretação, utilizando mapas, imagens e gráficos. No intuito de tornar as apresentações e sua leitura mais agradáveis, optou-se por elaborá-las em um esquema de cores suaves e agradáveis aos olhos, tornado-as mais atrativas. Todas as apresentações estão disponíveis nos Apêndice 4 e 10.

b) Os vídeos

Foram selecionados três vídeos para serem passados ao longo do curso. Os vídeos são de curta duração e serão utilizados como material de apoio, auxiliando a dinamizar o curso, ilustrando fatos concretos e aproximando as realidades que retratam junto aos participantes. O primeiro vídeo selecionado é o documentário de curta metragem intitulado “Ilha das Flores”. Ambientado em Belém Novo, no município de Porto Alegre, a partir da geração e destinação os resíduos mostra as desigualdade sociais, e uma profunda situação de exclusão e degradação humana. Os outros dois vídeos fazem parte do acervo pessoal dos membros da equipe executora. Um informa sobre a realização de um evento de sustentabilidade e Cultura de Paz, na região metropolitana de Curitiba e outro apresenta registros da ocorrência, no interior da baía de Paranaguá, da raia *Manta birostris*, popularmente conhecida como “Jamanta”.

c) Os relatos das experiências acadêmicas dos membros da equipe

No início do curso, antes do início da primeira aula, os membros executores se apresentarão e relatarão brevemente as atividades que realizam dentro da universidade, no âmbito do curso de Graduação em Oceanografia do Centro de Estudos do MAR (UFPR). Este primeiro contato será feito como aproximação da equipe com os participantes, auxiliando no estabelecimento de vínculos e no reconhecimento mútuo. Os membros da equipe deverão fazer intervenções pertinentes sempre que suas experiências puderem aportar informações relevantes ao debate e a compreensão da temática, auxiliando no esclarecimento de dúvidas e na explicação dos conceitos.

5.1.5. Instrumentos para o reconhecimento dos participantes e sua percepção sobre a temática ambiental

Foram realizadas, no período inicial do projeto, entrevistas estruturadas junto ao público-alvo, tendo por objetivo conhecer as suas características socioeconômicas básicas, suas fontes de informação, e, fundamentalmente, verificar a sua percepção ambiental, isto é, a forma com que esses jovens compreendem a questão ambiental, e sua visão de mundo. A aplicação deste questionário foi realizada mediante pesquisa de campo junto ao público-alvo em uma etapa prévia ao curso propriamente dito e auxiliou na construção da proposta geral, aportando informações relevantes sobre os principais temas a serem abordados ao longo do mesmo. O formulário da enquete aplicada encontra-se no Apêndice 5.

5.1.6 Instrumentos de avaliação desenhados

Foram desenvolvidos dois questionários como instrumentos para avaliação do curso, levantando informações sobre as expectativas dos jovens para o curso, o grau prévio de informação sobre os temas a serem apresentados, o grau de contribuição do curso para o esclarecimento dos temas e sua avaliação do curso. Estes dados servem para análise comparativa sobre quais conteúdos serão mais

bem recebidos pelos jovens nesta edição do curso, dando subsídio para melhorá-lo em futuras replicações. Para que ocorra tal comparação, será aplicado um no início e outro no término do curso. No questionário que será entregue aos participantes depois das atividades constarão, também, itens para avaliação dos aspectos do curso, como as apresentações de slides, as explicações dadas para cada tema, a qualificação da equipe que realizou o curso, e em que grau deu-se o esclarecimento das dúvidas. Será ainda aberto o espaço para a proposta de mudanças e sugestões para uma próxima edição. Os formulários destas duas enquetes encontram-se nos Apêndices 6 e 7.

A participação efetiva no curso também será um critério de avaliação. Será verificada a presença ou não dos participantes convocados e também a sua permanência durante o período do curso, indicando qual o comprometimento dos mesmos com o curso. O modelo da lista de presença encontra-se no Apêndice 8. Será feita a relatoria do curso e, para que isso ocorra, foi determinado que um membro da equipe responsável ficasse incumbido de realizar as anotações do andamento do curso. As intervenções e questionamentos indicarão o grau de interesse dos jovens. Todas as informações relevantes que permitam avaliar o nível de participação, interesse e compreensão dos participantes serão também anotadas.

5.1.7 O cronograma idealizado

O curso teve de ser redesenhado inúmeras vezes, em relação ao tempo de duração de cada período e ao número de dias em que a atividade iria acontecer, devido às dificuldades em conciliar a disponibilidade de horários dos participantes do projeto e a adequação do conteúdo proposto. Assim, após um processo conjunto entre a equipe executora e os jovens, foi possível chegar a um consenso dos moldes do curso em relação à sua duração. Elaborou-se um cronograma com detalhe das atividades, onde estava previsto 1 dia de curso, em dois períodos de 2 horas cada, com um intervalo no meio de meia hora (Quadro 5).

Curso de educação ambiental dirigido a Lideranças Jovens	
2hs	Boas vindas Questionário inicial Acordo de convivência
	Apresentação da equipe e dos participantes Compartilhando as intenções do curso
	Condução do primeiro Debate Guiado a partir da Aula 1. Problemas Ambientais e a Crise ambiental atual
30 minutos	Intervalo para café
2hs	Exibição do documentário Ilha das Flores, convocando para a reflexão na temática a ser tratada na próxima etapa do curso
	Condução do segundo Debate Guiado a partir da Aula 2. Justiça e Injustiça ambiental
	Conclusões Questionário final
	Agradecimentos

QUADRO 5- O CRONOGRAMA PRETENDIDO PARA O CURSO
FONTE: O autor (2012)

5.1.8 Equipe técnica responsável pela elaboração e execução do curso

A elaboração do curso foi feita pelo autor desta monografia, acadêmico em Oceanografia André Lucas Santiago, sob a orientação da professora responsável pelo Laboratório Sócio ambiental do Centro de Estudo do Mar da Universidade Federal do Paraná, Náina Pierri, Socióloga, Mestra em Educação Ambiental (UNED) e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). No entanto, para o planejamento detalhado, a logística e a sua aplicação, o curso contou com o apoio de uma equipe técnica composta por outros 5 membros: Diego Costa Nogueira, Andrielli Medeiros, Janina Huk, Liana Perozzo dos Santos e Andressa Ayres Pelanda. Todos os membros da equipe técnica são formados ou formandos em Oceanografia, desenvolvendo atividades ligadas aos temas do curso e suas áreas afins, estando capacitados, técnica e conceitualmente, para participar da execução do presente curso, as experiências de cada membro da equipe são melhor apresentadas no Apêndice 2.

Cada membro ficou responsável por uma atividade específica dentro do curso. O autor deste trabalho ficou responsável pela elaboração do curso, sua organização, materiais, contatos com a escola e o público-alvo e a viabilização do local para o curso. Sua atividade principal durante a execução do mesmo foi ministrar as aulas e esclarecer as dúvidas dos participantes e incitar o debate. Liana Perozzo dos Santos e Andressa Ayres Pelanda ficaram responsáveis pela logística e o preparo do *coffe-break* e a impressão das enquetes de avaliação e da lista de presença. A principal responsabilidade de Diego Costa Nogueira foi o controle do tempo, preparo e condicionamento dos espaços utilizados e auxílio no esclarecimento das dúvidas dos participantes. Já Andrielli Medeiros será a responsável pela realização do registro fotográfico e transferência das fotos ao computador. Por último, Janina Huk, participou como relatora das atividades realizadas no curso.

5.1.9 Planejamento detalhado por etapas (prévia ao curso, execução do mesmo e posterior)

Após a realização do planejamento geral do curso, foram realizados os ajustes com maior grau de detalhamento, seguindo o quadro proposto em Engelhardt (2008), Silva (2010) e Souza (2011). Esse quadro é composto de 5 colunas destinadas a definir a etapa/tarefa, os dias e horários em que seria realizada, sua descrição detalhada, os materiais necessários e a definição dos responsáveis a executá-las. Isto foi elaborado para cada fase: prévia ao curso, implementação e fase posterior. Estes quadros serviram de base para que cada membro da equipe tivesse claro suas responsabilidades, organizando a execução do curso no tempo planejado (Apêndices 9).

5.2. DESCRIÇÃO DA APLICAÇÃO DO CURSO

5.2.1 Relato do realizado previamente: Identificação do público alvo; preparação do material didático; apresentação dos resultados da pesquisa e convite aos jovens;

a) Identificação e diagnóstico do público alvo

O primeiro contato com parte dos jovens que viriam a se tornar o público alvo ocorreu no dia 27 de março de 2012, a partir das 8:30 da manhã, na ocasião do Encontro Municipal dos Grêmios Estudantis de Pontal do Paraná, no Centro de Capacitação de Professores em Praia de Leste (Fotografia 1), onde estavam presentes representantes de todos os colégios estaduais do município. O objetivo central deste encontro era mobilizar as lideranças jovens e aprofundar as discussões de formação de uma entidade municipal de representação estudantil com o apoio da UPE (União Paranaense de Estudantes) e a colaboração local do Departamento Municipal de Juventude, entidade responsável pela organização do evento. Neste contexto, o gestor do departamento de juventude, Marcelo Elísio, convidou o autor do presente trabalho para realizar um diálogo com os jovens acerca da questão ambiental durante o encontro, estimulando a reflexão sobre a temática.



FOTOGRAFIA 1 – ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS DE PONTAL DO PARANÁ. NO DETALHE, DA ESQUERDA PARA DIREITA – MEMBROS DO GRÊMIO IVO VIEIRO: ANDRESON “BLAP”, LUCAS DE LIMA, MORIÊME E EDIGLER.
FONTE: O Autor (2012)

Atendendo a solicitação, o autor compareceu ao encontro para realizar a tarefa solicitada. Após a abertura do encontro, o espaço foi cedido para o pesquisador expor suas idéias e questionamentos, ouvindo as demandas e argumentos dos grêmios estudantis presentes, totalizando 30 minutos de conversa. Este contato, ainda que pontual, contribuiu para estabelecer o primeiro passo para um reconhecimento mais amplo e profundo do público-alvo e das especificidades do conjunto dos grêmios estudantis dentro do município de Pontal do Paraná, que anteriormente estava fragmentada e superficial na percepção do pesquisador.

Na ocasião, 4 grêmios dos 5 presentes, demonstraram interesse em desenvolver alguma atividade ligada à questão ambiental. Então, durante esta oportunidade foi apresentada a proposta do presente projeto, sendo feita a convocação dos jovens que tivessem interesse em participar. Foi realizada a troca de contato telefônico com os jovens que se apresentaram como lideranças de cada grêmio estudantil, para posterior conversa e consolidação de parceria para a realização das atividades propostas.

Após esta aproximação, buscou-se estabelecer as parcerias necessárias para a realização do projeto. Foram realizadas chamadas telefônicas para as lideranças dos 4 grêmios que haviam manifestado interesse na questão ambiental, bem como para as diretorias dos seus respectivos colégios. Este procedimento visou identificar o cenário mais adequado para o desenvolvimento do projeto, onde foi observada a disponibilidade dos membros dos grêmios em participar e a relação do grupo com a diretoria do colégio.

Ao longo do mês de abril de 2012, verificou-se que os membros do Grêmio Ivo Vieira do Colégio Hélio Antonio de Souza, bem como a diretoria do colégio, demonstraram maior interesse para participar das atividades propostas, disponibilizando horários e espaço para que fossem feitos os primeiros encontros e a aplicação dos questionários elaborados. Desta forma, ficou estabelecido que o público-alvo do diagnóstico e do curso proposto seriam apenas eles, sendo desconsiderados os demais grêmios, devido o baixo interesse apresentado. Com a confirmação dos jovens e a autorização da diretoria, teve início a fase de diagnóstico, onde foram aplicados os questionários de Percepção Ambiental, elaborados no mesmo período em que ocorreu o processo de consolidação da parceria. Os jovens e a diretoria foram informados do caráter exploratório da pesquisa e de que seu intuito era levantar elementos para compreender a visão dos

jovens sobre a temática ambiental, para posteriormente aprofundar este debate junto a eles em forma de um curso de Educação Ambiental. Deste modo, os jovens puderam saber, desde os primeiros contatos com a equipe do projeto, o intuito da realização da presente atividade, sendo que todos se mostraram interessados com a proposta apresentada, colaborando ativamente na resposta do questionário aplicado.

b) Preparação do material didático e dificuldades superadas

A preparação do material didático teve início com a finalização da aplicação dos questionários de percepção ambiental e foi sendo alterada à medida que o responsável por sua elaboração se aprofundava no referencial teórico e na leitura e análise dos questionários, constituindo-se em um processo de grande aprendizado e crescimento para o autor. Nesta etapa da pesquisa, ainda que a elaboração dos questionários se tenha dado a partir do enfoque sócioambiental dentro do marco teórico crítico/transformador, a mentalidade do autor ainda não estava totalmente identificada com esta abordagem, demandando tempo e esforço para a incorporação de seus aspectos.

Assim, as primeiras aulas elaboradas ainda mantinham traços identificados com a abordagem naturalista tradicional, visando prioritariamente o esclarecimento de aspectos ligados ao funcionamento de processos ecológicos. Para superar esta limitação identificada em um dos encontros com a orientadora deste trabalho, foi necessário maior aprofundamento no referencial teórico e reuniões periódicas de orientação para reajustar o preparo das aulas com a abordagem adotada e os objetivos do curso. Ao todo, cada uma das duas aulas elaboradas e aplicadas teve quatro versões, chegando, finalmente, à estrutura e conteúdos mais adequados.

Este processo ocorreu de maneira conjunta entre o aprofundamento do autor no referencial teórico e o refinamento na identificação das prioridades a serem abordadas no curso, visando fortalecer nos jovens a compreensão que a origem dos problemas ambientais citados por eles é prioritariamente social. As versões finais foram aprovadas ao longo do mês de outubro (2012).

c) Apresentação dos resultados da pesquisa e convite para o curso

Entre o final de outubro e início de novembro, com as aulas já elaboradas, foi restabelecido o contato com os jovens, para reconhecer quais eram as prioridades dos estudantes neste dado momento e verificar como estava o interesse e a disponibilidade em participar da atividade. Neste período, houve a tentativa de verificar a melhor data para a realização do curso, entretanto, devido às atividades de trabalhos que os jovens executam e as diferenças de disponibilidade de horário, não foi possível estabelecer a data via contato telefônico. Deste modo, verificou-se que seria necessária uma reunião para formalizar o convite e coletivamente chegar a um consenso sobre esta questão.

Outro fator limitante ao consenso da data do curso foi o fato de que os estudantes estavam em período de provas, tanto no âmbito do seu colégio, como externo a ele, realizando os testes do ENEM e o vestibular de diferentes instituições do estado e fora dele. E ainda foi percebido que, em alguns casos, os participantes demonstraram menor grau de interesse na atividade proposta, visto todo o contexto relatado. Isso ficou mais evidente junto aos membros com quem o grau de interação e afinidade nas etapas anteriores foi menor. Visando estimulá-los a participarem e inserí-los mais no processo, elaborou-se uma apresentação de slides (Apêndice 7) com as informações básicas sobre os principais problemas ambientais indicados por eles na pesquisa desenvolvida.

Esta devolutiva mostrou-se atraente para os jovens facilitando a aproximação. Neste contexto, uma nova visita ao colégio foi marcada para o dia 14 de novembro com o intuito de formalizar o convite para o curso e chegar a um consenso em relação à melhor data para a realização do mesmo, bem como, retornar aos jovens, parte das informações levantadas no diagnóstico, contextualizando o porquê do curso frente a essas informações. Não foi possível contatar todos os membros via telefone, devido a problemas na rede telefônica da operadora TIM e também a mudanças de números por parte dos participantes, mas foi solicitado aos jovens que informassem a seus colegas sobre a reunião. Assim, estiveram presentes, ao todo, 9 adolescentes entre membros efetivos e apoiadores do grêmio (Fotografia 2).



FOTOGRAFIA 2– REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO PRÉVIA DE ASPECTOS LEVANTADOS NA PESQUISA, CONVITE E ESTABELECIMENTO DE DATA PARA O CURSO.
FONTE: O Autor (2012)

A reunião ocorreu no mesmo local em que foi realizada a aplicação das entrevistas, a biblioteca do próprio colégio, durante o período da última aula, das 11:00 às 11:50, sendo que os estudantes foram liberados pela diretoria para esta atividade. Como planejado para o encontro, foi feita a apresentação dos dados levantados sobre os principais problemas indicados por eles, mostrando as tabelas geradas para facilitar a sua demonstração. Esta apresentação suscitou a reflexão desejada, durando cerca de 30 minutos, onde foi possível verificar o clima de descontração entre os presentes, abrindo espaço para contextualizar a proposta do curso propriamente dito, informando o tipo de abordagem que o mesmo teria e revelando também os tópicos a serem ministrados ao longo do processo.

Realizou-se então o convite para a participação deles na proposta apresentada. Em seguida se discutiu a data em que o curso iria ocorrer e foram verificadas certas limitações em realizar a atividade, devido às aulas e ao trabalho que a maioria realiza. Entretanto, estabeleceu-se o consenso em torno da proposta de realizar o curso no segundo domingo a partir da data da reunião, sendo que apenas dois dos nove presentes não poderiam comparecer neste dia, por motivo de viagem para realização de provas do vestibular. Tendo em vista as dificuldades de achar um horário “perfeito” para todos, foi necessário escolher o que seria mais acessível à maioria, assim a data do curso ficou acertada para o domingo 25 de novembro de 2012 às 08:00 da manhã. Em seguida foi feita a solicitação junto aos membros da secretaria do colégio para viabilizar o uso de seus espaços para esse dia.

d) Mudança da data

Na semana seguinte, quando se quis confirmar a disponibilidade do espaço e dos equipamentos solicitados, a equipe foi informada pelo vice-diretor, que não seria possível a utilização dos espaços solicitados no domingo, pois neste dia o colégio estaria realizando a prova do ENADE em suas dependências. Em primeiro momento a equipe pensou em buscar um novo local, entretanto foi verificado que, no dia seguinte, 26 de novembro, seria o conselho de classe do colégio e que não haveria aula no período em que os participantes normalmente estudam. Assim, foi estabelecida a data do curso para este dia, devido ao entendimento de que seria mais viável apenas mudar a data do que toda a logística e os acordos já feitos em relação a materiais e equipamentos que o colégio se disponibilizou a ceder.

Para informar aos participantes do curso, a equipe realizou chamadas telefônicas, mas novamente não foi possível contatar a todos, então, como último recurso, optou-se por realizar nova visita ao colégio, o dia 23 de novembro, apenas para comunicar pessoalmente a mudança de data para o dia 26 e reforçar o comprometimento com a atividade proposta. Nesta ocasião foi feito o reconhecimento da sala multi-meios a ser utilizada, fortalecendo a proposta junto com os técnicos e servidores da instituição, viabilizando maior apoio e comprometimento dos mesmos no auxílio às demandas da equipe, fato vital para o êxito na realização do curso.

Ainda neste dia, verificando a necessidade de reforçar a convocação de todos os estudantes, foi elaborado e enviado um convite digital a eles através da rede social – *Facebook*. Esta forma de contato poderia ter sido utilizada anteriormente para dinamizar o contato, pois foi verificado que neste momento teve efetividade maior que as chamadas telefônicas. O convite efetuado encontra-se no Apêndice 11.

d) A preparação do material para avaliação do curso

A preparação ocorreu após reunião com os membros da equipe organizadora, que elaboraram parte das perguntas a serem aplicadas. A finalização dos dois questionários que seriam aplicados no curso foi realizada pelo autor do

trabalho com o auxílio dos membros já graduados da equipe Liana e Andressa, impressos 15 de cada e uma cópia da lista de presença,

d) Equipamentos

Os notebooks utilizados durante o curso para as apresentações das aulas e para a realização da relatoria pertenciam aos membros da equipe. O data-show, o cabo de conexão ao computador e a caixa de som utilizada foram obtidos junto a direção do colégio, mediante solicitação prévia. A máquina fotográfica utilizada e recarregador de suas baterias pertenciam à responsável pelos registros fotográficos, Andrielli.

e) O lanche e o material de limpeza

Para a realização do coffe-break foi realizado um acordo entre a equipe executora e a cozinheira Sônia, responsável pelo preparo das merendas e controle do estoque da dispensa do colégio. Assim, ela se responsabilizou em ofertar a quantidade necessária de sucos e bolachas, e de disponibilizar os utensílios de cozinha necessários para aproximadamente vinte pessoas. O restante dos alimentos foi preparado por membros da equipe. Foram preparados dois bolos de chocolate, uma torta salgada e patê de ricota para passar nos dois pães caseiros que foram comprados com recursos da equipe executora e posteriormente ressarcido pelo Laboratório Sócio-Ambiental. Com relação à limpeza do local, Sônia informou previamente que auxiliaria com o material e o trabalho necessário.

5.2.2 Questionário inicial: grau prévio de informação sobre os temas do curso e expectativas

Assistiram ao curso apenas 6 jovens dos 12 que participaram da fase de diagnóstico de forma que os dados apresentados a seguir referem aos 6 questionários recolhidos com os presentes no início do encontro. O referido questionário indagou o grau de conhecimento prévio sobre os temas do curso, assim formulados: “Questão ambiental”, “Principais visões da relação Homem-Natureza”,

“Principais concepções sobre a questão ambiental atual”, “Conceito de Problema ambiental”, “Especificidades da crise ambiental atual”, “Critérios de priorização dos problemas ambientais”, “Injustiça ambiental”, “Justiça ambiental”, e “Formas de resistência à Injustiça ambiental”. As respostas previstas no questionário deviam escolher opções de uma escala com as seguintes categorias: “Nada”, “Pouco”, “Mais ou menos”, “Muito”, e “Muitíssimo”.

O objetivo principal dessa enquete inicial não foi tanto conhecer o que os participantes pudessem saber sobre esses temas, seja porque estes se apresentam como muito abstratos para esse público, seja porque o diagnóstico prévio já tinha indicado déficits de informação e conhecimento neles. O objetivo principal, então, foi gerar uma informação base para no final do curso realizar outra enquete que perguntasse o grau de compreensão sobre esses temas, de forma que a diferença entre os valores iniciais e finais servissem como elemento de avaliação dos resultados.

5.2.2.1 Grau prévio de informação sobre os temas do curso

Em relação ao grau de informação prévia sobre a questão ambiental de maneira geral, todos os participantes declararam que sabiam “mais ou menos” o que indica que acreditam que sabem, mais não muito, expressando estarem abertos ao aprendizado que se estava oferecendo (Tabela 4). Enquanto foi declarado por 4 dos participantes o “pouco” grau de informação em relação às principais visões da relação Homem-Natureza, os outros dois posicionaram-se de maneira indefinida, declarando saber “mais ou menos” sobre a questão (Tabela 4).

O grau de informação declarado sobre as concepções ambientalistas foi o mais baixo entre os temas questionados, sendo declarado por dois participantes o total desconhecimento sobre o assunto (opção “nada”) enquanto os outros 4 revelaram que sabem “pouco” a respeito, entretanto, devido a especificidade e ao nível dessa questão o mais provável é que nenhum soubesse nada mesmo (Tabela 4). Isto ratificou a importância deste tema ser abordado amplamente no curso.

Na seqüência, se perguntou de maneira geral, o quanto os participantes acreditam saber sobre os problemas ambientais, sendo que 2 participantes declararam saber “muito” e os outros 4 adotaram uma postura mais tímida,

informando saber “mais ou menos” sobre o tema (Tabela 4). Foi o primeiro tema que pelo menos alguns dos participantes sentiram saber “muito”, provavelmente se referindo a “estarem” informados da existência de problemas ambientais, o que é muito geral na sociedade, e pode ter graus e enfoques muito variados, entretanto indica alguma proximidade com esta questão.

Em relação à especificidade da crise ambiental atual também foram 4 que responderam saber “mais ou menos” e outros 2 declararam saber “pouco”(Tabela 4). Essa incerteza sobre a crise já havia sido expressada pelos jovens em outro momento da pesquisa. Quando questionados a respeito de o que vem a ser a crise ambiental, um dos jovens expressou: *“A crise é um todo, difícil de ser explicado, a gente sabe que existe, mas é difícil definir bem o que é”*. Faz-se necessário esclarecer as especificidades da atual crise, desvendando esse *“todo difícil de ser explicado”*.

Em relação aos critérios de priorização dos problemas ambientais, 1 participante declarou não saber “nada” sobre esta questão, outros 2 declararam saber “pouco” e outros 2 disseram conhecer a temática “mais ou menos”, sendo que 1 deles não respondeu (Tabela 4). Estas respostas permitem presumir que nenhum deles soubesse realmente sobre esses critérios, o qual também era totalmente previsível.

Em relação à temática da Injustiça Ambiental, 2 participantes informaram que “pouco” sabem, outros 2 disseram saber “mais ou menos”, 1 afirmou saber “muito” e ainda 1 participante declarou saber “muitíssimo” sobre o tema (Tabela 4). Estas últimas duas respostas surpreenderam, visto esse tema não ser amplamente divulgado junto à população em geral. Contudo, considerando que um dos respondentes atua como presidente do grêmio e membro fundador da UMESPP – União Municipal dos Estudantes secundaristas de Pontal do Paraná, e a outra respondente concluiu este ano o curso de Tecnólogo em Orientação Comunitária pela UFPR Litoral, considera-se que as alegações provavelmente correspondem à realidade.

Em relação à Justiça ambiental, 3 participantes informam saber “pouco” sobre o tema, 1 pessoa declarou saber “mais ou menos” e os outros 2 alegaram saber “muito” (Tabela 4). Novamente, os participantes que alegaram saber muito sobre este tema, pouco conhecido pela maioria da população, foram os dois jovens com evidente perfil de lideranças, anteriormente citados.

Por último, perguntados sobre o tema das formas de resistência às injustiças ambientais, 3 dos participantes indicaram saber “pouco” e outros 3 qualificaram seu conhecimento como mais ou menos (Tabela 4). Assim, a apresentação deste tema aparece como muito pertinente para a reflexão dos participantes.

TABELA 4 – GRAU DE INFORMAÇÃO PRÉVIA EM RELAÇÃO AOS TEMAS DO CURSO

	Temas	Nada	Pouco	Mais ou menos	Muito	Muitíssimo
Aula 1: Problema e Crise Ambiental	a. Questão ambiental			6		
	b. Visões da relação Homem-Natureza		4	2		
	c. Concepções sobre a questão ambiental atual	2	4			
	d. Problemas ambientais			4	2	
	e. Especificidades da crise ambiental atual		2	4		
	f. Critérios de priorização dos problemas ambientais	1	2	2		
Aula 2: Justiça	g. Injustiça ambiental		2	2	1	1
	h. Justiça ambiental		3	1	2	
	i. Formas de resistência às injustiças ambientais		3	3		

5.2.2.2 Expectativas para o curso

Com relação às expectativas dos participantes perante o curso ofertado, um deles não se posicionou, enquanto os outros 5 esperavam encontrar novas informações, troca de idéias, saberes e experiências ligadas à temática a ser abordada. Além disso, 3 das respostas apresentadas expressaram o desejo de aplicar ativamente os conhecimentos e experiências construídas no curso para a superação dos problemas ambientais, demonstrando o compromisso social dos jovens. Expressaram assim as suas expectativas:

Me informar mais sobre os problemas ambientais e tentar ajudar a achar algumas soluções para eles.

Eu vim aqui porque eu acho importante falar sobre esse tema, e que nós somos quem deve mudar, ou tentar melhorar um pouco esse caos que se encontra o mundo.

Me interesse por este assunto e espero sair com mais argumentos para a discussão sobre... e [para] poder atuar na minha sociedade.

Vale ressaltar a expectativa de outro participante que incorporou em seu discurso o termo “sócio-ambiental”: *“Uma troca de idéias, experiências e a educação do estudo sócio ambiental”*. O uso do termo não significa necessariamente que o jovem compreendesse o conceito e todas as suas implicações, mas pelo menos indica que reparou que a proposta do curso integra o social ao ambiental e isso indica uma especificidade interessante na expectativa criada.

5.2.3 Relato da realização do curso: Procedimentos iniciais, andamento e procedimentos finais

5.2.3.1 Procedimentos iniciais

a) A preparação do local

A equipe chegou no Colégio no horário planejado, às 7:30 da manhã, cumprimentaram os membros da secretaria e se dirigiram ao laboratório multimídia, reservado para a realização da atividade. O técnico Elizeu providenciou a instalação e o teste de compatibilidade entre o computador e o projetor multimídia cedido por eles. Os membros da equipe organizaram as carteiras dispondo-as em círculo, e prepararam os materiais necessários ao registro do curso (fotografias e relatoria). O local preparado aparece na Fotografia 3. A preparação da sala ocorreu dentro do tempo planejado e os membros da equipe executora ficaram aguardando a chegada dos participantes (Fotografia 4).



FOTOGRAFIA 3– SALA PREPARADA PARA O INICIO DA AULA. FOTOGRAFIA 4 - MEMBROS DA EQUIPE AGUARDANDO A CHEGADA DOS PARTICIPANTES, AO FUNDO - AULA 1

b) Aguardando a chegada dos participantes

A chegada dos alunos ocorreu com um pouco de atraso. Os 4 participantes iniciais foram comparecendo um por vez e separadamente na seguinte ordem: Anna, Moriéme, Raphael e Lucas. Assim, houve o consenso entre os presentes de começar a aula propriamente dita a partir das 8:30, para aguardar a chegada de outros colegas. Desta forma, estes primeiros instantes foram destinados a uma conversa descontraída sobre temas de interesse dos participantes, abordando temas como musicalidade, Cultura de Paz e práticas sustentáveis.

5.2.3.2 O andamento do curso

a) Boas vindas, apresentações, lista de presença e acordo de convivência

Às 08:30 da manhã, o curso foi oficialmente iniciado, contando com a presença da quinta participante, Thais. Foram dadas as boas vindas oficiais e feitos os procedimentos de apresentação entre os demais membros da equipe com um breve relato de suas experiências acadêmicas e profissionais. Logo após, os jovens se apresentaram, contando sobre seus envolvimento com o grêmio e os rumos para os quais tem direcionado suas vidas estudantil e profissional. Verificou-se que, em alguns casos, a função exercida no grêmio coincide com a escolha de direcionamento da vida profissional, por exemplo, a responsável pelo setor de comunicação do grêmio optou pelo vestibular em publicidade e propaganda. Outro membro do grêmio se mostrou interessado nos cursos de Biologia e Oceanografia, buscando junto à equipe executora maiores informações a respeito.

Assim que todos assinaram a lista de presença, um acordo verbal de convivência foi feito para o bom andamento do curso. O uso do celular e as conversas paralelas não relacionadas ao tema deveriam ser evitados. Estabeleceu-se que o café seria às 10:30 e a conclusão das atividades não deveria exceder 12:30, devido os compromissos dos participantes. A descrição detalhada dos participantes encontra-se no Apêndice 3

b) Aplicação da enquete inicial

O questionário inicial foi entregue aos jovens para que pudessem expressar, como já citado anteriormente, suas expectativas em relação ao curso. Este procedimento foi rápido durando cerca de dez a quinze minutos (Fotografias 5 E 6).



FOTOGRAFIA 5 – EXPLICAÇÃO DA ENQUETE INICIAL. FOTOGRAFIA 6 - APLICAÇÃO AOS PARTICIPANTES

c) Exibição do vídeo “Ilha das flores”

Por sugestão de Diego Costa, membro da equipe, e por consenso entre os presentes, optou-se por passar o documentário “Ilha das Flores” antes de iniciar o conteúdo da aula 1 e os diálogos que a mesma iria fomentar. Isto foi feito no intuito de aguardar a chegada de outros participantes, no entanto, isto não ocorreu. O documentário trouxe novo diálogo entre os presentes, com alguns dos membros da equipe e dos participantes informando que já o tinham assistido, mas que, no entanto, não lembravam muito bem e que foi muito válido ter revisto nesta oportunidade, visto a correlação entre os temas. O curta-metragem ainda levantou discussões sobre padrão cultural, consumo, conceito de família e sobre a posição de fragilidade a que o “ser humano” está submetido frente à estrutura do sistema capitalista.

A discussão sobre família recebeu um foco especial por parte de alguns jovens, visto que no vídeo era definido como a estrutura: pai, mãe e filhos. Em

contrapartida, entre os presentes, os arranjos encontrados são diferenciados, havendo, em alguns casos, a mãe como figura central apoiada pela avó ou outro parente. Criticaram este ponto do vídeo expondo que, ao mesmo tempo em que traz uma importante reflexão sobre desigualdade e exclusão, ainda é limitada neste aspecto “família”. Este ponto da discussão levantada foi importante para o autor poder explicar durante a aula 1, o tópico “tipologias do pensamento ambientalista”, visto que já compreenderam e expressaram existência de formas diferentes de ver as coisas.

d) Aula 1 - Problemas ambientais e crise ambiental atual

A aula 1 começou às 9:00 da manhã e foi até 10:25, sendo realizada a apresentação de todo o conteúdo programado dentro do tempo previsto. O sexto participante chegou no meio desta aula. Assim, com o intuito de estimular a participação dos jovens, o ministrante iniciou informando que o objetivo das aulas e do curso como um todo era a construção coletiva de uma leitura crítica sobre a questão ambiental e das problemáticas relacionadas a ela (Fotografia 9). Então foi questionado aos jovens o que de fato vem a ser a questão ambiental. Como o andamento do curso tomou caráter mais “formal”, aproximando-se do modelo convencional de aulas, de transmissão de informações, não houve manifestações dos participantes. Neste ponto foi esclarecido que os conceitos apresentados ao longo das aulas haviam sido elaborados com base em trabalhos científicos sobre os temas abordados (Fotografias 7 e 8).



FOTOGRAFIA 7 – CONVOCANDO À CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL. FOTOGRAFIA 8 – ABORDANDO AS 3 GRANDES POSIÇÕES DO PENSAMENTO AMBIENTALISTA ATUAL.

Durante toda esta etapa a participação dos jovens foi menor do que o ministrante esperava ou desejava, assim, foram de suma importância as contribuições e relatos de todos os demais membros da equipe, fazendo este processo mais dinâmico, enriquecendo-o com suas experiências acadêmicas e profissionais. Se por um lado, a expectativa do responsável não foi correspondida, por outro, fez com que todos os conteúdos fossem trabalhados e concluídos dentro do tempo planejado. Vale ressaltar que a “baixa” participação quantitativa, em relação à expectativa do responsável, foi devidamente compensada pela pertinência e objetividade das falas, uma vez que todas estavam ligadas ao tema em questão, não sendo necessário em nenhum momento solicitar o foco na aula, o que possibilitou tranquilidade para a exposição de todo o módulo (Fotografias 9 e 10).



FOTOGRAFIAS 9 E 10 – MOMENTOS DURANTE A EXPOSIÇÃO DA AULA 1.

Esta aula foi concluída enfatizando aos jovens que a atual problemática ambiental é de caráter fundamentalmente social (político, econômico e cultural) e essencialmente conflitivo, devido às disputas que ocorrem em torno do acesso e apropriação dos recursos naturais, entre as diferentes classes e setores da sociedade. E, portanto, existem diferentes graus de responsabilidade sobre a geração dos passivos e problemas ambientais, sendo as classes dominantes as verdadeiras promotoras do atual quadro de crise sócio ambiental, pois se apropriam dos bens comuns e da própria vida para gerar benefícios privados, enquanto distribuem os passivos provenientes de suas atividades à coletividade e em especial

aos pobres, ficando parcialmente a salvo dos problemas que geram e reproduzem sistematicamente.

Então, foi feita a pausa para o coffe-break, dentro do tempo planejado, sendo organizado na quadra esportiva do colégio, com o apoio da merendeira Sônia. O espaço era amplo e com agradável sensação térmica (Fotografia 11 e 12).



FOTOGRAFIAS 11 E 12 - COFFE-BREAK REALIZADO NA QUADRA ESPORTIVA DO COLÉGIO.

e) *Oceanografia em foco*

Após 20 minutos de intervalo foi solicitado que os participantes fossem retornando para a sala para o início da segunda exposição. Dessa forma, alguns finalizaram o seu lanche e retornaram, enquanto outros preferiram aproveitar os 10 minutos restantes do coffe-break. Os participantes que voltaram à sala o fizeram para ver os vídeos do trabalho de Andrielli Medeiros sobre a espécie de raia *Manta birostri*, ainda sem registro de ocorrência e registro científico no Paraná. Em seu trabalho, Andrielli fez 99 registros dos espécimes no interior da Baía de Paranaguá, a pesquisadora concedeu a exposição de seus registros.

Assim, os jovens puderam esclarecer algumas dúvidas sobre o assunto e as dinâmicas naturais envolvidas, descobrindo um pouco mais sobre alguns campos de estudo/trabalho que podem ser desenvolvidos durante o curso de Oceanografia. Neste momento, mostrando-se bastante interessados, os participantes aprofundaram-se nos assuntos relacionados às ciências do mar. Andressa, membro da equipe, expôs questões relacionadas ao seu trabalho sobre o impacto antrópico nas aves marinhas, informando a ingestão de plásticos e outros materiais recicláveis

e ainda sobre os sinais que evidenciam maus tratados às aves que se mantêm próximas às embarcações de pesca, dificultando o desempenho das operações pesqueiras. Finalizando os comentários do assunto anterior, contando com o retorno de todos a sala, incluindo a presença inesperada do gestor do departamento municipal de juventude, Marcelo Elísio, que veio prestigiar o curso, iniciou-se a segunda aula.

f) Aula 2 – (In)Justiça ambiental

Esta aula, contou com maior participação dos jovens, ainda que, durante ela 2 participantes tiveram de se ausentar devido a compromissos pessoais. Esta maior participação pôde ser atribuída a alguns elementos novos, como a presença do gestor Marcelo Elísio, que compareceu para prestigiar parte do curso, auxiliando a proporcionar a esta etapa mais vigor às discussões. Outro ponto que pode ter contribuído para facilitar a interação dos participantes frente aos temas propostos foi a espécie de um desabafo coletivo em relação às dificuldades em se expressar frente às questões. Isto ocorreu, logo no início da aula, que começou efetivamente por volta das 11:10 da manhã.

Para iniciar a apresentação de modo interativo, o ministrante indagou aos participantes sobre o que seria injustiça ambiental para eles, porém, como ocorreu um profundo silêncio, a questão foi reformulada na tentativa de torná-la mais clara. Neste momento, ocorreu a manifestação por parte dos participantes de que sabiam algo relacionado a esse tema, entretanto era difícil expressar: “a gente tem uma noção do que é, mas não consegue achar as palavras para explicar”. Foi possível notar uma identificação por parte de todos os participantes em relação a essa frase, demonstrando que essa era uma dificuldade comum a todos ao lidar com os temas propostos. Assim, o ministrante compartilhou ter experimentado essa dificuldade em lidar com a temática, enfrentando diversos obstáculos até obter uma compreensão mais clara sobre as dinâmicas relacionadas a ela e concluir as apresentações. Possivelmente isso auxiliou a deixar os jovens mais confortáveis. Continuando a aula, Marcelo fez a leitura do conceito de Injustiça Ambiental e a partir daí os participantes passaram a contribuir com exemplos e relatos (Fotografias 13 e 14).



FOTOGRAFIA 13 – LEITURA DO CONCEITO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL. FOTOGRAFIA 14 - AS FORMAS DE RESISTÊNCIA.

Apesar de ser conceituada de forma bem elaborada na literatura, a Injustiça Ambiental se mostrou acessível aos participantes, depois de simplificado o conceito e debatido com o grupo. Também pode ser atribuída a essa maior proximidade do tema abordado com a realidade e as informações com que lidam os participantes, à maior participação e envolvimento no debate. Soma-se isso o fato da apresentação conter exemplos de sua manifestação a nível local.

Nesta etapa, o membro Diego Nogueira contribuiu enriquecendo as discussões com diversos exemplos e informações, apresentando uma forma de resistência à injustiça ambiental no ambiente urbano, relatando as atividades do movimento social, chamado LEVA, que atua na capital paulista, no sentido de organizar pessoas de baixa renda e sem-teto, para reivindicar seu direito a uma moradia digna, promovendo e consolidando ocupações de edifícios abandonados. Esta etapa do curso promoveu uma importante reflexão sobre a questão fundiária e o direito a posse da terra, uma temática fundamental a questão ambiental, visto que discute o acesso e domínio a base das relações sociais de produção e por consequência, a concentração de poder político e econômico na mão dos que o dominam.

As atividades foram concluídas reforçando a todos os presentes que os problemas ambientais distribuem-se de maneira desigual na sociedade capitalista e que são os pobres os que sofrem prioritariamente a maior carga dos passivos ambientais, por quem domina os meios de produção. Foi enfatizado ainda, que a mudança deste quadro deve ser pautada no combate das desigualdades sociais,

defendendo os direitos de acesso aos meios de produção às populações socialmente excluídas.

Nesse contexto, o curso foi finalizado entre 12:20 e 12:30 conforme o combinado entre os presentes. A equipe agradeceu a presença de todos e a sua colaboração foi solicitada na realização da enquete de avaliação dos aspectos do curso e logo em seguida foi feita uma foto com os todos os presentes(Fotografia 15).



FOTOGRAFIA 15 - FINALIZAÇÃO DO CURSO

5.2.3.3 Procedimentos finais

a) Aplicação do questionário

Para a avaliação do curso foi entregue aos participantes a enquete final, informando que poderiam preencher livremente as questões, mas com criticidade com relação aos aspectos questionados, em especial aos que se referiam à proposta do curso em si, para que a mesma pudesse ser aprimorada com base nas sugestões apresentadas por eles. Como dois dos participantes foram embora no meio da segunda aula, só foram recolhidos 4 questionários.

b) Organização do espaço

Antes da partida a equipe providenciou a organização do espaço cedido, deixando-o como estava e devolvendo os materiais utilizados aos respectivos responsáveis. A chave da sala foi deixada com a equipe de limpeza e foram feitos os

agradecimentos aos funcionários do colégio que ainda estavam presentes durante o horário de almoço.

c) Reunião de avaliação e processamento dos dados

No retorno a Pontal do Sul os membros debateram sobre aspectos inerentes a aplicação do curso, realizando um balanço sobre seu andamento. Os principais aspectos levantados pelo ministrante do curso foram em relação à sua desenvoltura na condução das atividades, clareza ou não no esclarecimento de dúvidas e as suas impressões em relação à participação dos jovens. Os questionários iniciais e finais também foram brevemente discutidos, e cada membro expressou suas impressões gerais sobre as atividades.

Os questionários iniciais foram transferidos ao computador na tarde do mesmo dia, iniciando também com os questionários finais, que foram concluídos no dia seguinte. No dia seguinte também foi feita uma revisão e complementação do relato elaborado durante o curso, resgatando memória e verificando se algo poderia ter passado despercebido à relatora. O registro fotográfico foi transferido para o computador da responsável no dia seguinte.

5.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

5.3.1 Realização do planejado ou não: etapas prévia, andamento e posterior

A proposta geral do curso ocorreu dentro dos moldes planejados. Na etapa prévia ao curso, as maiores dificuldades encontradas por parte do organizador da proposta foi à análise dos questionários de diagnóstico, o que em partes condicionou a elaboração do curso, visto que alguns itens foram priorizados em relação a outros. Como exemplo, a análise da parte de percepção ambiental foi priorizada, em relação aos aspectos socioeconômicos dos jovens, por ser considerada de maior relevância para a definição dos temas a serem abordados ao longo do curso, assim as informações socioeconômicas, tais como, a ocupação profissional dos jovens e demais atividades cotidianas não foram utilizadas como potenciais pontos de partida

para gerar debates e reflexões, a partir da realidade vivenciada por eles, propiciando maior interação ao longo dos temas do curso com maior carga de conteúdo teórico. Contudo, este processo foi uma oportunidade para iniciar o aprendizado de como categorizar e interpretar dados qualitativos.

Desta observação constata-se o que pode ser considerada a maior limitação pedagógica que o curso apresentou. O não aproveitamento máximo das informações levantadas nos questionários de percepção ambiental, como subsidio para a elaboração de processos de ensino-aprendizado mais adequados a realidade concreta dos jovens, e ainda, o não aprofundamento nas melhores metodologias e ferramentas pedagógicas para fazê-lo, deixam evidente a necessidade de maior preparo e atenção á estes aspectos.

Na implementação do curso ocorreram mudanças, mas sem que sua essência fosse perdida. Primeiramente, teve de ser alterado o dia de realização do curso do dia 25 domingo para segunda-feira dia 26 de novembro. Entretanto, como a mudança foi avisada com antecedência, esta questão pôde ser resolvida brevemente com o apoio do colégio. No dia do curso foi necessário adaptar o horário ao atraso dos participantes iniciando 30 minutos mais tarde e, além disso, começando as atividades através da exposição de vídeos para dar tempo de outros participantes chegarem e não perder o conteúdo tido como prioritário. Estas mudanças não causaram grandes dificuldades ou transtorno mostrando-se válidas para que tudo ocorresse bem, sendo desenvolvida toda a proposta. Em suma, não houve nenhum impedimento real para o desenvolvimento geral da proposta, entretanto, é necessário atentar para alguns fatores. Um ponto que não veio a atrapalhar a execução das atividades, mas que pode ser melhorado são os registros fotográficos, que, devido à meia luz em que a sala se encontrava durante a exposição das aulas, não foram os mais adequados. Os membros da equipe não se atentaram para esse fator. A luz desta experiência pode-se afirmar que o quesito tempo foi subestimado na execução deste curso, não tanto por dificuldade em expor o conteúdo no tempo planejando, mas sim em abordar-los em profundidade dentro do que pede sua complexidade, carecendo ainda de ferramentas metodológicas mais adequadas a isso.

Em relação à participação dos demais jovens no processo, podemos verificar dois aspectos distintos: Primeiro, a presença na atividade. A expectativa para o curso era de 12 participantes, se considerados todos os membros do grêmio

identificados na fase de diagnóstico. Dentre estes, 2 anunciaram previamente sua ausência, diminuindo o número para 10 membros, porém, podendo contar ainda com a possibilidade de que mais jovens interessados na proposta comparecessem. O não comparecimento de 4 dos jovens sem uma explicação aparente levanta a preocupação de que a forma de conduzir as etapas prévias, ou mesmo sua temática, tenham desestimulado a participação dos jovens, o que pode vir a ser um sério fator limitante à sua replicação. Assim, é de extrema relevância compreender a que se deve essa ausência. Vale ressaltar, como já citado anteriormente, que os jovens que faltaram foram os que tiveram menor envolvimento com todo o processo em si. Desse modo, se torna importante pensar em modos de deixar a proposta mais atraente agradando a um número maior de interessados. Contudo, ainda assim, pode ser preferível a presença de poucos participantes, porém bem interessados, contribuindo para o melhor aproveitamento do curso.

5.3.2 Quantidade e qualidade das intervenções

Com relação à quantidade de intervenções, foi realizada a contagem com base na relatoria. Assim, para a primeira parte das atividades foram identificadas 5 intervenções que, mesmo em pequena quantidade, mantiveram grande pertinência em relação ao que estava sendo abordado. Destas 5 intervenções, duas foram criticando padrões culturais estabelecidos e reproduzidos, até mesmo, de maneira inconsciente, apontando reflexões entorno do conceito de família, que está consolidado na sociedade. Outras duas intervenções ocorreram na etapa de reconstrução do processo histórico de transformação das relações sociais de produção, auxiliando a refletir sobre alguns de seus aspectos mais relevantes. A última intervenção foi a indicação coletiva do desconhecimento do processo da revolução verde e da expansão do agronegócio no mundo, que ocorreu em meio a esse resgate da história da relação entre os homens e o meio, sendo dada a devida explicação sobre o assunto. A partir desta etapa da primeira aula, onde se passou a aprofundar em questões específicas conceituais e alheias ao grande público, as intervenções cessaram, correspondendo apenas a um breve “sim ou não” quando o ministrante questionava se as explicações estavam claras e se todos estavam compreendendo.

Já na segunda parte das atividades, as falas ocorreram em maior quantidade, sem que com isso se perdesse a qualidade e a pertinência das intervenções, sendo verificada ao longo de toda a aula, que os jovens mantiveram apontamentos e considerações relacionados aos temas abordados a apresentação. Contudo, ainda foi observado que uma das participantes teve maior contribuição para o número total, correspondendo a 7 das 15 intervenções que foram registradas. Dessa maneira, verificaram-se três vezes mais intervenções durante a segunda aula propiciando maior dinamismo e interação entre os participantes. Alguns fatores podem ter contribuído para esse maior número de intervenções. Como exemplo, a maior proximidade do tema Justiça Ambiental com a realidade diretamente percebida pelos jovens, a maior contribuição dos demais membros da equipe e a formação de consensos entre os participantes em relação a determinados pontos.

A formação destes consensos foi verificada, pois parte das intervenções feitas foram elaboradas num esforço conjunto entre os jovens, construindo assim, uma identidade coletiva em relação a um determinado assunto ou opinião. Exemplo disso ocorreu no início desta segunda etapa quando os participantes foram questionados sobre o que seria Justiça Ambiental e então informaram ter uma noção do que é, mas que tinham dificuldades para expressar. Aos olhos do autor, este momento teve uma contribuição importante para a ocorrência de mais intervenções nesta etapa do curso, pois os jovens demonstraram como estavam se percebendo perante os temas tratados e mesmo ante ao curso em si. Talvez isso tenha permitido que a sensação de estarem inaptos a intervir e expressar suas opiniões ficasse marcadamente menor, estimulando-os a intervir mais, sem preocupação em serem repreendidos de alguma forma. E ainda, soma-se a isto a maior possibilidade que este tema tem de citar exemplos próximos à realidade cotidiana local, aproximando-os mais a suas próprias experiências, inserindo novos aspectos e reflexões a elas, assim como também, recebendo importantes contribuições dos demais membros da equipe executora, que pode, auxiliar de forma mais efetiva na preparação do “terreno” favorável a intervenção. Isto indica o caminho por onde se pode suprir a necessidade de preparar maior quantidade de momentos propícios para que as intervenções dos participantes possam surgir como maior facilidade ao longo da exposição.

5.3.3 Grau em que o curso contribuiu para a compreensão dos temas apresentados segundo percepção dos participantes

Na enquete final aplicada aos participantes, pediu-se que estes avaliassem o grau em que o curso teria contribuído a compreender cada um dos temas abordados e as respostas deviam escolher entre as 5 categorias da escala de “nada” a “muitíssimo” utilizada na enquete inicial. Neste procedimento só estavam presentes 4 dos 6 jovens que iniciaram o curso.

É possível observar que, de maneira geral as respostas se concentram nos níveis mais altos em “muito” e “muitíssimo” (Tabela 5). Nenhum dos jovens considerou que o curso contribuiu “pouco” ou “nada” dentro das temáticas trabalhadas, mas ainda há presença considerável de respostas na categoria “mais ou menos”. Possivelmente, estas questões não foram trabalhadas de modo a elucidá-las uniformemente a todos os participantes. Verifica-se ainda que, em sua maioria, estes são temas da aula 1, que teve baixa participação, e que estes são assuntos distantes de suas vidas cotidianas.

TABELA 5 – GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PARA A COMPREENSÃO DOS TEMAS SEGUNDO PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

	Temas	Nada	Pouco	Mais ou menos	Muito	Muitíssimo
Aula 1: Problema e Crise Ambiental	a. Questão Ambiental				3	1
	b. Visões da relação Homem-Natureza			1	2	1
	c. Tipologia do pensamento ambientalista			2	2	
	d. Problemas ambientais				2	3
	e. Especificidades da Crise ambiental atual			2	2	
	f. Critérios de priorização dos problemas			2	2	
Aula 2: Justiça	g. Injustiça ambiental				3	1
	h. Justiça ambiental				3	1
	i. Formas de resistência as injustiças			1	2	1

Entretanto, 4 dos temas abordados parecem não ter deixado dúvidas entre os jovens, sendo eles: Questão ambiental, Problemas ambientais, Injustiça e Justiça ambiental, concentrando as respostas em muito/muitíssimo. Este quadro traz

respostas favoráveis para a reconstrução de alguns aspectos da proposta do curso, em específico, a primeira parte de carácter prioritariamente conceitual, para que se torne mais acessível ao jovem. Indicando que a elaboração das questões abordadas deve partir do concreto, de exemplos encontrados na realidade vivida pelos jovens, de forma que os conceitos cheguem depois, auxiliando a esclarecer o problema captado no real.

5.3.4 Tema de maior interesse

Outro fator que o questionário final revela é o tema que mais despertou o interesse dos jovens durante o curso, pois pode orientar a construção de propostas futuras direccionadas especificamente a essas questões. Assim, 2 participantes informaram que foi o tema da justiça ambiental o que mais despertou seu interesse, outro, as formas de resistência às injustiças ambientais e por fim, os problemas ambientais. Vale ressaltar que a Justiça Ambiental foi o tema mais amplamente debatido ao longo do curso e de grande identificação entre os jovens. Isso demonstra que a opção de apresentar este tema foi de grande relevância, pois ao abordar seus aspectos conceituais e históricos, relacionando-os com as problemáticas encontradas na realidade local, tornou os conteúdos mais acessíveis a sua compreensão, visto que desenvolveu e aprofundou discussões através do que é vivenciado e percebido pelos jovens. Ainda que tenha sido aplicado a um pequeno público, mostrou-se sensível a compreensão e as reflexões pertinentes à juventude, entendida de forma ampla como uma das etapas de formação do ser social.

Portanto, este tema em específico mostrou-se com excelente potencial para a realização de novas atividades, visto a pertinência das questões que levanta e a boa receptividade dos jovens.

5.3.5 Avaliação de outros aspectos do curso por parte dos participantes

De modo geral, o curso foi bem avaliado pelos jovens, sendo que apenas o quesito esclarecimento de dúvidas não ganhou o conceito máximo (Tabela 5).

TABELA 6– AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS DO CURSO PELOS PARTICIPANTES

Aspectos	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
a. Apresentação de slides				4
b. Explicação dos temas				4
c. Esclarecimento das dúvidas			2	2
d. Equipe que conduziu o curso				4

Existe a possibilidade de que a boa avaliação dos jovens possa estar influenciada pelo agradável ambiente de convívio criado durante as horas de curso, ou ainda pelos vínculos de reciprocidade criados ao longo de todo o trabalho desenvolvido junto a eles. Já em relação ao esclarecimento das dúvidas, ter sido a avaliado com menor grau de qualidade pelos participantes, pode-se supor que a linguagem e/ou exemplos utilizados para suprir essa demanda, não foram os mais adequados para alguns dos jovens, visto a complexidade de alguns dos temas abordados. Contudo não é possível identificar com exatidão quais temas não foram bem esclarecidos, isto indica a possibilidade de se incluir uma nova questão aos questionários avaliativos, verificando especificamente qual a maior dúvida dos participantes em relação ao tema, auxiliando no reconhecimento das melhorias necessárias a proposta.

5.3.6 Grau de satisfação das expectativas dos participantes

Com relação às expectativas dos participantes, todos declararam que foram devidamente atendidas, cada qual justificando a sua maneira:

Porque eu aprimorei meus conhecimentos sobre problemas ambientais;

Sim porque eu esperava aprender e foi isso que aconteceu;

Esclareceu muitas dúvidas; e

Porque o assunto é realmente importante de ser tratado e a equipe se dedica de verdade com a causa.

As 3 primeiras declarações incorporam o fator de aprendizado que puderam vivenciar, enquanto o quarto participante demonstrou aparente surpresa com a qualidade dos temas que foram tratados e com o engajamento da equipe em relação

à temática. Este é um ponto importante para ser levado em consideração, pois essa foi uma das propostas da equipe, a de construir este momento de aprendizagem e trocas através da contribuição ativa de todos os membros, aportando ao curso suas experiências tão ricas, diversas e complementares à construção desta abordagem, que se pretendeu sócio-ambiental.

5.3.7 Eventual replicação do curso para mais jovens e sugestões de melhorias

Com o intuito de verificar a replicabilidade do curso perante o olhar dos participantes, foi questionado se eles achavam importante aplicar o curso a mais jovens. Assim, houve consenso entre todas as respostas de que o curso deveria ser replicado sim, atribuindo a importância do curso às informações trabalhadas, e ainda, enfatizando a importância de que todos fiquem sabendo, indicando a possibilidade de replicação a outros públicos.

Em relação às melhorias possíveis para o curso, duas respostas indicaram que deveria ter mais tempo, entretanto sem especificar a quantidade em si. Outra resposta informa a necessidade de: *“Nos levar mais próximos das crises. Deslocarmos para vermos pessoalmente, não só crises como ao todo”*. Desse modo, sugere que a proposta educativa incorpore o aspecto prático, dando a entender o ensejo de reconhecer a crise em suas especificidades locais, não apenas um contexto global. Esta é uma importante contribuição para o melhoramento da proposta educativa, ir a campo e diagnosticar conflitos ou situações de injustiça ambiental em nossa região, um apontamento muito pertinente levantado pelo jovem. E por fim, uma última resposta: *“No momento não tenho nenhuma sugestão. O curso está ótimo”*, revelando-se satisfeito com a proposta.

Com relação às propostas apresentadas, o responsável compartilha destes mesmos desejos e em princípio desejava a elaboração de uma proposta composta por 4 módulos onde teriam mais tempo para a exposição e discussão de cada aula, onde também seriam feitas saídas a campo, identificando situações que pudessem contextualizar, ainda mais, os temas trabalhados em cada um dos módulos. Entretanto, em vista a viabilidade prática para a execução do curso em tempo hábil, optou-se por realizar um piloto com menos aulas.

5.3.8 Avaliação dos membros da equipe

Quanto à auto-avaliação das ações da equipe durante a realização do curso proposto, se fez uma análise com criticidade, tendo como base o atendimento ou não das tarefas que foram planejadas e sistematizadas nos quadros referentes a cada etapa de elaboração, verificando se foram efetivamente cumpridas.

De modo geral, a equipe percebeu que a aplicação da atividade se realizou dentro dos moldes para ela planejados, realizando todas as atividades propostas dentro de seu tempo devido. Um dos primeiros pontos avaliados foi a habilidade do ministrante em relação aos aspectos de domínio de conteúdo e qualidade didática durante as apresentações. Estes itens foram vistos pelos demais membros da equipe de forma positiva, considerando-o com bom embasamento teórico e envolvimento nas temáticas abordadas, apontando também que as apresentações seguiram bom andamento lógico e que foram utilizados bons exemplos para ilustrá-las. Na sequência, o modo de autogestão colaborativa proposto para coordenar a parte logística da realização da atividade foi visto com bons olhos, pois permitiu autonomia a todos para execução das tarefas demandadas, fazendo com que sua realização ocorresse de forma comprometida e sinérgica. Ficou claro para toda a equipe que os principais ganhos e êxitos desta atividade foram de caráter qualitativo, visto a riqueza de informações, relatos, saberes e experiências reunidas e compartilhadas pelos presentes.

Para a avaliação criteriosa das ações da equipe foram preenchidos quadros com o cumprimento ou não do planejado, verificando-se em que grau isto se deu (Apêndice 12). Assim, apenas 4 das 40 atividades programadas foram vistas como “parcialmente realizadas”. Vale acrescentar que nenhuma destas 4 atividades veio a se impor como uma limitação real para a execução do plano, e sim trouxeram informações importantes para aprimorar a proposta. Duas destas atividades não dependiam exclusivamente da equipe e estavam ligadas a sua interação com os jovens, como o horário de chegada e recebimento para o curso e também a sua maior participação, tanto em número de participantes, como na quantidade de intervenções ao longo das atividades.

Contudo, mesmo estes pontos foram entendidos pela equipe de maneira salutar durante o período de reflexão em que esteve imersa. Primeiramente, foi entendido que os demais jovens não presentes o fizeram por livre e espontânea

vontade a que tem direito, e isso demonstra que neste momento eles têm outras prioridades, seja quais forem. Assim, sua ausência “consciente” é melhor do que uma presença “inconsciente” e obrigatória, o que poderia prejudicar a qualidade das intervenções e o bom andamento do curso em si, com conversas paralelas ou perda do foco dos temas tratados. Neste contexto, a equipe fez uma breve ponderação sobre como essa presença obrigatória e conseqüentemente “inconsciente” prejudica o andamento de atividades dentro do sistema tradicional de ensino, que ao impor aos jovens a assimilação de conteúdos que não necessariamente lhes são de interesse acaba por desestimular sua participação, e ainda, a própria construção de sua autonomia no contexto maior de uma educação para a vida. Ainda com relação às intervenções que ocorreram, a equipe avaliou que foram manifestadas a medida que os participantes foram se envolvendo nas questões trabalhadas, aprofundando sua reflexão sobre elas mesmas e sentindo-se aptos a contribuir com a discussão coletiva. Ponderou-se sobre a contribuição do curso para o reconhecimento dos jovens sobre seu papel frente às problemáticas trabalhadas.

Com relação ao enfoque de Educação Ambiental utilizado, a equipe avaliou que a proposta esteve alinhada com a visão crítica/transformadora da questão ambiental, tanto pelos conteúdos abordados e sua relevância para a compreensão de como a problemática ambiental se coloca hoje na sociedade, como na correlação desta compreensão com o contexto local. Esta etapa de aproximação das questões teóricas à realidade prática dos participantes foi considerada pela equipe como sendo o momento de maior aproveitamento e troca de informações entre todos os membros presentes, devendo receber nas futuras edições um aprofundamento ainda maior. A equipe ponderou que o aprofundamento desse aspecto pode acontecer mediante saídas de campo e atividades práticas, equilibrando os aspectos teóricos e práticos do curso.

5.4 CONCLUSÕES

5.4.1 Nível em que foram atingidos os objetivos do curso

Baseado em tudo aqui relatado, verifica-se que todos os objetivos específicos foram realizados. Isto permitiu ao curso atingir sua meta geral de promover, em conjunto com os jovens, a construção coletiva de uma releitura crítica sobre a problemática ambiental atual, tornado possível ressignificar o “ambiental” da crise, em “sócio-ambiental”, enfatizando a importância dos aspectos sociais, políticos e econômicos na causa e na não-solução dos problemas. E ainda é importante frisar que, ao longo da execução desta proposta, ocorreu a evidenciação dos conflitos ideológicos, econômicos e políticos referentes aos processos de uso e apropriação dos recursos naturais pelos diferentes atores, classes e setores da sociedade, revelando a crise em mais um de seus múltiplos aspectos.

Entretanto, mesmo percebendo que todos os objetivos propostos foram realizados, é de difícil determinação a real dimensão em que foram contemplados, visto que pode ser influenciado pela subjetividade de cada indivíduo e ir além do que os instrumentos de avaliação desenhados podem revelar. Ainda mais se compreendermos a atividade educativa enquanto um processo em contínua construção.

5.4.2 Avaliação de sua replicabilidade

A verificação de atendimento de todos os objetivos propostos pelo curso já se apresenta como um aspecto favorável a futuras replicações. Somam-se a isso outros pontos avaliados positivamente através das ponderações da equipe executora, o atendimento de todas as tarefas planejadas e a própria avaliação dos jovens, tais como: receptividade e interesse entre os jovens participantes; pertinência dos conteúdos abordados; informações atuais e adequadas ao público possibilitando seu envolvimento e discussão sobre problemas a nível local; vínculos de cooperação e apoio entre o colégio e a equipe executora, viabilizando o local do curso, materiais para a exposição das aulas e auxílio na realização do coffe-break;

qualificação técnica-didática dos membros da equipe executora; e o baixo custo operacional da proposta.

No final das atividades os jovens revelaram ter gostado bastante de participar da proposta e acreditam que ela deve ser aplicada ao maior número possível de jovens, e ainda, que esta reflexão deve ser ampliada a toda a sociedade, abordando a população em geral, visto a relevância das questões tratadas. Alguns se mostraram surpresos com a seriedade da proposta e dos temas trabalhados, expressando em seu questionário; “[...] *o assunto é realmente importante de ser tratado.*” Assim, foi verificado que a escolha dos temas foi pertinente e que eles geraram a reflexão desejada, contribuindo para a reconstrução das leituras dos participantes acerca das problemáticas sócio-ambientais. Entretanto, alguns destes temas devem ser tratados de formas mais envolventes e práticas para suavizar o perfil prioritariamente teórico que o curso apresentou em alguns momentos.

Em relação às parcerias institucionais realizadas, os vínculos de cooperação firmados com a direção do colégio foram vitais para todo o andamento das atividades realizadas, desde a fase de diagnóstico até a realização da proposta em si, viabilizando o contato com os jovens, fornecendo o espaço e materiais e permitindo livre acesso às suas dependências. Este trabalho deve muito à cooperação e boa vontade da equipe do colégio Hélio Antonio de Souza e esta inserção e receptividade no núcleo escolar indica um bom caminho para novas edições, visto que isto pode vir novamente a fortalecer a proposta e sua viabilidade operacional de replicação.

A equipe técnica que cooperou com a implementação do curso elaborado realizou um excelente trabalho organizacional, logístico e pedagógico, mostrando-se apta a conduzir processos educativos nos moldes do que fora realizado, acrescentando exemplos de grande relevância para a melhor contextualização dos participantes dentro dos temas e apontando informações científicas proveniente de diversas áreas relacionadas aos temas trabalhados. Dessa forma, em relação à qualificação técnica necessária para a condução de novos cursos, certamente a equipe atual se mostra capacitada. Contudo, tendo em vista qualificar ainda mais a prática pedagógica e suprir as falhas encontradas ao longo da implementação do curso é recomendado que se faça um maior aprofundamento na compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, próprios ao estudo da educação em si e suas diferentes metodologias. Isto pode ser realizado através da leitura e discussão entre

os membros da equipe executora a orientação de um pedagogo ou ainda da a partir da inclusão dentro da equipe executora de um profissional com estas atribuições teóricas e metodológicas.

Outro aspecto importante a ser considerado é a questão dos custos operacionais para a realização desta proposta. Nos moldes em que se realizou o curso, nota-se que o mesmo apresentou boa relação custo benefício visto seu baixo custo econômico perante todo seu potencial de abrangência, o qual poderia tranquilamente atender até 15 jovens, sem com isso perder sua qualidade nem dispersar a atenção dos participantes. Os maiores gastos identificados nesta edição do curso foram relacionados à elaboração do lanche ofertado no coffe-break e ao transporte da equipe no trajeto Pontal do Sul - Praia de Leste, tanto no dia da realização do curso quando foram utilizados dois carros, bem como das reuniões e encontros prévios para consolidação do apoio com a diretoria do colégio e confirmação da data da atividade em conjunto com os jovens (Tabela 6).

TABELA 7 – GASTOS REALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO CURSO

MATERIAIS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Questionário Inicial	Avaliação curso	10	0,10	1,00
Questionário final	Avaliação curso	10	0,10	1,00
Lista de presença	Avaliação curso	1	0,10	0,10
Lanche	Servido no intervalo do curso	1dia	50,00	50,00
Combustível	Deslocamento ao local do curso	25lts	2,79	69,75
			Total	121,85

Estes custos são baixos de forma que não representam um impedimento à realização de novas edições e podem ser mais bem dimensionados, visto que o investimento no coffe-break foi feito na expectativa de um número maior de participantes. Contudo, também foram feitos gastos na fase de diagnóstico, com o deslocamento e materiais para a aplicação dos questionários (Tabela 7).

TABELA 8 – GASTOS REALIZADOS NA FASE DE DIAGNOSTICO

MATERIAIS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Combustível	Deslocamento p/ entrevista	25 lts	2,70	67,5
Questionário de P.A.	Coleta de dados	12	0,40	4,80
			Total	72,30

Totalizando um investimento de R\$194,15 para a realização de todo o trabalho, pondera-se que este seja um custo razoável frente à abrangência e a potencialidade da proposta. Outros gastos como as chamadas telefônicas para contatar a escola e os jovens e o acesso a internet para realização das pesquisas necessárias estavam amparados pela estrutura da universidade, podendo vir a pesar no orçamento da proposta caso não houver este apoio. Assim, verifica-se que as parcerias institucionais são de grande importância para a viabilização de propostas como essa e sua replicabilidade.

Em relação a tudo o que foi apresentado, conclui-se que a presente proposta tem grandes possibilidades de ser replicada, visto suas potencialidades, a pertinência e o comprometimento social dos temas abordados, a boa aceitação perante o público alvo, a qualificação técnica e didática da equipe executora e ainda todas as possibilidades de parceria e apoios institucionais já realizados. Entretanto, para que isso se faça da melhor maneira possível, deve-se estar atento ao atendimento das demandas necessárias ao seu aprimoramento, levando em conta as sugestões de melhorias dadas pelos jovens e também às limitações verificadas pela equipe. Dentre elas, a que pode vir a ser o maior limitante é a questão relacionada ao aparente desinteresse por parte de alguns dos jovens convidados a participar da proposta. Ainda que não estejam totalmente claras as causas da não participação destes jovens, faz-se necessário atentar para que cursos futuros venham a ter ganhos e aproveitamento de sua potencialidade também em aspectos quantitativos atendendo ao maior número possível sem que com isso se perca a qualidade.

5.4.3 Melhorias necessárias para a continuidade

Da avaliação de seus múltiplos aspectos foram identificadas demandas consensuais entre a equipe executora, o responsável pela proposta e os participantes. Em relação ao público-alvo escolhido, as lideranças jovens mostraram-se satisfatórias para a realização do curso do ponto de visto teórico, apresentando apenas limitações em relação aos horários disponíveis para a realização do curso, visto ser esta a fase de ingresso a vida adulta, acarretando o surgimento de responsabilidades e compromissos relacionados à vida profissional, contudo foi

possível verificar a sua compatibilidade com os temas abordados no curso, bem como com sua proposta geral. Assim recomenda-se priorizar a escolha dos jovens ainda nas séries iniciais do ensino médio com maior disponibilidade de tempo e menores preocupações de ordem pessoal relacionadas à sua escolha profissional.

Em relação à melhoria da comunicação, entre a equipe executora e os jovens, recomenda-se o uso das redes sociais, junto aos jovens com acesso a *internet*, visto a grande vantagem observada ao longo da execução da proposta, neste caso todos os jovens possuíam acesso freqüente a rede. Soma-se a isso a grande importância que estas redes vêm ganhando na vida social dos jovens. Assim, pode-se solicitar o perfil dos jovens na rede “*Facebook*”, ainda no questionário de percepção ambiental ou inicial.

O ponto mais recorrente com necessidade de melhorias foi o tempo de duração da oficina e, unido a isso, considerações sobre sua estrutura e dinâmica. Vale lembrar que a necessidade de um tempo maior para a realização do curso já era sentida pelo autor da proposta no início de sua elaboração, porém, os moldes definidos e aplicados deram-se através da interação com o próprio público e seus compromissos de trabalho buscando adequar a proposta à agenda dos jovens.

Uma proposta acessível e viável operacionalmente é a realização de mais um módulo como o que foi feito em mais um dia ou mesmo no período da tarde. Com maior disponibilidade de tempo, também é possível a realização de visitas de campo a situações reais de exposição aos riscos ambientais prioritariamente de populações menos favorecidas. Para que isso possa ocorrer, faz-se necessário a identificação destes processos no litoral do Paraná, envolvendo maior investimento por parte da equipe no levantamento bibliográfico e no desenvolvimento de pesquisas práticas no intuito de reconhecer mais profundamente onde e como ocorrem esses processos em nível local. Para que estas saídas de campo sejam viáveis, pode-se buscar o apoio dentro da própria universidade ou ainda solicitar junto a outros apoiadores como a prefeitura.

Outro ponto importante a ser tratado, independente da questão tempo, é a demanda por amenizar o tom conceitual da primeira parte da aula, em específico os temas que os jovens tiveram maior dificuldade de compreensão, como as visões da relação Homem-Natureza, as tipologia do pensamento ambiental e os critérios para priorização dos problemas ambientais, através de uma dinâmica de grupo ou oficina que permita a incorporação destes conceitos de forma mais vivencial, dinâmica e

prática, estabelecendo elos com a realidade cotidiana. Esta atividade ou dinâmica ainda não foi definida, mas trabalhar no sentido de elaborá-la é um bom esforço para adequação do curso a propostas futuras, visto não necessitar a modificação dos moldes do mesmo ou custos excessivos. Assim a melhoria da exposição desta etapa do curso, bem como das demais já trabalhadas, pode ser reforçada com a priorização dos conteúdos trabalhados a partir da realidade local, através da realização do processo educativo no sentido inverso, problematizando as questões da realidade dos jovens, para depois contextualizá-las e discuti-las com base no conteúdo teórico que se pretende trabalhar, possibilitando maior participação, dialogo e compreensão dos jovens em relação aos tópicos trabalhados de forma prioritariamente teórica nesta primeira experiência.

Outra possibilidade viável para a reconstrução e aplicação do curso é a convocação dos jovens que participaram da atividade a fazer parte da equipe executora, caso aja interesse real. Isso poderia dar-se através de encontros regulares para realização de estudos de aprofundamento nos temas e a reformulação da linguagem e dos métodos a serem utilizados, conferindo a proposta um perfil ainda mais voltado ao público jovem.

E por fim, de modo a solucionar o que, aos olhos do autor, pode ser o maior impedimento para a efetivação de novos cursos, é a maior atenção na forma de abordagem do público alvo. Nesta edição foi necessária a exposição direta da equipe junto aos jovens para identificação e estruturação dos moldes do curso, sendo este um aspecto positivo do processo. Entretanto, na percepção de alguns dos jovens, pode ter gerado um desgaste na imagem do responsável, prejudicando o interesse em relação ao tema trabalhado junto a eles. Assim, o fortalecimento dos apoios institucionais pode promover caráter de maior credibilidade para a proposta junto aos jovens menos pró-ativos e engajados na temática, possibilitando um incentivo a mais para que se permitam envolver por este debate.

5.4.4 Continuidade da proposta

Ao longo da realização deste projeto foi verificada a inexistência de informações sistematizadas dos casos de injustiça ambiental na região do litoral do Paraná ou mesmo bibliografia que trabalhe especificamente com este tema. Isto se

revela como grande demanda para o aprofundamento de diálogos e debates relacionados à problemática e aos conflitos sócio-ambientais presentes na região, visto que pode dar subsídios aos processos de gestão ambiental e de participação comunitária. Dessa forma, a continuidade desta proposta deve estar vinculada à construção de maior entendimento da temática, contribuindo para a superação deste quadro de desinformação referente aos casos de injustiça ambiental presentes na região. Neste sentido, para promover a maior compreensão das situações que afetam o município e a região litoral como um todo, é necessário identificar as possibilidades mais viáveis.

Em um cenário ideal a consolidação de um grupo interdisciplinar de estudo e ação sobre os quadros de Injustiça Ambiental na região do litoral do Paraná, seria a melhor opção para promover a divulgação do tema junto à opinião pública em geral, através da realização de diagnósticos e da construção das estratégias e formas de resistência aos casos identificados, articulando os atores sociais envolvidos.

Contudo em um cenário real, onde se verifica a evidente carência de informações sistematizadas sobre os assuntos abordados no curso, a proposta mais viável para sua continuidade é a oferta deste curso, com as devidas adaptações e melhorias, aos demais grêmios estudantis de Pontal do Paraná, bem como, às demais lideranças jovens do município que estejam interessadas na temática, contribuindo para o fortalecimento deste debate a nível municipal. Isto deve ser feito mediante a divulgação dos êxitos obtidos nesta experiência piloto junto aos demais colégios estaduais e, também, junto ao Núcleo Regional de Educação para que se possa viabilizar a ampliação dos apoios e parcerias institucionais, visto que foram elementos fundamentais para a realização desta proposta piloto. Deste modo, entende-se que a continuidade desta ação, passa pela ampliação dos vínculos institucionais, sendo possivelmente a sua maior prioridade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta geral deste trabalho foi promover a construção coletiva de uma leitura crítica da atual problemática sócio-ambiental junto a jovens do município de Pontal do Paraná, através de uma atividade educativa orientada pelos princípios da Educação Ambiental Crítica, trazendo como foco principal de seus conteúdos, a centralidade dos processos sociais na origem e reprodução dos problemas ambientais atuais, contribuindo para resignificar a temática de “ambiental” em “sócio-ambiental”.

A motivação para a elaboração de uma proposta educativa deste tipo surgiu da percepção empírica do autor do presente trabalho de que os debates e práticas ambientais no município de Pontal do Paraná ainda não estão amplamente consolidados no dia-a-dia da população em geral, permanecendo ligados às questões básicas, e que muitas vezes são trabalhadas de modo ineficaz, como a separação dos resíduos domésticos. Esta percepção de relativa superficialidade foi reforçada na ocasião do encontro dos grêmios estudantis do município, no mês de março de 2012, quando, em diálogo orientado com os mais de 50 jovens reunidos, verificou-se que eram poucos os que realizavam a separação de resíduos, ou qualquer outra prática de caráter ambiental, apesar de demonstrarem grande motivação para trabalhar com temas relacionados ao meio-ambiente.

Deste modo, na intenção de verificar de forma científica e criteriosa como se manifesta a compreensão sobre a atual problemática ambiental em um determinado grupo de pessoas do município de Pontal do Paraná, evidenciou-se a necessidade de realização de um diagnóstico aprofundado, através de um questionário de percepção ambiental, para identificar a realidade em que se queria intervir. Assim, visto a proximidade e o acesso do autor junto ao público jovem, intuiu-se que este estaria aberto a participar da pesquisa de percepção ambiental, e ainda, contribuir com o processo de desenvolvimento da proposta educativa a ser elaborada, tendo contato com esta nova forma de abordar a crise ambiental e seus problemas recorrentes, revelando a eles questões que vão além da forma naturalista com que é convencionalmente abordada a questão ambiental.

Neste contexto, após a identificação do público alvo e de reconhecer as lideranças e membros do grêmio estudantil Ivo Vieira, do Colégio Hélio Antonio de Souza, como o grupo a ser trabalhado, foi realizado o diagnóstico de percepção ambiental. Assim, constatou-se que, no grupo entrevistado, a compreensão sobre a questão ambiental mostrou-se com forte identificação com a abordagem tradicional e hegemônica, ou seja, com a visão naturalista e a-histórica da relação homem-natureza. Diante desta demanda, foi reconhecida a pertinência das ações de qualificação e aprofundamento da problemática ambiental. A partir desta constatação, iniciou-se a construção da proposta educativa relatada neste documento, visando aportar informações relevantes ao entendimento do contexto histórico e social da constituição e reprodução dos mecanismos da atual crise, sendo concedido ao seu conteúdo, o reconhecimento prioritário das desigualdades sociais presentes nas relações entre os homens, e as formas com que estas desigualdades acabam por condicionar a relação dos homens com o meio-físico que o cerca.

A primeira etapa do curso elaborado, além de apresentar conceitos relevantes ao entendimento da questão ambiental, abordou o contexto com que se iniciou seu debate a nível mundial, a partir da reflexão do processo histórico de formação do atual estado de crise. Dessa maneira, revelaram-se aos jovens as disparidades ideológicas e conceituais relacionados à questão ambiental, mostrando-lhes que estes posicionamentos ideológicos são defendidos por atores sociais em constante disputa no cenário do debate ambiental a nível global.

Ao identificar os atores ou grupos sociais com diferentes interesses em disputa por legitimar sua forma de se apropriar dos recursos naturais, o curso expôs claramente que a problemática ambiental é uma questão de cunho essencialmente social, político e econômico, e por isso, conflitiva, visto que se origina em uma sociedade desigual e injusta. Finalizando esta etapa, ainda foi levantado o ponto referente aos diferentes graus de responsabilidade entre os atores sociais sobre a crise e seus problemas intrínsecos, concluindo que a responsabilidade por gerar os problemas ambientais é principalmente dos mais ricos e poderosos, entretanto a exposição às suas consequências é principalmente sofrida pelos pobres.

Na segunda etapa do curso foi reforçada a ação reflexiva em torno das desigualdades presentes na sociedade, como influenciam a geração e a exposição aos problemas ambientais, e ainda, como isto é distribuído e sentido pelos diferentes atores da sociedade. Com isso, o tema da Injustiça e Justiça ambiental ganhou o

foco central desta etapa, trazendo reflexões a respeito de como se consolidou esse movimento de denúncia e resistência à exposição sistemática e desigual que as populações menos favorecidas economicamente e/ou excluídas socialmente são submetidas no seio de sociedades desiguais. Também foi abordado o fato de que esta lógica desumana de destinação dos problemas ambientais aos menos favorecidos atende prioritariamente aos interesses econômicos de quem a comete, visto que geralmente se realizam estas práticas na intenção de minimizar os custos ao longo do processo produtivo, através da destinação dos passivos ambientais e seu ônus à coletividade e aos com menor chance de reação frente a esta agressão.

A defesa dos bens comuns, dos territórios e dos direitos de uso das populações socialmente excluídas também foi enfatizada. Ao aportar exemplos em nível nacional e local de resistência às injustiças ambientais, bem como, as ferramentas possíveis para o seu enfrentamento, esta aula possibilitou o entendimento destas questões nos níveis em que os jovens têm mais contato. Dessa forma, constatou-se que esta foi a parte mais interativa de todo o curso, onde os jovens apresentaram contribuições interessantes sobre esta problemática a nível local, revelando-se atentos aos processos e conflitos sócio-ambientais em sua volta. Esta constatação demonstra que a escolha desta temática foi uma boa opção para trabalhar a questão ambiental de forma mais ampla e profunda, partindo do enfoque central dos aspectos sociais e dos conflitos decorrentes de suas dinâmicas. E assim, resgataram-se, junto com os jovens, diversas questões e problemas locais que antes poderiam passar despercebidos aos participantes em relação ao seu caráter “ambiental”, como por exemplo, o processo de perda de direito e territórios que sofrem as comunidades tradicionais da região, em especial as ligadas à pesca artesanal.

Em vista a tudo o relatado, permite-se concluir que a proposta inicial de construir uma leitura crítica da atual problemática sócio-ambiental obteve seu êxito e mostrou-se viável para a sua continuidade, visto a relevância dos temas tratados e as condições favoráveis à sua replicação, tais como, a demanda por qualificação deste debate e das ações referentes à interação do sistema social com sua base de recursos em nível municipal, o custo operacional relativamente baixo e a receptividade do público alvo, visto que este pode ser expandido a outros atores, como gestores dos órgãos municipais, professores e a população em geral, ampliando esta discussão aos demais setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental e construção do risco social**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba. Editora UFPR. n. 5, (p. 49-60) jan/jun 2002.

_____. **Movimentos por Justiça Ambiental versus senso comum ambiental: a degradação ambiental não é “democrática”**. In: ACSELRAD, H. O que é Justiça Ambiental. Garamond. Rio de Janeiro. 2009.

ANGULO, R. J. **As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada**. *Análise Conjuntural*, v. 1, n. 6, p. 1-4, 1984.

_____. **A ocupação urbana do litoral paranaense e as variações da linha de costa**. *Boletim Paranaense de Geociências*, v. 41, p. 73-81, 1993.

BRASIL. **Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial, 2 de setembro de 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial, 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial,

_____. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. 3ª edição Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CALDEIRA, G. A. **Diagnostico sócioecológico da pesca no município de Pontal do Paraná (PR)**: Subsí para a gestão compartilhada da atividade. 279 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos), Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2009.

CORREA, M. F. M. **A pesca artesanal da tainha no litoral do Estado do Paraná**. Curitiba, Secretaria de Estado da cultura: Imprensa Oficial, 1993.

CÚPULA DOS POVOS. Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>. Acesso em: 17/08/2012.

ENGELHARDT, R. P. **Projeto de Educação Ambiental dirigido a pescadores artesanais. Pontal do Paraná (PR)**. Monografia (Graduação em Oceanografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2008.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. UNICAMP/São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (coord.). **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**, 1ed.México: H. Cámara de Diputados/Universidad de Zacatecas/Miguel Angel Porrua, 2005, v. 1, p. 83 a 136.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El Enfoque Técnico y el Enfoque Social de la Sustentabilidad. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 98, p. 67-75, jan./jun. 2000.

FOLADORI, G.; PIERRI, N.; TÁKS, J. *Metodología para la evaluación de la percepción ambiental*, **Documento de Trabajo Nº 20**, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, UROU, Montevideo. 1996.

GUTIÉRREZ, J. Controvérsias disciplinares e compromissos pendentes. Revista de educação Pública, Cuiabá, v. 12, n. 22, jul-dez. 2003.

HERCULANO, S. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos em uma perspectiva comparada. In: **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. MELLO, M, P(org.). São Paulo: LTR, 2001, pp. 215 – 238.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **I Encontro da ANPPAS** – Indaiatuba, São Paulo. 2002.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL (ISA). Situação do acesso à informação, à participação e à justiça ambiental no Brasil. Relatório Técnico. ABDL – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças. São Paulo, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – IPARDES. Caderno Estatístico Município de Pontal do Paraná. Curitiba. 2012.

KNOPPERS, B.; BRANDINI, F. P.; THAMM, C. A. (1997). Ecological Studies in the Bay of Paranaguá. II. Some of physical and chemical characteristics. **Nerítica**, v. 2, n 1, p. 1-36.

LAYRARGUES, P. P. **A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental**. In: OLAM: Ciência & Tecnologia, ano II, vol. 2, nº 1. Abril de 2002. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_UK_34.pdf

_____. Muito além da natureza: Educação Ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYARGUES, P. P; & CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez. p. 72-103. 2006.

_____. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYARGUES, P.P; CASTRO, R. S. de (Orgs.); **Repensar a Educação Ambiental: um olhar Crítico**. São Paulo: Ed. Cortez. 2009.

LOUREIRO. C. F. B; Premissas teóricas para EA Transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

_____. Educação Ambiental e “Teorias Críticas”. In: GUIMARÃES. M (Org.); **Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação**. Papirus editora. 2006. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Oc88qzmn5ewC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

_____. Pesquisa-ação Partipativa e Educação Ambiental: Uma abordagem dialética e emancipatória. In. Tozoni-Reis, M. F de C. **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007.

_____. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília, 2007 a.

MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Projeto de Iniciativa Popular sobre reconhecimento, proteção e garantia do direito ao Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras** Disponível em: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com.br/> acesso em: 23/08/2012.

NATIVIDADE, C. D. **Estrutura populacional e distribuição do camarão sete-barbas *Xiphopenaeus Kroyeri* (HELLER, 1862) (Decapoda: Penaeidae) no litoral do Paraná.** 76. f. Dissertação (mestrado em Ecologia e Conservação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

NOVO, M. **La educación ambiental. Bases éticas, conceptuales y metodológicas,** Editorial Universitaria, Madrid. 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.** Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm acesso em: 27 de novembro.

_____. **Situação Social no Mundo de 2005.** Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://dspace.upce.cz/bitstream/10195/32401/1/CL597.pdf&ei=qD61UNDJCaOW0QH6sYDAAw>

ORBSERVATORIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE - ORBIS. Indicadores do Milênio no Estado do Paraná. ORBIS. Curitiba, 2007 37 p.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, Editora UFPR, p.25-41. 2003

_____. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: Foladori, Guillermo; Pierri, Naína. (Org.). **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre desarrollo sustentable.** 1ed.México: H. Cámara de Diputados/Universidad de Zacatecas/Miguel Angel Porrua, 2005, v. 1, p. 27-81.

_____. Dimensões técnica e social da questão ambiental. Análise de conflitos. PPT. Aula 9 - Disciplina Tópicos em Gerenciamento Costeiro. IO/USP, São Paulo, 2011

_____. Histórico da discussão sobre a questão ambiental contemporânea. PPT – Aula 2. Disciplina de Desenvolvimento econômico, globalização e crise sócio-ambiental contemporânea. PPGMADE/UFPR, Curitiba, 2012.

_____. Correntes do pensamento ambientalista. PPT- Aula 3. Disciplina de Desenvolvimento econômico, globalização e crise sócio-ambiental contemporânea. MADE/UFPR, Curitiba, 2012a.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n 13, jan./jun. 2006 p.137-167.

PONTAL DO PARANÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná (PDDI)**. Pontal do Paraná: Prefeitura Municipal. 2004.

PORTO, M, F. **Conflitos sócio-ambientais na lógica da Justiça Ambiental**. PPT. CESTEH/ ENSP/FIOCRUZ.2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2002**. Nova Iorque: PNUD 2002.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011**. Nova Iorque: PNUD 2011.

QUINTAS, J. S. **A questão ambiental: Um pouco de História não faz mal a ninguém**. MMA, IBAMA Brasília, 1992.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL – RBJA. **Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania – CIJATC. UFF. Rio de Janeiro. 2001.

SALGE, P. G. **Avaliação da implantação do sistema de gestão dos resíduos sólidos na Vila das Peças, Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Monografia (Graduação em Oceanografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2007

SANTOS, L. P. dos. **Resíduos sólidos (lixo) na praia do balneário de Pontal do Sul, Pontal do Paraná – PR e sua relação com a atividade turística**. Pontal do

Paraná. Monografia (Graduação em oceanografia). Universidade federal do Paraná. 2006.

SILVA, H.J.H.da.**Curso de Maricultura como Subsídio a sua Implantação no Litoral do Paraná: Aplicação na Comunidade do Rio Maciel (Pontal do Paraná, PR).** Pontal do Paraná. Monografia (Graduação em oceanografia). Universidade federal do Paraná. 2010.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. São Paulo. Ed. Cortez 2005.

SOUZA, J. A. P. de. **O Gerenciamento de Riscos na Cidade dos Meninos – Um Sítio Contaminado por Pesticidas Organoclorados, no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. 2003.

SOUZA, S. A. D e. **Alternativas de Saneamento para comunidade costeiras isoladas: Oficina teórico-prática para incentivar o uso de água de chuva – vila da Ilha das Peças (PR).** Pontal do Paraná. Monografia (Graduação em Oceanografia). Universidade Federal do Paraná. 2011.

TANNO, N. **Reprodução sócio-econômica da comunidade de pescadores de pequena escala da Vila do Maciel** (Baia de Paranaguá, PR). Monografia (Graduação em Oceanografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2009.

TOMASSINO, H.; FOLADORI, G.; TAKS, J. La crisis ambiental contemporánea. In: Foladori, Guillermo; Pierri, Naína. (Org.). **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre desarrollo sustentable.** 1ed. México: H. Cámara de Diputados/Universidad de Zacatecas/Miguel Angel Porrua, 2005, v. 1, p. 9-26.

VENTURA, G.; SOUSA, I. C. F. Refletindo sobre a relação entre Natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental: contribuições para a promoção da Educação Ambiental crítica. **Ambiente e educação.** Vol. 15 (1). 2010. Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/65874_7454.PDF

WOOD, D.S. & WOOD, D.W. **Como planejar um programa de educação ambiental.** Centro para o Desenvolvimento Internacional e Meio Ambiente; Instituto de recursos mundiais; Serviço de pesca e vida silvestre dos EUA, Virginia, EUA, 2008.

APENDICE 1 – PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS NÍVEL PAÍS

	PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIÁRIOS	PREJUDICADOS
1	Não informou ¹	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
2	Enchentes	Poluição dos rios	Prejudicam os animais	Fábricas	Ninguém	Todo mundo
3	Muitas Fábricas	Crescimento do país	Desemprego	Crescimento da economia, importação e exportação	Donos de fábricas, políticos e a imagem do país	Trabalhadores que perdem emprego e as famílias próximas
4	Desmatamento da Amazônia ²	Consumo - pastagens - uso de madeira	Seca dos rios Extinção de árvores e animais Empobrecimento do solo	Madeireiras	Donos de madeireiras e pecuaristas	Todo mundo
5	Lixo com destinação inadequada	Falta de consciência	Enchentes e doenças	Governo e população	Ninguém	População
6	Desmatamento	Uso excessivo e inadequado de madeira para atender a demanda da população (consumo)	Desequilíbrio	O homem	Quem ganha dinheiro	Homem
7	Enchentes	Poluição	“altas”... destruição e doenças	Nós mesmos	Ninguém	De certa forma, todo mundo
8	Lixo não reciclado	Lixo que não é orgânico e é despejado (inadequadamente), demorando para se decompor	Mais sujeira	Governo que não olha pra isso	O próprio governo	Habitantes
9	Poluição das cidades	População não conscientizada	Enchentes e alagamento	População brasileira	Ninguém é beneficiado	População em modo geral
10	Destruição da mata atlântica	Queimadas, corte ilegal de madeira	Destroem a biodiversidade deste lugar	Traficantes de animais e fazendeiros	Traficantes de animais e fazendeiros	Toda a forma de vida existente lá
11	Desmatamento	Devastação de florestas	Extinção de animais e mata nativa	As empresas madeireiras e as queimadas	Apenas os lucros para os grandes empresários	O meio ambiente e pessoas que moram naquela

¹ Nesta questão o entrevistado alegou não verificar diferenças entre o nível planeta e o país, assim não informou resposta alguma.

² O entrevistado reproduziu a resposta do nível planeta, adaptando-a ao nível país.

				na floresta		região
1 2	É a liberdade que o dinheiro tem de mexer onde tá quieto	Muita riqueza natural, muita coisa não estudada	As riquezas exportadas e as marcas deixadas	Pessoas corrompidas e corruptas	Produtor que compra a matéria prima	Brasil e sua população

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS NÍVEL REGIÃO

	PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
1	Construções de habitações em locais inadequados	Excesso de população	Desmoronamento	Os próprios moradores	Não tem	Os moradores
2	Falta de coleta seletiva	Falta de verba e interesse do governo	“Muito lixo para todo lado” – acúmulo de lixo	Órgãos competentes que não investem (governo)	Governos	Todo o litoral
3	Proximidade do mar	Retirada da restinga (Matinhos)	Invasão das águas	Não informou	Ninguém...talvez pescadores?	Todos que moram perto e a vida marinha.
4	Lixo	Muita geração e pouca coleta	Acúmulo de lixo, doenças e animais	Governo municipal, prefeito	Ninguém	Todos
5	Poluição na temporada (lixo)	Turismo (desordenado)	Poluição no mar e lixo na praia	Mais turistas e moradores	Ninguém	Moradores
6	Reciclagem	A falta de coleta seletiva em alguns locais	Sujeira na rua e revolta dos moradores	Prefeitura	Ninguém	Todo mundo
7	Desmoronamento	Chuvas	Pessoas desabrigadas e falta de água e comida	Quem constrói a casa	Ninguém	Moradores
8	Falta de higiene do porto de Pgua	Descuido dos trabalhadores do local	Local sujo podendo transmitir doença	O próprio porto	Ninguém	Os moradores próximos e os trabalhadores do porto
9	Poluição nas praias	Temporada	Doenças	Turistas e até moradores	Ninguém é beneficiado com tal poluição	Moradores do litoral
10	Poluição dos rios	Lixo nos rios	Deixa as águas impróprias para consumo, mata os peixes	Nós mesmos sem perceber	Ninguém	Todos
11	Poluição de rios	Lançamento de dejetos domésticos	A morte da vida marinha	A falta de saneamento básico	O estado que não gasta com isso	As pessoas que pegam doenças
1	Sujeira	O abandono	Alagamento e a	Turistas e	Ninguém	Animais

2		e a não prioridade às orlas e ruas	imagem (negativa)	muitos moradores		nativos e população
---	--	--	----------------------	---------------------	--	------------------------

APENDICE 2 – APRESENTAÇÃO DO PERFIL DA EQUIPE EXECUTORA

André Lucas – Acadêmico de oceanografia, participou por 2 anos no projeto de extensão universitária “Implantação de sistemas de gestão de resíduos recicláveis na Vila das Peças” do Labsoc. É o responsável pela elaboração do curso, sua organização, aquisição dos materiais necessários, contatos com a escola e o público-alvo e a viabilização do local para o curso. Sua atividade principal durante a execução do mesmo será ministrar as aulas, facilitar o processo de esclarecimento coletivo de dúvidas e incitar o debate.

Liana Perozzo dos Santos e Andressa Ayres Pelanda são graduadas em oceanografia na UFPR, tendo realizado seus trabalhos de conclusão de curso com questões ligadas a problemática ambiental no município. A primeira realizou a quantificação e a caracterização dos materiais recicláveis, indevidamente depositados no perfil praias do balneário Pontal do Sul, enquanto a segunda caracterizou os impactos antrópicos sobre as aves marinhas na região. Ambas fizeram Pós-graduação em Yoga pedagógico e Neuroaprendizagem no Instituto de Bem Com A Vida e auxiliaram na preparação do ministrante do curso, com dicas para facilitar a condução e postura durante o curso. Elas ficaram responsáveis pela logística e o preparo do coffe-break e da impressão das enquetes de avaliação e da lista de presença.

Diego Costa Nogueira – Acadêmico de oceanografia desenvolve pesquisa sobre as influências mutuamente geradas e sentidas entre as comunidades tradicionais e os gestores das Unidades de Conservação em que estão situadas tais comunidades. Atua também em projetos relacionados à gestão pesqueira através da ONG MarBrasil. A sua principal responsabilidade durante o curso será o controle do tempo, preparo e condicionamento dos espaços utilizados e auxílio no esclarecimento das dúvidas dos participantes.

Andrielli Medeiros - Responsável pela realização do registro fotográfico e transferência das fotos ao computador. Acadêmica de oceanografia realiza estudo, que visa identificar e discutir, com base na literatura pertinente e no conhecimento tradicional dos pescadores artesanais da Ilha das Peças/PR, a ocorrência na região e o comportamento da espécie de raia *Manta birostris*, popularmente conhecida

como “Jamanta”. A pesquisa é realizada através de questionários com os pescadores e o uso de visualizações e registros em vídeo de espécimes no interior da baía de Paranaguá. Algumas das imagens elaboradas por ela são apresentadas ao longo do curso, abordando os aspectos de seu trabalho de conclusão de curso.

Janina Huk - Responsável pela relatoria do presente curso. Acadêmica de oceanografia, há mais de dois anos vinculada ao LabSoc. Já realizou atividades de relatoria nas atividades realizadas no âmbito do curso de “Educação Ambiental e Habilitação para o monitoramento Ambiental participativo na área aquícola da vila do Maciel: Pontal do Paraná- PR”, elaborado e aplicado pela equipe do projeto Informmar em parceria com os membros do LabSoc, projeto descrito em Gnoatto (2011). Janina atua no fomento de atividade de integração junto a comunidade local através da promoção de eventos culturais, faz parte da equipe organizadora do Festival da Primavera, que ocorre em Pontal do Sul a 6 anos, com apoio da Secretária Municipal de Cultura e da UFPR.

APENDICE 3 – APRESENTAÇÃO DO PERFIL DOS PARTICIPANTES DO CURSO

DESCRIÇÃO GERAL

Do total de seis participantes, todos os jovens contam com o amparo familiar desfrutando da segurança e do confronto de uma casa própria. Com exceção de um dos jovens, a maioria tem acesso às facilidades de deslocamento que um veículo possibilita. Já em relação ao acesso e manuseio da informação, todos possuem computador e apenas um dos jovens não possui acesso a internet em casa. As fontes de informações destes jovens sobre a temática ambiental são o ambiente escolar, os amigos, a internet e encontros e congressos estudantis.

Em relação as atividades além da vida estudantil dos jovens, vale ressaltar, que, 4 desempenham atividade laboral e em maior e menor grau apresentam o perfil de liderança junto aos grupos em que atuam. Por exemplo, destes 3 eram os membros mais proativos do grêmio, a saber, o presidente, a vice e a diretora de comunicação, e os principais responsáveis pela organização de eventos realizados pelo grêmio dentro do colégio ao longo do ano e na articulação de toda essa proposta, auxiliando na organização das reuniões e na escolha da data para o curso. Um outro dos participantes atua junto com sua comunidade e amigos para revitalização de um terreno baldio para transforma-lo em uma área de lazer e usufruto comum com bancos e pista de skate. Outro jovem realiza um trabalho de música autoral dentro do gênero RAP/HIP HOP, trazendo em nas canções mensagem de fortalecimento da identidade local e o sentimento de pertencimento a região litorânea. Apenas uma das jovens não demonstrou interação e envolvimento em atividades ou grupos sociais além do grêmio estudantil e de seu núcleo familiar.

Palestras sobre reciclagem na escola, não jogar lixo no chão, instalação da caixa de gordura, realização de mutirões de recolhimento de resíduos e a separação adequada dos resíduos, destinando-os apropriadamente, como em um caso onde o resíduo orgânico é destinado para a alimentação animal nas chácaras da região, enquanto o reciclável vai para a triagem juntos aos catadores, são algumas das ações que este jovens realização para contribuir com a diminuição ou resolução dos problemas ambientais a nível municipal.

DESCRIÇÃO INDIVIDUAL

Anderson “Blap”, 17 anos, presidente do Grêmio Ivo Vieira, realiza estágio junto a Secretária municipal de Juventude, e pontualmente trabalha como fotógrafo free-lancer para os site “Tanapraia” e “Abissai”. Residente no litoral a 3 anos e esta filiado a entidades do movimento estudantil UJS – União da Juventude Socialista e UMESPP – União Municipal dos Estudantes secundaristas de Pontal do Paraná, entidade que auxiliou na constituição e formalização.

Thais Francine, 17 anos, vice-presidente, junto com Anderson foram os principais colaboradores, dentro do grêmio, para a viabilização dos encontros e do curso. Não trabalha diariamente e esta cursando TOC – Técnico em Orientação Comunitária junto a UFPR LITORAL, dentre os participantes foi quem demonstrou grande envolvimento com as questões debatidas e visão de caráter mais critico e “consciente” sobre a temática, Reside 14 anos no litoral.

Morième Bozza, 17 anos, diretoria de comunicação do grêmio, trabalha como balconista no empreendimento familiar sem receber remuneração direta. Participativa auxiliou na realização do campeonato de skate do colégio e nos encontros para organização do curso. Nasceu na região do litoral.

Lucas de Lima, 17 anos, apoiador do grêmio, sem cargo definido, trabalha com embelezamento veiculo na parte de espelhamento. Desportista gosta de surf e skate e esta viabilizando junto com os amigos a manutenção de um terreno baldio como área de uso comum para lazer e esportes. Há 15 anos no litoral.

Raphael E. M Duck, 17 anos, segundo tesoureiro do grêmio, trabalha como atendente em uma sorveteria. Desenvolve canções de Rap e Hip hop que tem como mensagem o resgate e fortalecimento da identidade da juventude da região litoral. Reside no litoral há 15 anos.

Anna Karla F Farias, 16 anos, diretora de cultura do grêmio, não trabalha formalmente, além de estudar, também a 15 anos no litoral.

APENDICE 4 - APRESENTAÇÃO DAS AULAS EM POWER POINT

<p>Universidade Federal do Paraná Centro de Estudos do Mar. Laboratório Sócio-ambiental</p> <p>Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná</p> <p>Aula 1. Problemas ambientais e crise ambiental atual</p> <p>Responsável: Ac. André Lucas Santiago</p> <p>Pontal do Paraná Novembro de 2012</p>	<p>Nosso objetivo comum</p> <p>Construir coletivamente uma leitura crítica sobre a questão ambiental atual.</p> 
<p>Sumário</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ QUESTÃO AMBIENTAL ■ ABORDAGENS da RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA <ul style="list-style-type: none"> □ VISÃO NATURALISTA E ECOLOGISTA □ VISÃO SOCIAL E HISTÓRICA ■ TRÊS GRANDES POSIÇÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL ■ PROBLEMAS AMBIENTAIS E CRISE AMBIENTAL ■ CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS <ul style="list-style-type: none"> □ - A NÍVEL GLOBAL/MUNDIAL □ - A NÍVEL DO BRASIL 	<p>A questão ambiental...</p> <p>...diz respeito aos diferentes modos com que a sociedade humana se tem relacionado com o meio físico-natural através dos tempos.</p> <p>A apropriação dos recursos (quem se apropria de que e de quanto; e quem fica excluído) e as formas de uso dos mesmos (mais ou menos intensa e responsável) dependem das relações de produção (classes sociais) e da lógica econômica dominantes.</p>
<p>Abordagens da relação Homem-Natureza</p> <p>I. VISÃO NATURALISTA E A-SOCIAL</p>  <p>O homem é externo à Natureza e oposto a ela, essencialmente destrutivo. A sociedade, ao ser reduzida ao HOMEM como espécie, é vista como sempre igual através da história e dentro dela como homogênea, sem desigualdades.</p> <p><small>FONTE: PIERRI (2012)</small></p>	<p>Abordagens da relação Homem-Natureza</p> <p>II. VISÃO SOCIAL E HISTÓRICA</p>  <p>A sociedade faz parte da Natureza. A relação H-N muda historicamente, depende da sociedade concreta. Numa sociedade desigual, a relação com a restante natureza vai depender do modo de produção dominante e das classes sociais, determinando quem se apropria dos recursos e suas formas e ritmos de uso.</p> <p><small>FONTE: PIERRI (2012)</small></p>

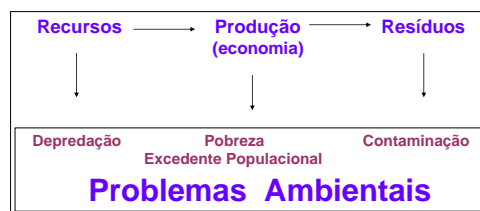
	
<h3>As 3 grandes posições do pensamento ambientalista atual</h3>  <p>FONTE: PIERRI (2012)</p>	<h3>Características da ORDEM DOMINANTE</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Visão do mundo: Homem separado e “dono” da Natureza <small>“O pensamento hegemônico na sociedade atual tem como uma de suas premissas fundamentais a superioridade do homem sobre a natureza” Quintas, (1992).</small> ■ O que querem : Manter as coisas como estão, defendem a liberdade de mercado e são motivados pela busca incessante do lucro e do Crescimento econômico.
<h3>Características da ORDEM DOMINANTE</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Questão ambiental: Apenas para a manutenção do crescimento econômico e do lucro. ■ Interesse social: nulo ou apenas para manter a estabilidade social e os recursos necessários para garantir o crescimento. 	<h3>Características da CRÍTICA ECOLÓGISTA</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Visão do mundo: Homem separado e “destruidor” da natureza; ■ O que querem: Proteger a natureza, a qualquer custo. Sustentabilidade ecológica.
<h3>Características da CRÍTICA ECOLÓGISTA</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Sociedade de Mercado: Pode continuar como está desde que incorpore a conservação e a preservação ambiental; ■ Interesse social: Apenas para a preservação do meio-ambiente; 	<h3>Características da CRÍTICA SOCIAL</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Visão do mundo: Sociedade com parte integrante da natureza e cooperando com ela e entre semelhantes; ■ O que querem: Transformação profunda da sociedade, fim da pobreza e do uso descontrolado dos recursos; Sustentabilidade social.

Características da

CRÍTICA SOCIAL

- Economia: Voltada para atender as necessidades da maioria ou de toda a população.
- Interesse social: Prioritário e fundamental para o enfrentamento da crise “**sócio-ambiental**”.

Problemas ambientais



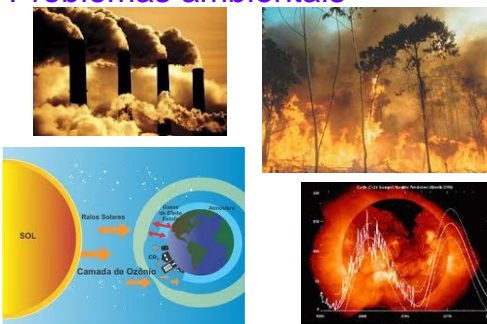
Fonte: Pierri 2012

Os “problemas ambientais” são biofísicos e sociais, daí “socioambientais”:

- Depredação:** Uso dos recursos renováveis a ritmos maiores que a capacidade de reposição da natureza. Uso dos recursos não renováveis a um ritmo maior que a capacidade humana de substituí-los.
- Poluição:** Geração de resíduos em maior ritmo que a capacidade de absorção da natureza.
- Pobreza/sobre-população:** existe alimento para todos, mas grande parte da humanidade sofre de fome. Muitos morrem de enfermidades curáveis. Os pobres tem muitos filhos porque ajudam a trabalhar (maior a pobreza, mais filhos).

Fonte: Pierri 2012

Problemas ambientais



Problemas ambientais



A crise ambiental

Historicamente, se atribui a crise ambiental atual ao **aumento do ritmo e do poder de apropriação da natureza**.

Em especial, o aumento ocorrido dentro do modelo capitalista de desenvolvimento, cuja lógica supõe produção ilimitada e desemprego crescente.

Componentes da crise socioambiental atual:

- Alto nível de uso dos recursos naturais (renováveis e não renováveis) e de geração de resíduos;
- Perturbação dos ecossistemas e ciclos naturais;
- Existência de armas e elementos tecnológicos com alta capacidade destrutiva ou efeitos incertos;
- Nível de desemprego e pobreza extrema...
- **que, em conjunto, colocam em risco a vida no planeta ou, pelo menos, a sobrevivência de nossa espécie nele.**

FONTE: PIERRI 2012

Crise ambiental atual Especificidade

Esta é a primeira crise ambiental de escala global gerada pelo homem...

Mas não é a única crise ambiental que já ocorreu no planeta e nem a primeira crise de origem antrópica.

FONTE: PIERRI 2012 E SOFFIATI 2009

Crítérios de priorização dos problemas ambientais

O que uma pessoa considera problemas ambientais mais importantes depende do que pensa e defende. Por exemplo:

ORDEN DOMINANTE

Um representante da **ordem dominante** considera mais importantes os problemas ambientais que impõem limitações ao crescimento econômico (falta de recursos e aumento dos custos);

ECOLOGISTA

Um **ecologista** considera mais importante o esgotamento de recursos renováveis e não renováveis e a alteração dos ciclos naturais;

CRÍTICA SOCIAL

Um **crítico social** considera que o problema ambiental principal é a pobreza, e isso está associado ao desemprego e à exclusão social, ou ainda à dificuldades de acesso das pessoas pobres à terra e outros recursos naturais dos que dependem. POBREZA E DESIGUALDE.

Nível Planeta

Ordem dominante					
PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Escassez de recursos Naturais	Preços inadequados e falta de Propriedade privada	Limites ao crescimento econômico	Todos	Ninguém	TODOS os seres humanos e as futuras gerações
Ecologistas					
PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Perda da biodiversidade	Crescimento: Depredação de recursos renováveis	Perda da capacidade de resiliência ecossistêmica	Seres humanos	Os seres humanos	A natureza
Aquecimento global	Crescimento: Indústria, carros, etc.	Extremos climáticos, Desastres	Seres humanos	Os seres humanos	A natureza
Crítica Social					
PRINCIPAL PROBLEMA	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Pobreza Desigualdade e Fome	Relações capitalistas de produção	Exclusão e exposição da maioria da população a situações de injustiças sociais e ambientais	Empresários e governantes que conduzem o sistema capitalista	Donos do Capital e setores dominantes	A maioria de população: trabalhadores, pobres, excluídos.

Nível País

Ordem dominante					
PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Escassez de recursos energéticos	Recursos energéticos limitados	Limites ao crescimento econômico	Falta de planejamento de políticas e de investimentos	Ninguém	TODOS Seres humanos e as futuras gerações
Ecologistas					
PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Desmatamento	Crescimento População e econômico Pobreza	Efeito estufa, perda de Biodiversidade, Descurto fontes e cursos de água	Os seres humanos	Os seres humanos	A natureza
Crítica Social					
PRINCIPAL PROBLEMA	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS
Pobreza	Concentração da riqueza gerada	Exclusão e exposição da maioria da população a situações de injustiças sociais e ambientais	Grandes Empresas e o Estado através das políticas do governo	Donos do Capital e Demais setores dominantes	A maioria de população: trabalhadores, pobres, excluídos.
Grandes projetos de desenvolvimento capitalista	Expansão das fronteiras do Sistema capitalista				

PIERRI (2012)

Conclusões

A abordagem da crítica social compreende a questão ambiental como um problema fundamentalmente social (econômico, político, cultural, etc.) e essencialmente conflitivo, de disputa pela apropriação e uso dos recursos entre as diferentes classes e setores da sociedade.

Conclusões

- A crise ambiental é compreendida como produto de uma sociedade desigual onde as responsabilidades por gerar os problemas são principalmente dos mais ricos e poderosos, e a exposição às consequências é principalmente sofrida pelos pobres.

Conclusões

Neste contexto ...

- 5. "Os mega projetos extrativistas e energéticos são os principais culpados da crise climática, portanto devem ser erradicados".
- 6. "Existe uma dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente aos povos do sul do mundo. Ela deve ser assumida pelos países altamente industrializados que têm causado o estado atual do planeta".

Trechos da relatoria da plenária 4, presente na Declaração Final da Cúpula dos Povos.

Referências

- LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. Ed. Cortez. 20...
- QUINTAS, J. S. A questão ambiental: Um pouco de História não faz mal a ninguém. Brasília, 1992.
- PIERRI, N. Histórico da discussão sobre a questão ambiental contemporânea. PPT. Disciplina de Desenvolvimento econômico, globalização e crise sócio-ambiental contemporânea. MADE/UFPR, Curitiba, 2012.
- PIERRI, N. Dimensões técnica e social da questão ambiental. Análise de conflitos Aula 9 - PPT. Disciplina de Tópicos em gerenciamento costeiro. IO/USP, São Paulo, 2011.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Nova Iorque: PNUD 2011.
- ... Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Nova Iorque: PNUD 2002.
- SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. São Paulo. Ed. Cortez 2005

Universidade Federal do Paraná
Centro de Estudos do Mar. Laboratório Sócio-ambiental

Curso de educação ambiental dirigido
a lideranças jovens de Pontal do Paraná

Aula 2: (In) Justiça ambiental

Responsável: Ac. André Lucas Santiago

Pontal do Paraná
Novembro de 2012

Sumário

- CONCEITOS
 - INJUSTIÇA E JUSTIÇA AMBIENTAL
- EXEMPLOS
- CASOS E FORMAS DE RESISTÊNCIA.
- CONCLUSÕES

Injustiça Ambiental - IA

Conceito

"O mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis".

Herculano (2002, pg 02).

Ocorre quando há a transferência dos problemas ambientais para os mais **pobres e socialmente desfavorecidos**.

Injustiça Ambiental - IA

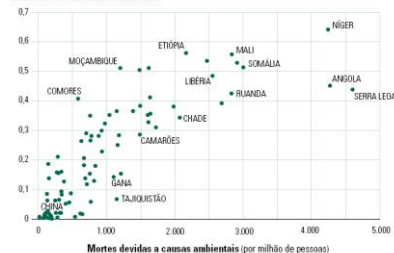
- A desigualdade de poder econômico e político entre pobres e ricos implica diferentes responsabilidades na geração dos problemas ambientais.
- Os efeitos dos problemas ambientais são sofridos em intensidades diferentes entre pobres e ricos, sendo que os mais pobres estão mais expostos a estes problemas e tem menos capacidade de defender-se.

"Exemplo: Os recursos pesqueiros"

Injustiça ambiental - IA

As mortes atribuíveis a riscos ambientais estão associadas a valores elevados do IPM

Índice de Pobreza Multidimensional



Mortes devidas a causas ambientais (por milhão de pessoas)

FONTE: RDH 2011

Injustiça Ambiental - Populações atingidas

- Em geral os mais afetados são os **POBRES, em especial as crianças, mulheres e idosos, pois são os mais vulneráveis**.
- Populações litorâneas e ribeirinhas (pescadores e caiçaras)
- Populações urbanas de baixa renda e/ou de minoria étnica
- Quilombolas e afrodescendentes
- Populações indígenas
- Trabalhadores/as e populações rurais
- Trabalhadores/as extrativistas
- Trabalhadores/as industriais e urbanos/as

Adaptado de PORTO(2012)

Injustiça ambiental - IA

No contexto de uma sociedade desigual, os pobres ficam mais expostos aos riscos e conflitos socioambientais, e também mais vulneráveis a serem expulsos de seus locais de moradia e de trabalho. São três as formas de expulsão:

- Forma econômica (porque não podem pagar);
* Comunidades de pesca em Pontal do Paraná.
- Forma judicial (ordem de desocupação);
* Guarani - Kaiowa - Mato Grosso do Sul
- Forma violenta (alguém mais poderoso se apropria do lugar com ou sem o uso da polícia).
* Favela Pinheirinho - São Paulo <http://www.youtube.com/watch?v=NtcbDwTj6w>

Pieri 2012

Injustiça Ambiental - IA

Caso - Love Canal, Niagara, Nova York

Hooker Electrochemical Corporation depositou 21.000 toneladas de produtos químicos num córrego.

De 1958 a 1978 a população de um conjunto habitacional de classe média baixa ficou exposta aos produtos químicos, ocorreram queimaduras, problemas respiratórios e aumento de abortos múltiplos.

"Nós temos coisa melhor para fazer do que sentar e ser contaminado"



Imagem disponível em: <http://servico2000.blogspot.com.br/2010/03/contaminacao-no-love-canal.html>

Injustiça Ambiental - IA

Caso Afton, condado de Warren, Carolina do Norte, 1982.

- Iminente contaminação da rede de abastecimento de água da cidade caso fosse nela instalado um depósito de policlorinato de bifenil (PCB's).

- De 400 a 500 manifestantes receberam os caminhões e impediram sua passagem.

- A cidade de Afton era composta de 84% de negros.



Disponível em: <http://www.exchangeproject.org/education/aftron/aftron-main.html>

Injustiça Ambiental

"Racismo Ambiental"

Em 1987 um estudo realizado nos EUA, a pedido da comunidade negra revelou:

"...a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área"

Injustiça Ambiental - Brasil

Caso – Cidade dos meninos - RJ

- Em 1950, foi inaugurada pelo governo federal, uma fábrica para produção em larga escala de HCH (hexaclorociclohexano) e outros pesticidas na Cidade dos Meninos – RJ. Em uma região ocupada por um complexo de instalações destinado ao amparo de crianças carentes.
- Dez anos depois, a Fábrica de Produtos Profiláticos fechou e seus administradores, desconhecendo os perigos a que estavam expondo o meio ambiente e a população local, abandonaram equipamentos, matérias-primas, produtos e 40 toneladas de rejeitos sem se preocupar com as medidas de segurança que deveriam ser adotadas.

FONTE: (SOUZA 2003)

Caso - Cidade dos meninos - RJ

Contaminação de 5.000 pessoas de baixa renda, por pesticidas, devido a omissão dos órgãos públicos a nível estadual e federal. Até estudo realizado em 2003, ainda não haviam encontrado uma solução adequada e ninguém havia sido responsabilizado pelo incidente.



Fonte: Souza (2003), Fachada do prédio de entrada da Cidade dos Meninos, Rio de Janeiro.

Injustiça Ambiental

- No Brasil – Ceará

ESTADÃO.COM.BR/Planeta

Lixo químico faz Coca-Cola ser condenada

Cinco adolescentes foram contaminados pelo lixo nas proximidades da fábrica da empresa em Maracanaú (CE)
10 de agosto de 2012 | 3h 07

Em seu despacho, a magistrada destacou que "a empresa de refrigerantes depositava o lixo tóxico naquele terreno". Considerou também que "devia, pois, o município de Maracanaú ter empreendido esforços no sentido de retirar aqueles resíduos da via pública, como forma de garantir segurança à saúde da população, cuja omissão importa em sua responsabilidade".

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lixo-quimico-faz-coca-cola-ser-condenada,914241.0.htm>

Casos locais – Baía de Paranaguá 2004

■ Explosão do Navio Vicunha.

- Morte de 4 pessoas e derramamento de aproximadamente, 1150 toneladas de óleo combustível tipo Bunker e 150 mil litros de óleo diesel, 5 milhões de litros de metanol;
- Proibição da pesca artesanal por 51 dias, cerca de 4000 pescadores afetados (ISA 2005).



Em 2005, o relatório técnico do Instituto Socioambiental, indicou que os esforços desempenhados pelos órgãos competentes, na atuação de resposta ao acidente e informação às comunidades afetadas, não foram sistematizados e integrados em uma avaliação global dos impactos, e ainda, apontou dificuldades nas investigações sobre causas e responsabilidades sobre o acidente (inquérito policial). Deste modo, a ineficiência da empresa responsável e dos órgãos competentes acabou por intensificar os impactos negativos junto as comunidades mais vulneráveis.

TIPO	NOME DO CASO	QUALIDADE		ACESSIBILIDADE	
		Durante	Depois	Durante	Depois
Emergência de grande escala	Explosão do Navio Vicunha	87	44	66	58

Foto disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lixo-quimico-faz-coca-cola-ser-condenada,914241.0.htm>

Casos locais – Pontal do Sul

PESCA ARTESANAL

Apesar de desempenhar papel fundamental de mantenedora de diversas populações ao redor do mundo, as comunidades dependentes desta atividade, vem sofrendo crescente dificuldade em assegurar os meios essenciais à reprodução de suas populações.

Os recursos pesqueiros são depredados PRINCIPALMENTE pela pesca industrial. Entretanto quem sofre com a escassez destes recursos, são principalmente os pescadores artesanais, que são em maior quantidade, porém tem menos meios e/ou alternativas econômicas e políticas de se defender.

DIFICULDADES DA ATIVIDADE

Estas comunidades têm dificuldades como recursos financeiros limitados, pouca influência política, baixa capacidade individual de captura e comercialização de pescados (adaptado de Berkes, et al. 2006 apud Mafra 2012).

Ocupação irregular

- A ocupação irregular de uma área é decorrente dos processos de concentração das riquezas produzidas e exclusão social a que são submetidas as populações pobres

Figura 1- área de ocupação irregular na imagem Quickbird, Paranaguá- 2006



(Antunes et al 2007).

Ocorrem nas áreas desvalorizadas e marginalizadas pelos interesses do mercado de especulação imobiliária.

Sendo que estas geralmente são as áreas mais vulneráveis aos problemas ambientais, tais como as encostas e margens de rio.

Projeto de iniciativa popular sobre reconhecimento, proteção e garantia, do direito ao território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

O presente abaixo assinado do Projeto de Lei de Iniciativa Popular tem por objetivo assegurar o reconhecimento, a proteção e a garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para sua identificação, delimitação, democratização e titulação.

Nome	RG	Data de Nascimento
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais
_____ Cidade: _____ Estado: _____	_____ Município: _____	_____ Assinatura e impressões digitais

Formas de resistência à IA

Elaboração de documentos

Carta – Denúncia: Os povos Guarani-Kaiowá denunciaram, através de uma carta pública, os atos de abuso e violação dos direitos humanos sofrido por eles.

Na carta divulgaram sua firme postura de resistência contra a ordem de reintegração de posse e desocupação das terras em que estão estabelecidos os 170 índios da comunidade Pyelito kue/Mbrakay. A desocupação vinha sendo reivindicada pelos fazendeiros locais.

Eles reivindicam um pedaço de terra de dois hectares de extensão, numa fazenda de 700 hectares.



A denúncia causou grande comoção, dentro e fora do Brasil, e em tempo recorde, a desembargadora da 3ª Região do Tribunal Regional Federal do MS, decretou, à permanência dos índios na fazenda Cambará, no município de Tacuru, a 462 km de Campo Grande no Mato grosso do Sul.

Disponível em: <http://odgbio.dlbbio.com.br/pais/futa-dos-guarani-kaiowá-chega-lutaria-garha-impacao-internacional-4643286022b0w0v08>

Formas de resistência

Ações Judiciais

O Estado de S. Paulo

FORTALEZA – A Justiça do Ceará condenou a Coca-Cola e a prefeitura de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, a pagar indenização de R\$ 125 mil a cinco vítimas de queimaduras. A condenação resulta de um processo iniciado em 1997, quando cinco adolescentes foram contaminados por lixo químico nas proximidades da fábrica da Coca-Cola na cidade.

Formas de resistência

Manifestações populares

Grande marcha dos povos



Cidadania é a participação de todos em busca de benefícios sociais (ambientais) e igualdade. É para ser um componente integral da sociedade, o cidadão tem de usufruir direitos civis, políticos e sociais. Para que isso ocorra é necessária a sua participação, que só se dará através de um processo de conquista. (CASANOVA 2009).

Imagens: http://comandocodasemar.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html

Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, junho de 2012

Formas de resistência

Manifestações populares

MANGUE FAZ A DIFERENÇA

Mobilização na praia central de Matinhos em março de 2012, em defesa dos manguezais, questionando o texto do novo código florestal, que propõe a redução das áreas de preservação permanente pondo em risco estes ecossistemas e as comunidades tradicionais que dependem diretamente de seus recursos.




Uma ação do movimento nacional de protestos e questionamentos contra o novo código florestal, articulado pelas ONG's ambientalistas e apoiado por diversos setores da sociedade.

Fotos: arquivo do autor, gentilmente cedidas por Mariana Figueiredo

Formas de resistência

Invasões à propriedade privada

REDE DEMOCRÁTICA

Grandes acordos ainda se abrem por onde passará o homem livre. Salvador Alencar, 11 set 1897

RedeDemocrática
Out 20 de julho de 2012 12:11

Coca-Cola será expulsa da Bolívia

Escrito por Da Redação

Em uma decisão de causar espanto na mídia, a Bolívia decidiu expulsar a Coca-Cola da Bolívia. A decisão



Segundo o ministro do Exterior boliviano, David Vial, os festejos para celebrar o fim da capitalista Hemisfério Sul, na ilha do Sol, situada no Lago Titicaca, em dezembro de 2012 marca o fim do maoísmo (refrescos de duração, um refrigerante de consumo) – disse Chiquelini.

A medida, que atraiu os holofotes da mídia parou. Ele tem recebido várias críticas de seus eleitores andinos.

A medida também visa melhorar a saúde da população, comprovadamente nociva ao corpo e cujo consumo

Disponível em: http://www.rede democratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=2412-coca-cola-sera-expulsa-da-bol%C3%ADvia

Formas de resistência

Invasões à propriedade privada

MST

Sem Terra que ocupam latifúndio no norte de Minas lançam Manifesto

7 de agosto de 2012

Da Página do MST

Veja o Manifesto do MST sobre a ocupação realizada no último domingo (5) por 190 famílias na Fazenda da Prata, localizada no município de Piraporá, no norte de Minas Gerais.

"Essa fazenda pertence a uma empresa que deve mais de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezito milhões) aos cofres públicos, e a propriedade vale menos que isso. Deve a todos os brasileiros. Deixou de pagar os impostos que nós cidadãos pagamos todo dia em tudo que fazemos. Isso nos humilha, é um latifúndio, uma terra que não produz nada, que nada gera, e ousa roubar de cada brasileiro devendo para nós. O MST não aceita isso!"(...)

Disponível em: <http://www.mst.org.br/Sem-Terra-que-ocupam-latifundio-no-norte-de-Minas-lancam-Manifesto>

Formas de resistência

Invasões à propriedade privada

MST

Ocupações de terra no Rio Grande do Sul exigem criação de assentamentos

8 de agosto de 2012

Por José Coutinho Júnior
Da Página do MST

Cem famílias de militantes do MST no Rio Grande do Sul ocuparam duas áreas da fazenda Três Primeiros, em Sarandinha, norte do Estado, nesta segunda-feira (6).

A primeira área, com 200 hectares, é parte de um projeto de assentamento da Reforma Agrária, que existe há sete anos, mas não se concretizou; a outra área, parte da fazenda, tem 500 hectares, e está em negociação para se tornar assentamento.

O governo fez um acordo no ano passado para criar assentamentos da Reforma Agrária na área. No entanto, esse acordo até hoje não foi cumprido. A ocupação se dá para pressionar o governo a retomar as negociações e criar os assentamentos.

Disponível em: <http://www.mst.org.br/Sem-Terra-que-ocupam-latifundio-no-norte-de-Minas-lancam-Manifesto>

Concluindo...



Portanto o enfrentamento dos problemas ambientais deve estar articulado à **defesa dos territórios e dos direitos de uso** das populações socialmente excluídas.

E ainda ao enfrentamento das desigualdades estruturais da sociedade, e como ultimas consequência deve visar à **superação do modelo de desenvolvimento** vigente.

Referências

- ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e construção do risco social. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba. Editora UFPR. n. 5, (p. 49-60) jan/jun 2002.
- ACSELRAD, H. Movimentos por Justiça Ambiental versus senso comum ambiental: a degradação ambiental não é "democrática". Garamond. Rio de Janeiro. 2009.
- _____. "Mecanismos de produção da injustiça ambiental". Garamond. Rio de Janeiro. 2009.
- HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. I Encontro da ANPPAS – Indaiatuba, São Paulo, 2002.
- HERCULANO, S. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos em uma perspectiva comparada. In: Justiça e Sociedade: temas e perspectivas. Marcelo Pereira de Mello (org.). São Paulo: LTR. 2001. pp. 215 – 238.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Situação do acesso à informação, à participação e à justiça ambiental no Brasil. Relatório Técnico. ABOL – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças. São Paulo, 2005.
- QUINTAS, J. S. A questão ambiental: Um pouco de História não faz mal a ninguém. Brasília, 1992.
- PIERRI, N. Histórico da discussão sobre a questão ambiental contemporânea. PPT. Disciplina de Desenvolvimento econômico, globalização e crise sócio-ambiental contemporânea. MADE/UFPR, Curitiba, 2012.
- SOUZA, J. A. P. de. O Gerenciamento de Riscos na Cidade dos Meninos – Um Sítio Contaminado por Pesticidas Organoclorados, no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. 2003.
- PONTAL DO PARANÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná (PDDI). Pontal do Paraná: Prefeitura Municipal. 2004.
- PORTO, M. F. Conflitos sócio-ambientais na lógica da Justiça Ambiental. PPT. CESTEH/ ENSP/PROCRUZ 2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Nova Iorque: PNUD 2011.
- _____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Nova Iorque: PNUD 2002.

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

 UFPR <small>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ</small>	Centro de Estudos do Mar Laboratório Socioambiental	 CEM <small>UFPR</small>	Data: _____ Local: _____
Curso de educação ambiental dirigido a lideranças Jovens de Pontal do Paraná Questionário de Percepção ambiental dos jovens			Formulário N ^o . _____

I. DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____ 2. Idade: _____ 3. Sexo: _____
4. Vila onde mora: _____ 5. Município: _____
6. Escola onde estuda: _____ 7. Ano que cursa. _____ 8. Nível: _____
9. Além de estudar, trabalha? () NÃO; () SIM 10. O que faz? _____
11. Onde (empresa)? _____ 12. Quantos meses/ano?: _____ 13. Em que época? _____
14. Quantas horas trabalha, em média, por semana? _____ 15. Quanto ganha, em média, por semana? _____
16. De que organização ou grupo é liderança? _____ 17. Faz quanto tempo? _____
18. E-mail: _____ 19. Celular: _____

II. DADOS FAMILIARES

20. Há quanto tempo sua família vive no litoral do Paraná? (especificar anos ou meses) _____ 21. E no município? _____
22. Antes em que cidade Vcs viviam? _____ 23. Estado: _____
24. Por favor, informe os seguintes aspectos sobre as pessoas que moram junto com Vc na sua casa?

Nome	Parentesco *	Idade	Escolaridade		Profissão	Fontes extras**	Quantidade Meses/ano	Renda***
			Nível	Série				
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								

NOTA: (*) Em relação ao entrevistado. (**) Aposentadorias, pensões, aluguéis, benefícios sociais, etc. (***) Renda mensal média.

25. Quais destes bens sua família possui ou tem na sua casa? (marcar com X)

Casa própria:	Carro:	Ano do carro:	PC ou laptop:	Internet:
---------------	--------	---------------	---------------	-----------

III. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

26. O que você entende por “crise ambiental”? _____

27. Quais são os 2 principais problemas ambientais de nosso planeta? Principais causas? Consequências? Responsáveis? Beneficiados? Prejudicados?

PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS

28. O que deveria ser feito para resolver esses problemas?

(1) _____

(2) _____

29. Quais são os 2 principais problemas ambientais de nosso país? Principais causas? Consequências? Responsáveis? Beneficiados? Prejudicados?

PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS

30. O que deveria ser feito para resolver esses problemas?

(1) _____

(2) _____

31. Quais são os 2 principais problemas ambientais do Litoral do PR? Principais causas? Consequências? Responsáveis? Beneficiados? Prejudicados?

PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS

32. O que deveria ser feito para resolver esses problemas?

(1) _____

(2) _____

33. Quais são os 2 principais problemas ambientais de nosso município? Principais causas? Consequências? Responsáveis? Beneficiados? Prejudicados?

PRINCIPAIS PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEIS	BENEFICIADOS	PREJUDICADOS

34. O que deveria ser feito para resolver esses problemas?

(1) _____

(2) _____

35. Dentro da esfera municipal, quais as principais barreiras que existem para resolver esses problemas?

36. O que Vc pensa que os jovens da comunidade devem fazer para melhorar a situação ambiental do município?

37. Que coisas Vc já faz para diminuir ou resolver os problemas ambientais do município?

38. Que (outras) coisas Vc poderia fazer para diminuir ou resolver os problemas ambientais do município?

39. Onde Vc principalmente tem tido acesso a informações sobre os temas ambientais? _____



40. Onde Vc principalmente tem discutido os problemas ambientais do município? _____

41. Vc gostaria de ter mais acesso a informações sobre esses temas? () NÃO; () SIM, sobre o que, principalmente?

42. Com quem Vc acha importante discutir essas questões?

43. Observações do entrevistador:

APENDICE 6 - FORMULÁRIO DA ENQUETE INICIAL

	Centro de Estudos do Mar Laboratório Socioambiental	
Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná. ENQUETE INICIAL		

1. Nome:



2. Assinale com um X o quanto você considera saber sobre os temas a seguir:

Temas	Nada	Pouco	Mais ou menos	Muito	Muitíssimo
a. Questão Ambiental					
b. Visões da relação Homem-Natureza					
c. Tipologia do pensamento ambientalista					
d. Problemas ambientais					
e. Especificidades da Crise ambiental atual					
f. Critérios de priorização dos problemas					
g. Injustiça ambiental					
h. Justiça ambiental					
i. Formas de resistência as injustiças					

3. Para você o que é “Natureza”? E onde ela está?

4. Quais as suas expectativas para o curso?

APÊNDICE 7- FORMULÁRIO DA ENQUETE FINAL

	Centro de Estudos do Mar Laboratório Socioambiental	
Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná. ENQUETE FINAL		

1. Nome: _____

2. Assinale com um X o quanto o curso acrescentou para você sobre os temas:

Temas	Nada	Pouco	Mais ou menos	Muito	Muitíssimo
a. Questão Ambiental					
b. Visões da relação Homem-Natureza					
c. Tipologia do pensamento ambientalista					
d. Problemas ambientais					
e. Especificidades da Crise ambiental atual					
f. Critérios de priorização dos problemas					
g. Injustiça ambiental					
h. Justiça ambiental					
i. Formas de resistência as injustiças					

3. Qual tema da questão anterior mais despertou seu interesse?

4. Marque com um X o que você acha dos seguintes aspectos do curso:



Aspectos	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
a. Apresentação de slides				
b. Explicação dos temas				
c. Esclarecimento das dúvidas				
d. Equipe que conduziu o curso				

5. O curso satisfaz as suas expectativas? Sim (); Não (), Por que?

6. Acha importante oferecer o curso para mais jovens? Sim (); Não (), Por que?

7. O que sugere para melhorá-lo?

APENDICE 8 – LISTA DE PRESENÇA

 UFPR <small>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ</small>	Centro de Estudos do Mar Laboratório Socioambiental	
Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná. Lista de presença		
NOMES		
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		

APÊNDICE 9 - PLANEJAMENTO DO CURSO DETALHADO POR FASES

I. FASE PRÉVIA

ETAPA/TAREFA	DIAS E HORÁRIOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	MATERIAL
1. IDENTIFICAÇÃO DA TEMÁTICA A SER TRABALHADA NO CURSO				
1.1 Elaboração do questionário de Percepção Ambiental	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Definir os objetivos do questionário. Identificar as perguntas chaves Estruturar a pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> Responsáveis: André e Naina Colaboração: Hugo Juliano e Natalia Tanno (mestrandos no MADE) 	<ul style="list-style-type: none"> Computador e experiências dos membros do LabSoc.
1.2 Aplicação dos questionários aos jovens	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Realizar entrevistas com os membros do Grêmio estudantil Ivo Vieira do Colégio Hélio Antonio de Souza. 	<ul style="list-style-type: none"> Responsável: André Apoio: LabSoc Colaboração: Colégio Hélio Antonio de Souza 	<ul style="list-style-type: none"> Questionários elaborados Transporte para ida ao local das entrevistas, Caneta, Prancheta e Caderno de anotações
1.3 Análise e interpretação das informações levantadas	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização das informações levantadas. Ler, interpretar e discutir as informações já analisadas com base a bibliografia pertinente. 	<ul style="list-style-type: none"> André Apoio e orientação: Naina 	<ul style="list-style-type: none"> Os questionários aplicados Computador Artigos e capítulos de livros
2. ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO DAS AULAS E OFICINAS				
2.1 Desenho geral do curso: objetivos e definição de conteúdos	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Revisão bibliográfica Fichamento Elaboração da proposta geral Revisão e correção 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração: André Revisão: Naina 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores
2.2. Preparação das apresentações Power Point	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Revisão bibliográfica Fichamento Elaboração apresentações Revisão e correção 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração: André Revisão: Naina 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores
2.3 Preparação do cronograma geral da proposta a ser executada.	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento geral Processos participativo para melhor viabilidade do curso. Compra dos materiais necessários 	<ul style="list-style-type: none"> Idéia geral e compras: André Elaboração detalhada: André, Drica, João e Janina Colaboração: Diego e Liana 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores Comprar: Alimentos para coffe-break

3. ENQUETES, LISTA E COMPROVANTES				
3. Elaboração de: - Convites digitais - Enquêtes (inicial e final) - Lista de presença Fazer cópias	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração • Revisão e correção • Imprimir • Xerocar 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração: André • Construção e Revisão: Construção coletiva da equipe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores • Impressora • Convites Digitais: 15 • Xérox: <ul style="list-style-type: none"> • Enquêtes:15 • Lista presença: 1
4. EQUIPAMENTOS PARA O CURSO				
4.Equipamentos p/ curso	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> • Conseguir materiais para as aulas • Definir quem trará os laptops e as máquinas de fotos • Checar previamente que esteja tudo funcionando (especialmente multimídia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis: André e Andrielli • Apoio e cooperação: Técnico responsável do colégio Hélio 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Lap tops • Multimídia • Tela para projetar • Varinha de apontar • Máquina de fotos • Pilhas e baterias (fotografias) • Extensões (cabos elétricos)
5. CONVITE AOS MEMBROS DO GRÊMIO IVO VIEIRO DO COLÉGIO HÉLIO ANTONIO DE SOUZA				
5. Reunião prévia para confirmação de data - Envio dos convites	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> • Contatos direto com os membros do grêmio estudantil e apresentação as informações prévias obtidas nos questionários • Convites direto aos jovens • Identificação de outros jovens interessados • Reforço do convite por meio digital com apresentação do cronograma 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis: André • Colaboração: Andrielli, Liana e Serena. • Apoio: Direção do Colégio Hélio Antonio de Souza (Prof. Marcos Pacheco, Diretora Adriana e Bibliotecária). 	<ul style="list-style-type: none"> • Telefone • Carro • Computador para apresentar as informações prévias
6. OUTROS				
6.1 Previsão do lanche e bebidas	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> • Produção própria de 2 bolos • 1 torta salgada • Patê de ricota • Confirmar a parceria com a Merendeira do colégio para suco e bolachas 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis: André e Liana • 	<ul style="list-style-type: none"> • Comprar: • Farinha • Materiais de cozinha do colégio.
6.2. Conseguir Local	Prévio curso	<ul style="list-style-type: none"> • Contato com Diretora Adriana ou 	<ul style="list-style-type: none"> • André 	----

(Colégio Hélio Antonio de Souza)		Professor Marcos Pacheco para conseguir o local <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar como pegar e devolver chave e o espaço 		
----------------------------------	--	--	--	--

II. TAREFAS PERMANENTES DOS MEMBROS DA EQUIPE DURANTE O CURSO

ETAPA/TAREFA	DIAS E HORÁRIOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	MATERIAL
1. COORDENAÇÃO/SUPERVISÃO				
1. Coordenação geral	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com o planejamento supervisionando todos os aspectos • Checar levada e trazida de materiais • Supervisionar o uso do tempo • Se relacionar com os participantes • Resolver ou encaminhar qualquer problema ou imprevisto 	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão compartilhada 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção participativa • Plano escrito • Relógio
2. OBSERVAÇÃO E REGISTRO				
2 Observar tudo e anotar	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> • Observar desde um canto e tomar nota do que acontece, de nosso lado e do lado dos participantes, as atitudes, intervenções (quem pergunta o que), se saem, etc. • Registrar o uso do tempo (as horas de início e finalização das partes) • Ajustar o andamento do curso ao que foi planejado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável: Janina • Apoio: Andrielli, e Diego (tempo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Caderno de anotações de espiral e capa dura (usar somente esse) • Canetas
2.2 Complementar e passar a limpo	Final do curso	<ul style="list-style-type: none"> • Complementar as notas no mesmo dia ou na manhã seguinte • Passar a limpo no computador e revisar todo o relato 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis: André e Janina • Colaboração: Demais membros 	<ul style="list-style-type: none"> • Computador • As lembranças, anotações e a relatoria dos membros da equipe
3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS				
3.1 Registrar tudo	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> • Se familiarizar com o uso das máquinas de fotos 	<ul style="list-style-type: none"> • Andrielli é a responsável das fotos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 máquinas de fotos • Pilhas (sempre levar pilhas e

		<ul style="list-style-type: none"> • Ver qual tira as melhores fotos e usar, preferentemente, essa • Registrar todo e com as melhores fotos possíveis, cada passo do nosso trabalho e de cada um dos membros da equipe, com suas atividades, expressões, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre que puder tirar as fotos 	baterias extras. Além das recarregáveis, algumas alcalinas)
3.2 Gravar as fotos no PC	No dia	<ul style="list-style-type: none"> • No dia gravar as fotos no computador ou HD externo. • Colocar em arquivos separados, por aula e momento 	<ul style="list-style-type: none"> • Andrielli é a responsável 	Maquinas de fotos Computadores
3.3. Checar pilhas e bateria	Previamente	<ul style="list-style-type: none"> • Recarregar pilhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Andrielli 	Recarregador de pilhas e baterias (Andrielli)

III. IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

ETAPA/TAREFA	DIAS E HORÁRIOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	MATERIAL
1. PREPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS E TRANSLADO				
1.1 Preparação de equipamentos e materiais	Sábado todo o período da tarde	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar todo o material • Por em caixas para o transporte • Ajustar os relógios da equipe com a mesma hora 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Check list
1.2 Translado de equipamentos e materiais	Domingo 07hs da manhã	<ul style="list-style-type: none"> • Traslado de todos os equipamentos e materiais no carro 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os equipamentos e materiais • Carro (André) • Carro Andressa
2. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACONDICIONAMENTO DO LOCAL				
2.1 Instalação de equipamentos	07:40 às 08:00	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação do computador no multimídia • Provar projeção na parede • Provar funcionamento equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • André e o técnico do colégio responsável pela sala multi-meios 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Computadores • Multimídia • Tela
2.2 Acondicionamento do local	07:40 às 08:00	<ul style="list-style-type: none"> • Arrumar cadeiras • Arrumar mesas para comes e bebes 	<ul style="list-style-type: none"> • Diego, Andrielli Nina 	Itens do coffe-break
3. COFFE-BREAK				
3. Acomodar os itens na cozinha junto à merendeira Sonia	7:40	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer os itens preparados 	André Liana, Andressa e Sonia	<ul style="list-style-type: none"> • Panos de cozinha • Formas de bolo e torta • Esponja pia e detergente
4. RECEBIMENTO DOS PARTICIPANTES E ENQUETE INICIAL				
4.1 Recebimento	Segunda ou Domingo 08: 00hs	<ul style="list-style-type: none"> • Esperar participantes na sala e dar boas vindas • Tirar fotos • Direcionar os jovens para o circulo de cadeiras onde participaram do curso 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos • Andrielli tira fotos da chegada e aplicação de enquête • 08:10 André vai para onde ministrará as aulas 	Simpatia, Sorrisos... Maquina fotográfica

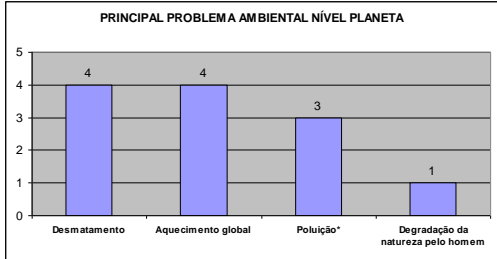
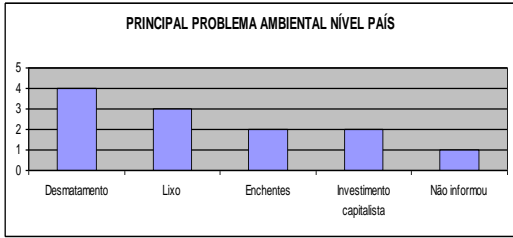
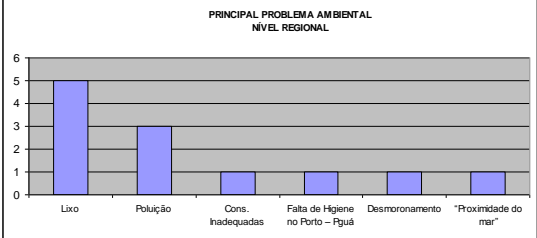
4.2 Aplicar as enquetes	No início das atividades	<ul style="list-style-type: none"> Entregar a enquete para que os jovens possam preencher 	<ul style="list-style-type: none"> André explicar a enquete 	<ul style="list-style-type: none"> Os questionários e caneta.
5. INICIO DO CURSO				
5. Boas vindas, agradecimento e apresentação	8:10 a 08:20 Meia hora	<ul style="list-style-type: none"> 08:10 Dar boas vindas Apresentar primeiro o restante de nossa equipe com breve fala de cada um, para que aja familiaridade entre os participantes. Apresentação dos jovens, cargo no grêmio, local em que trabalha. 	<ul style="list-style-type: none"> Todos dão boas vindas André facilita o processo de apresentação da equipe. Solicitando e moderando apresentação dos participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Cordialidade
5.2 Apresentação do curso	8:20 a 8:30 20 minutos	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a explicação dos objetivos, dos temas e da estrutura do curso. 	<ul style="list-style-type: none"> André 	<ul style="list-style-type: none"> Computador Multimídia e tela Caneta laser Relógio bem visível
5.3 Lista de presença	8:00 a 8:30	<ul style="list-style-type: none"> Estará disponível para assinatura logo na entrada da sala onde será o curso, sendo posteriormente repassada entre os membros. Guardar a folha na pasta específica 	<ul style="list-style-type: none"> Diego 	<ul style="list-style-type: none"> Pasta para a lista
5.4 Ministrando a aula 1- Crise Ambiental e Problemas Ambientais	8:30 1 hora	<ul style="list-style-type: none"> Esperar para começar que esteja circulando a lista de presença Ministrar aula em base à apresentação Power Point Cuidar tempo!!! 	<ul style="list-style-type: none"> André 	<ul style="list-style-type: none"> Computador Multimídia e tela Caneta laser Relógio bem visível
5.6 Perguntas, críticas, comentários e diálogo guiado.	9:30 a 10:00 30 minutos	<ul style="list-style-type: none"> Formular questão orientada para guiar o diálogo e incentivar a reflexão perguntas, comentários Se não houver participação os membros da equipe pode reaquecer e instigar Às 10:00 hs finalizar e convidar para o lanche 	<ul style="list-style-type: none"> André Apoio de toda a equipe. 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicas de mediação de debates: comunicação não violenta e audição empática.

5.7 Servir lanche e bebidas	10:00 às 10:30	<ul style="list-style-type: none"> • Pegar o lanche na cozinha • Colocar lanche na mesa • Integração entre participantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Liana, Andressa e Sônia • Toda a equipe 	Lanche e bebidas
5.8 Ministrar a Aula 2- Injustiça e Justiça Ambiental	8:30 1 hora	<ul style="list-style-type: none"> • Esperar que todos estejam dentro da sala novamente • Ministrar aula em base à apresentação Power Point • Cuidar tempo!!! 	<ul style="list-style-type: none"> • André 	<ul style="list-style-type: none"> • Computador • Multimídia e tela • Relógio bem visível
5.9 Perguntas, críticas, comentários e dialogo guiado.	9:30 a 10:00 30 minutos	<ul style="list-style-type: none"> • Formular questão orientada para guiar o diálogo e incentivar a reflexão perguntas, comentários • Se não houver participação os membros da equipe pode reaquecer e instigar • Às 10:00 hs finalizar e convidar para o lanche 	<ul style="list-style-type: none"> • André • Apoio de toda a equipe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de mediação de debates: comunicação não violenta e audição empática.
6. ENQUETE FINAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO				
6.1 Enquete Final	No final da Aula 2	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a colaboração dos participantes para a avaliação do curso 	<ul style="list-style-type: none"> • André 	<ul style="list-style-type: none"> • Enquete final • Caneta ou lápis
6.2 Acondicionar o local e levar coisas para o CEM	Ao final das atividades em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar e ordenar o local • Colher os nossos materiais • Desligar luzes e fechar devidamente • Levar coisas ao Labsoc 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Pano de cozinha • Vassoura e pá • Materiais do colégio

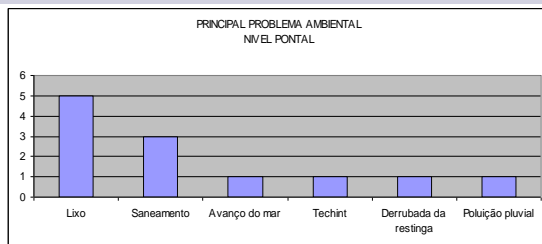
IV. AVALIAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS

ETAPA/TAREFA	DIAS E HORÁRIOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS	MATERIAL
1. AVALIAÇÃO DO CURSO POR PARTE DA EQUIPE				
1.1 Discussão de avaliação	Dia seguinte ou o antes possível	<ul style="list-style-type: none">• Reunião da equipe para avaliação• Em relação ao planejamento e aos objetivos gerais e específicos	<ul style="list-style-type: none">• Todos	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento• Anotações e relatoria
2. PROCESSAMENTO DE DADOS				
2.1 Da lista de presença	Dia seguinte	<ul style="list-style-type: none">• Frequência e continuidade	<ul style="list-style-type: none">• André	<ul style="list-style-type: none">• Computador
2.2 Enquete final: avaliação	Manhã de quarta feira	<ul style="list-style-type: none">• Tirar as listas e os dados agrupados, elaborando as tabelas• Leitura e interpretação	<ul style="list-style-type: none">• André	<ul style="list-style-type: none">• Computador• Enquetes
2.3. Observações	O antes possível	<ul style="list-style-type: none">• Passar a limpo as observações dos membros da equipe• Sistematizar as intervenções dos participantes	<ul style="list-style-type: none">• André e Janina	<ul style="list-style-type: none">• Caderno de anotações• Computador
2.4. Seleção de fotos	O antes possível	<ul style="list-style-type: none">• Verificar as melhores para monografia	<ul style="list-style-type: none">• André e Adrielli	<ul style="list-style-type: none">• Fotos• Computador

APENDICE 10 – APRESENTAÇÃO PREVIA DOS DADOS

<p>Universidade Federal do Paraná Centro de Estudos do Mar. Laboratório Sócio-ambiental</p> <p>Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná</p> <p>Percepção Ambiental: Resultados Prévios</p> <p>Responsável: Ac. André Lucas Santiago</p> <p>Pontal do Paraná Novembro de 2012</p>	<h3>Contextualização</h3> <ul style="list-style-type: none"> A temática ambiental vem ganhando cada vez mais espaço no cotidiano de nossa sociedade, que se sensibiliza e incorpora as demandas relacionadas a este assunto. Nos últimos 60 anos surgiram: <ul style="list-style-type: none"> Entidades de defesa ao meio ambiente; Comissões e congressos promovendo este debate; Métodos de avaliação de Impactos ambientais para empreendimentos; Marketing e economia verde. Novos conceitos; <p>SUSTENTABILIDADE</p>
<h3>Contextualização</h3> <ul style="list-style-type: none"> Entretanto por trás do aparente consenso com que este tema é tratado na grande mídia e em outros meios de formação de opinião, existe um cenário pouco conhecido e divulgado de: <ul style="list-style-type: none"> Incertezas na definição destes novos conceitos; Tensões políticas e econômicas; Conflitos de interesses entre os atores sociais. <p>A pesquisa pode verificar isso em alguns trechos das entrevistas. Em suas palavras:</p> <p><i>“A crise é um todo, difícil de ser explicado, a gente sabe que existe, mas é difícil definir bem o que é”.</i></p> <p><small>Frase citada por um dos entrevistados durante a aplicação do questionário de percepção ambiental e diagnóstico</small></p>	<h3>Objetivo da pesquisa</h3> <ul style="list-style-type: none"> Identificar como se manifesta a compreensão dos jovens entrevistados sobre a temática ambiental.
<h3>Critérios para a análise</h3> <ul style="list-style-type: none"> Durante o processo analítico verificou-se que, dentre as variáveis contidas nos questionários, algumas continham maior poder de explicação e respostas aos objetivos da pesquisa. Assim foram selecionadas apenas as mais importantes; Pertinência ou não das respostas; A prioridade dada para cada problema apresentado; Visão da relação homem-natureza. 	<h3>Principal Problema Ambiental Planeta</h3>  <p>Todas as respostas apresentadas foram coerentes. Apresentando os casos mais recorrentes na mídia sobre problemática a nível mundial. Indicando forte ligação com visão naturalista. Foram identificado alguns problemas relacionados ao funcionamento de processos ambientais como o efeito estufa e o buraco da camada de ozônio. Ausência da pobreza e desigualdade social.</p>
<h3>Principal Problema Ambiental País</h3>  <p>Todas as respostas apresentadas foram coerentes. Apresentando boa compreensão da problemática a nível país. Aqui foi necessário criar a categoria "Investimentos capitalistas" para enquadrar 2 respostas que em seu conteúdo traziam de maneira simplificada a os aspectos econômicos. Prevalecendo ainda a visão naturalista.</p>	<h3>Principal Problema Ambiental Regional</h3>  <p>O nível regional assim como o próximo nível pesquisado – Municipal, apresentou maior diversidade de problema identificados. Atenção para os casos específicos "Higiene – Porto" e "Desmoronamento", ambos retratam problemas na região litorânea, entretanto o primeiro continuamente, enquanto os desmoronamentos tem ocorrência esporádica entretanto quando ocorre recebe mais atenção na mídia.</p>

Principal Problema Ambiental Pontal



- No nível Pontal foi encontrado o maior número de problemas identificados pelos jovens, o que pode demonstrar, como esperado, maior autonomia dos jovens para refletir e responder as questões que estão à sua volta, isso devido à sua percepção direta da realidade municipal. Entretanto mesmo neste nível da pesquisa a desigualdade social foi apresentada como problema ambiental.

Primeiras conclusões

- De modo geral as respostas foram satisfatórias enquadrando-se dentro da proposta da pesquisa, evidenciando a percepção dos jovens voltada prioritariamente para os aspectos **ecológicos** da crise.
- É possível verificar que a medida em que a escala espacial diminui ocorre a diversificação das respostas, indicando maior homogeneidade nas respostas nos níveis mais amplos "Planeta" e "País". Atribuímos isso ao fato das fontes de informações a estes níveis serem comuns aos jovens, como a "TV" e "Internet".
- A pesquisa permitiu identificar que a maior carência na percepção ambiental dos jovens encontra-se nos **aspectos sociais** da questão, demonstrando pouco contato com suas causas e as consequências, bem como, com as **relações sociais desiguais** que fazem a ligação entre a sociedade e as formas de se apropriar e utilizar o meio natural. A maior evidência disto foi a ausência da **Pobreza** e da **Desigualdade** como problemas ambientais em todos os níveis pesquisados.




Convidamos

Para aprofundar a discussão sobre a temática Ambiental e realizar a troca de saberes, o Laboratório Sócio - Ambiental da UFPR, convida a todos para o **Curso de educação ambiental dirigido a lideranças jovens de Pontal do Paraná**, com os seguintes temas:

- Aula 1: Problemas ambientais e crise ambiental atual**
- Aula 2: (In) Justiça ambiental**

GRATIDÃO A TODOS

APENDICE 11 – MODELO DO CONVITE ENVIADO



Convite

Convidamos você para participar do **Curso de Educação Ambiental dirigido a Lideranças Jovens.**

Neste encontro teremos a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre a temática ambiental, entrando em contato com novas informações e trocando saberes com os demais participantes do encontro. Serão abordados os seguintes temas:

- **Problemas ambientais e a crise ambiental atual**
- **(In) Justiça ambiental**

Local: Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza, 26 de novembro - 08:00 hs

Realização: Laboratório Sócio-Ambiental, Centro de Estudos do Mar – UFPR
Apoio: Colégio Estadual Hélio Antonio de Souza

APÊNDICE 12- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANEJADO, POR FASE E TAREFAS

I. FASE PRÉVIA

ETAPA/TAREFA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1.IDENTIFICAÇÃO DA TEMATICA A SER TRABALHADA NO CURSO		
1.1 Elaboração do questionário de Percepção Ambiental	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Os questionários foram concluídos após três revisões, contando com contribuições de Hugo Juliano e Natalia Tanno (mestrandos MADE). Responsável pela revisão: Náina Pierri
1.2 Aplicação dos questionários aos jovens	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> As entrevistas foram realizadas entre 24 de abril e 10 de maio, período em que foram entrevistados 12 jovens, todos membros do grêmio estudantil do colégio Helio Antonio de Souza. As entrevistas foram realizadas na biblioteca do próprio colégio, recebendo a contribuição da diretoria e da responsável pela biblioteca Andressa.
1.3 Análise e interpretação das informações levantadas	Parcialmente Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Esta etapa foi realizada, entretanto só foi possível realizá-la em toda a sua abrangência, graças as contribuições e a experiência da orientadora do trabalho.
2 ELABORAÇÃO DO CONTEUDO DAS AULAS E OFICINAS		
2.1 Desenho geral do curso: objetivos e definição de conteúdos	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Esta etapa foi ocorrendo em conjunto com a leitura e interpretação das demandas identificados nos questionários de P.A.
2.2. Preparação das apresentações Power Point	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A elaboração das aulas desenrolou-se ao longo de 4 meses indo de junho até o fim de Outubro. Após 4 versões. Em novembro tbm foram realizados pequenos ajustes
2.3 Preparação do cronograma geral da proposta a ser executada.	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A estrutura geral consolidou-se no momento em foi definido que seriam duas aulas, por volta de agosto, sendo adaptada e se adequando ao andamento do processo e as contribuições da equipe.
3. ENQUETES, LISTA E COMPROVANTES		
3 Elaboração de: <ul style="list-style-type: none"> - Convites digitais com cronograma, - Enquete (final) - Lista de presença Fazer cópias	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Foram feitos os convites digitais, entretanto sem o cronograma, apenas com os tópicos a serem tratados ao longo da proposta. As enquetes também foram elaboradas nos moldes, necessários a avaliação pertinente do curso. A lista de presença serviu para o registro dos participantes. Foram feitas as cópias necessárias sobrando algumas com a equipe após a realização do curso
4. EQUIPAMENTOS PARA O CURSO		
4. Equipamentos p/ curso	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> O projetor multimídia, a tela de projeção, cabos e a caixa de som utilizados no curso foram conseguido através de parceria com a o a diretoria do colégio

5. CONVITE AOS MEMBROS DO GRÊMIO IVO VIEIRO DO COLÉGIO HÉLIO ANTONIO DE SOUZA		
5. Reunião prévia para confirmação de data - Envio dos convites	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Esta atividade foi realizada no dia 14 de novembro na biblioteca do próprio colégio, sendo que os nove jovens presentes tinham recebido autorização para participar da atividade. Neste momento além da apresentação dos dados parciais do questionário de P.A foi feito o convite para o curso. O uma semana depois o convite foi reforçado com o envio de um convite digital através da rede social “facebook”
6. OUTROS		
6.1 Previsão do lanche e bebidas	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Foi feito o planejamento de lanche para 15 pessoas
6.2. Conseguir Local (Colégio Hélio Antonio de Souza)	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> O colégio disponibilizou uma sala para que a atividade fosse feita

II. TAREFAS PERMANENTES DOS MEMBROS DA EQUIPE DURANTE O CURSO

ETAPA/TAREFA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. COORDENAÇÃO/SUPERVISÃO		
1.1 Coordenação geral	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> O modelo proposto de Autogestão colaborativa mostrou-se efetivo para essa experiência específica realizada em um dia e em um só período. Assim os membros tinham em mente todas as tarefas que tinha que realizar.
2. OBSERVAÇÃO E REGISTRO		
2.1 Observar tudo e anotar	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Janina realizou o relato de toda atividade sintetizando o andamento de todo o curso, sendo possível verificar as intervenções e falas dos participantes e membros da equipe.
2.2 Complementar e passar a limpo	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> No dia seguinte o responsável reuniu-se com a relatora e junto revisaram-no, fazendo os complementos necessários.
3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS		
3.1 Registrar tudo	Parcialmente realizado	<ul style="list-style-type: none"> O registro fotográfico foi realizado gerando boa quantidade de fotos, entretanto devido às condições de luminosidade variável ao longo da exposição das aulas fez com que a qualidade das mesmas fossem prejudicadas, entretanto este fato não comprometeu de fato a execução do curso em si, porem prejudica um pouco o relato e a divulgação desta proposta educativa.
3.2 Gravar as fotos no PC	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> As fotos foram gravadas em dois computadores e também foram transferidas para um HD externo.
3.3. Checar pilhas e bateria	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A bateria estava carregada e as fotos foram feitas.

III. IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

ETAPA/TAREFA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. PREPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS E TRANSLADO		
1.2 Preparação de equipamentos e materiais	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Os materiais necessários foram organizados anteriormente facilitando o processo, assim foram organizados 2 computadores, máquina fotográfica, triple, toalhas de mesa, 2 bolos, 1 torta salgada e o patê de ricota.
1.2 Translado de equipamentos e materiais	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Todos esses materiais foram acomodados no Santana Quantum ADD-4312, ano 1992 utilizado pelo responsável da proposta educativa.
2. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACONDICIONAMENTO DO LOCAL		
2.1 Instalação de equipamentos	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Ocorreu de forma tranqüila e dentro do planejado com o técnico responsável pelos equipamentos de projeção do colégio. Sendo feito o teste entre dois equipamentos para ver qual o mais apropriado.
2.2 Acondicionamento do local	Realizado	
3. COFFE-BREAK		
3. Acomodar os itens na cozinha junto à merendeira Sonia	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Logo na chegada da equipe após conferir a sala a ser utilizada a equipe seguiu até a cozinha e deixou as refeições preparadas junto com a merendeira Sônia, informando que Liana e Andressa logo viriam auxiliar no acomodação das coisas na mesa
4. RECEBIMENTO DOS PARTICIPANTES E ENQUETE INICIAL		
4.1 Recebimento	Parcialmente Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Os 6 foram participantes foram recebidos amistosamente, entretanto não na quantidade esperada e nem no tempo em que se havia combinado, o que para o melhoramento do curso deve ser levado em consideração
4.2 Enquete inicial	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Foi realizado com os seis jovens presentes
5. INICIO DO CURSO- PRIMEIRO DIA		
5.1. Boas vindas, agradecimento e apresentação	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Todos foram recebidos amistosamente. Foram dados os devidos cumprimentos e todos os presentes se apresentaram.
5.2 Apresentação do curso	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Aqui foi apresentada a estrutura do curso e redifinados os horários do curso ficando o coffe-break para às 10:30 e o encerramento para 12:30hs
5.3 Lista de presença	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A Lista foi assinada pelos seis jovens participantes
5.4 Ministras a aula 1- Crise Ambiental e Problemas Ambientais	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A aula 1 – teve todo o seu conteúdo ministrado conforme o planejado e dentro do novo horário que foi proposto, devido o atraso dos jovens tempo proposto
5.5 Perguntas, críticas, comentários e dialogo guiado.	Parcialmente Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Esta etapa as participações foram poucas, não correspondendo a expectativa do responsável. Entretanto os demais membros da equipe não sentiram essa carência de participação, visto estavam prestando a atenção nos conteúdos e sem conversas paralelas.

5.7 Servir lanche e bebidas	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> O foi realizado a pausa para o lanche onde foram degustados bolos, torta, bolacha e suco.
5.8 Ministrar a Aula 2- Injustiça e Justiça Ambiental	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Todo o conteúdo selecionado foi repassado, discutindo assim os aspectos da injustiça ambiental na sociedade.
5.9 Perguntas, críticas, comentários e diálogo guiado.	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Esta etapa houve maior participação dos jovens nas discussões e estavam com maior liberdade para se expressar.
6. ENQUETE FINAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO		
6.1 Enquete Final	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A enquete final foi aplicada aos jovens deixando disponível a eles o seu preenchimento, assim foi indagado sobre quanto aprendeu sobre os temas, como avaliava o desempenho da equipe, dos slides e o esclarecimento das dúvidas, podendo assim melhor avaliar e aprimorar a proposta.
6.2 Acondicionar o local e levar coisas para o CEM	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Tudo foi devidamente organizado e limpo.

IV. AVALIAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS

ETAPA/TAREFA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. AVALIAÇÃO DO CURSO POR PARTE DA EQUIPE		
1.1 Discussão de avaliação	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Realizada na volta a Pontal do Sul , após a atividade foram informados aspectos como a postura do responsável durante o curso em relação a isso os demais membros consideram uma atuação boa e em embasado no assunto, já com relação ao nível de participação dos jovens consideram normal visto a abrangência do problema abordado, verificando que realmente não interagiram pois estava prestando atenção recolhendo novas informações.
2. PROCESSAMENTO DE DADOS		
2.1 Da lista de presença	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> A lista de presença foi passada e serviu de registro para o curso.
2.2 Enquete final: avaliação	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Os dados foram transferidos para o computador no dia seguinte a atividade proposta devido ao baixo número de questionário foi um tarefa executada rapidamente.
2.3. Observações	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> As ponderações foram feitas pelos membros da equipe individualmente em ocasiões informais em diálogos sobre a experiência todos tendo gostado de participar, entretanto alguns informaram que seria legal para atividade proposta ter mais tempo para trabalha-la.
2.4. Seleção de fotos	Realizado	<ul style="list-style-type: none"> Mesclar tudo ocorreu bem na seleção de fotos, sendo possível escolher diversas para compor o relato.

3. REALIZAÇÃO DO RELATO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

3. Compilar e sintetizar todas as informações relevantes referentes a construção e aplicação desta proposta educativa.	Realizado	<ul style="list-style-type: none">• Escrevendo e refletindo sobre o ocorrido.
3.1 Identificar erros e acertos para melhorar a proposta da atividade.	Realizado	<ul style="list-style-type: none">• Mais tempo de oficina, saídas de campo e oficinas mais interativas.